

Futura Mente

Revista Científica – v. 11, jan./dez. 2014 e 2015

ISSN 1679-9305



FIU

Faculdades Integradas Urubupungá
Pereira Barreto - SP

FuturaMente Revista Científica – v. 11, jan./dez. 2014 e 2015

FIU

FuturaMente

Revista Científica



**Faculdades Integradas Urubupungá
Pereira Barreto - SP**

FuturaMente: revista científica	Pereira Barreto	v. 11	jan./dez. – 2014 e 2015
------------------------------------	--------------------	-------	-------------------------

FuturaMente, revista científica, Pereira Barreto, v.11, 2014 e 2015

FuturaMente: revista científica

Faculdades Integradas Urubupungá
Estância Turística de Pereira Barreto/SP
Diretor Geral: João de Altayr Domingues

Contatos:

Av. Jonas Alves de Mello, n.º 1660
CEP-1537-0000-Pereira Barreto/SP
Fone (18) 3704-4242 ramal 213
Serviço de Biblioteca e Documentação “Lima Barreto”
<http://www.fiu.edu.br/biblioteca/biblioteca.html>

Conselho Editorial: Prof. Dr. João Carlos de Aguiar Domingues;
Prof. Dr. Marcos Luiz Berti; Prof. Dr. Laercio Caetano; Me. Clayton
Aparecido Cardoso de Moraes; Me. José Lafayete de Oliveira
Gonçalves; Me. Natal Bísvaro Neto; Prof. João Josué Barbosa; Ma.
Janaina Paula Malvezzi Torraca da Silva

Comissão Editorial: Me. Roberto Pereira da Silva; Ma. Raquel
Celita Penhalves Reis; Jovana Rufino Barbais; Renata de Sampaio
Valadão; Luci Panucci; Maria José Carneiro; Andreia Aparecida
Vieira; Susie Verdinasse; Adriana Oliveira Hansen; Juliana Akemi T.
Assano Katão;

Ficha Catalográfica

FuturaMente: revista científica. n. 1, (2003).
Estância Turística de Pereira Barreto:
Faculdades Integradas Urubupungá, 2003 -
Anual.

ISSN 1679 - 9305

SUMÁRIO

Editorial	7
------------------------	----------

Artigos

Políticas governamentais de formação de professores para o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação no Brasil.....	8
Adriana de Oliveira Hansen e Fabrício Antonio Deffacci	

A personagem menino do caixote do escritor João Antônio: um desajustado em busca de vislumbre	25
Maria Celinei de Sousa Hernandes	

O tratamento das operações de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>) de acordo com as normas internacionais de contabilidade	46
Edenildo Ribeiro de Lima, Tony Yoiti Yokota e Iara Medeiros de Carvalho	

Luiz Vilela: o erotismo e a repressão sexual em ambiente escolar	62
Janaina Paula Malvezi Torraca da Silva	

Sociedade, educação e tecnologia: fundamentos e argumentos para o uso das TIC no processo de alfabetização	96
Adriana de Oliveira Hansen, Renata de Sampaio Valadão e Fabrício Antonio Deffacci	

Harmonização das normas internacionais de contabilidade: um avanço para o Brasil.....	117
Jaqueline Bezerra e Silva, Caroline da Silva de Souza e Iara Medeiros de Carvalho Ferrarese	
Clima organizacional: um estudo sobre a influência do funcionário endividado.....	140
Alan da Silva Santos e Renata de Sampaio Valadão	
Micro empreendedor individual: história empreendedora de José da Silva Moreno.....	164
Janaina de Medeiros Pinto e Renata de Sampaio Valadão	
Resenha	
Saussure: a invenção da Lingüística	189
Andreza Carubelli Sapata	
Política e instruções aos autores	201

EDITORIAL

“A citação fortalece o texto acadêmico [...] Mas deve-se ter o cuidado de não fazer uma colcha de retalhos.”

Carlos Andrade

Nesta sua décima primeira edição a revista científica FuturaMente das Faculdades Integradas Urubupungá pondera aos articulistas, sobre o texto acadêmico cuja qualidade deve estar na clareza com que o tema é tratado exigindo um discurso e um suporte textual específico sem ignorar, no entanto, sua característica plurivocal, isto é, ao escrever para os pares acadêmicos escreve-se também para um público não pertencente à especialidade. Não basta a um texto científico se apresentar, desnecessariamente, com vocabulário

complexo, palavras longas e eruditas, estilos complicados para ser considerado como mais inteligente ou mais informativo. Nem sempre as pessoas confiam num autor ou cientista quando ele carrega seu texto com citações repetitivas e palavras extravagantes. Escrever de forma simples e clara faz com que a apresentação se mostre mais inteligente.

João de Altabr Domingues
EDITOR RESPONSÁVEL

**Políticas governamentais de formação de professores
para o uso pedagógico das Tecnologias da Informação
e Comunicação no Brasil**

***Government policies of teacher training for the
pedagogical use of information and communication
technologies in Brazil***

Adriana de Oliveira Hansen¹
Fabrício Antonio Deffacci²

Resumo: Diante das diversas conquistas das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), que alteram a maneira do indivíduo se comunicar, agir, pensar e expressar surge a necessidade de formar professores que saibam manusear as novas tecnologias e auxiliar os alunos a manipulá-las e construir conhecimento em uma sociedade tecnológica, que disponibiliza cada vez mais informação em grande quantidade e de maneira acelerada. Este artigo apresenta algumas iniciativas do Governo Federal que visam à formação do professor para o uso das TIC's em suas práticas pedagógicas. Os

¹ Docente nas Faculdades Integradas Urubupungá (FIU) em Pereira Barreto, SP. Mestranda na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS, Paranaíba).

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS, Paranaíba).

resultados da pesquisa identificaram que a formação de professores tornou-se uma preocupação governamental a partir da década de 1980 e que, nos últimos anos, foram identificados vários programas governamentais que visam à formação de professores para o uso pedagógico das TIC's.

Palavras-chave: Formação de Professores; Tecnologias da Informação e Comunicação; Programas Governamentais.

***Abstract:** Given the various achievements of Information Technology and Communication , altering the way the individual is communicate, act, think and express, there is a need to train teachers who know how to handle new technologies and assist students to use them and build knowledge in a technological society, providing ever more information in large quantity and at an accelerated pace. Thus, this paper aims to present some Federal Government initiatives aimed at training teachers for use of TIC's in their teaching. The survey results identified that the training of teachers became a government concern since the 1980s and, in recent years, were identified various government programs aimed at training teachers for pedagogical use of TIC's.*

Keywords: *Teacher Training; Information and Communication Technologies; Government Programs.*

Introdução

O desenvolvimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), que permitem ao aluno a articulação de diversas informações no dia a dia,

obriga os responsáveis pela educação (diretores escolares, coordenadores pedagógicos e professores) a pensar na criação de ambientes de aprendizagem que, além de possibilitar aos alunos o acesso à tecnologia e, conseqüentemente, a uma quantidade quase que inesgotável de informações, ensine-os a selecioná-las, avaliá-las e usá-las, isto é, que os estimulem a pensar, refletir e a construir seu próprio conhecimento.

No entanto, pergunta-se: os professores, especialmente da rede pública, estão preparados para usar essas tecnologias em sala de aula? Que iniciativas governamentais têm contribuído para o processo de formação de professores para uso das tecnologias em seu ambiente de trabalho?

Para responder a estes questionamentos e, considerando que ambientes de aprendizagem informatizados exigem a inclusão digital dos professores e demais profissionais do ensino, este artigo tem como objetivo apresentar algumas iniciativas do Governo Federal que visam à formação do professor para o uso das TIC's em suas práticas pedagógicas.

Destaca-se que, não se tem a intenção de aprofundar o debate sobre a formação de professores, o qual já possui uma vasta bibliografia. Assim, foi realizada uma revisão bibliográfica introdutória acerca da formação de professores, acompanhada de reflexões sobre a necessidade da inclusão digital dos profissionais da educação.

A formação de professores

Nas últimas décadas a formação de professores tem sido amplamente discutida no Brasil. Segundo Feldman (2009) foi somente a partir dos anos 1980 que o

tema assumiu maior relevância no país, ocupando espaço nas políticas públicas de educação, em programas político-partidários, em propaganda governamental e também como forma de obtenção de empréstimos junto a órgãos internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial.

Conforme afirma Feldman (2009), formar professores com qualidade social e compromisso político de transformação ainda tem se mostrado um grande desafio às pessoas que compreendem a educação como um bem universal, como espaço público, como um direito humano e social na construção da identidade, pois, formar professores atualmente é defrontar-se com a instabilidade e provisoriedade do conhecimento.

Escrever sobre formação de professores nos convida a buscar significados do que é ser professor no mundo de hoje, tendo como cenário os avanços tecnológicos, as novas concepções do trabalho e da produção entre outras (FELDMAN, 2009).

Para Luckesi (1994), o professor é aquele que direciona o ensino e a aprendizagem; que faz a mediação entre os saberes da sociedade, culturalmente instituído, e o aluno, exercendo um papel de mediador entre o universal da sociedade e o particular do aluno. “Professor, sujeito que professa saberes, valores, atitudes, que compartilha relações e, junto com outro elabora a interpretação e reinterpretação do mundo.” (FELDMAN, 2009, p. 71).

É importante destacar também que, conforme cita Demo (1992, p.23), essa “problemática da qualidade aponta para o fator humano como gerador/ promotor específico de qualidade e a formação dos professores será o fator mais decisivo da qualidade educativa básica”, ou

seja, a qualidade da educação está diretamente ligada à qualidade da formação de professores.

Em se tratando da formação de professores no século XXI, Luckesi (2003) recorre aos quatro Pilares ou quatro objetivos para a educação do futuro: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e a aprender a ser.

Esses quatro pilares da Educação, que apresentam exigências educacionais e éticas na formação dos cidadãos, o implica em uma formação expandida de professores. É necessário formar professores que, “para si mesmo e para os outros, sejam capazes de cuidar de si, de conviver com os outros e de ter posse do conhecimento científico e profissional de sua área de atuação.” (LUCKESI, 2003, p.1).

Luckesi (2003) destaca que na locução “formação de educador” o termo formação indica que o educador vai constituir a sua forma, a sua essência, aquilo que faz com que ele seja o que é. Assim, deve ser compreendida como processo:

[...] um processo de formação do educador, de construção de sua forma, que se dá pelo seu caminhar, pelo seu fazer-se. Ele se forma, se configura, no seu processo histórico de desenvolver-se. Neste caso, a forma, a essência do educador, é constituída através de seus atos e de suas interações com o mundo e com os outros. Este é um modelo existencial. Não existiria um modelo prévio a ser preenchido, mas sim um educador em processo existencial de formação, de buscas e desconstrução. (LUCKESI, 2003, p.3).

Assim, pode se compreender a formação de professores como a ação deste profissional constituir sua forma de ser, de viver, de relacionar-se, e de agir, o qual deve estar em constante movimento e construção.

Necessidade de formação de professores para o uso pedagógico das novas tecnologias

Nas últimas décadas, as conquistas tecnológicas produziram alterações radicais na maneira do indivíduo se comunicar, agir, pensar e expressar (GÓMEZ, 2011), apresentando novas demandas educacionais, como a necessidade de formação de professores para o uso pedagógico das novas tecnologias.

De acordo com Brito (2008), escola e professores precisam estar atentos às novas formas de aprender, propiciadas pelas tecnologias da informação e da comunicação, criando novas formas de ensinar. Para o autor, estas prescrições são imprescindíveis para a escola, sob o risco de ela tornar-se obsoleta.

Nesta sociedade tecnológica, em que a informação é transmitida de forma acelerada e em grande quantidade, pode se concordar com Valente (2005, p.24) que ensinar “deixa de ser um ato de transmitir informação e passa a ser o de criar ambientes de aprendizagem para que o aluno possa interagir com uma variedade de situações e problemas, auxiliando-o em sua interpretação para que consiga construir novos conhecimentos”.

Percebe-se que as mudanças tecnológicas exigem que os professores estejam preparados para aprender e ensinar os alunos a utilizar as novas tecnologias e a selecionar, avaliar e interpretar as diversas informações disponibilizadas por elas.

Em uma sociedade tecnológica que disponibiliza cada vez mais informação, os professores precisam aprender a manusear as novas tecnologias e ajudar os alunos a manipulá-las, criando novos saberes e novos usos. Em outras palavras, o professor não deve ficar limitado apenas à transmissão de conhecimento, mas incentivar o processo de aprendizagem.

Para Valente (2005), o educador deve estar preparado e saber intervir no processo de aprendizagem do aluno, para que ele seja capaz de transformar as informações (transmitidas e/ou pesquisadas) em conhecimento, por meio de situações-problema, projetos e/ou outras atividades que envolvam ações reflexivas.

É necessário, de acordo com Cunha (2008), que os responsáveis pela educação, professores, tutores, coordenadores e gestores saibam como percorrer os caminhos para desenvolver indivíduos competentes em uma sociedade que disponibiliza, cada vez mais, o acesso à informação, levando em consideração as especificidades de cada aluno.

Segundo Almeida (2000), o docente deve criar um ambiente que estimule o pensar, que desafie o aluno a aprender e a construir conhecimento individualmente ou em parcerias com os colegas, possibilitando o desenvolvimento da autoestima, do senso crítico e da liberdade responsável. Para o autor, não se busca uma melhor transmissão de conteúdo, nem a informatização do processo ensino-aprendizagem, mas uma transformação educacional, que possibilite a formação de cidadãos mais críticos e com autonomia para construir seu próprio conhecimento.

Neste sentido, segundo os autores como Almeida (2000), Gonzaga Junior e Lima (2009), Tayra (2001) e

Valente (2005) o uso apropriado das TIC's no ambiente escolar exige uma adequada preparação do professor.

Para Almeida (2000, p.11), “a adequada preparação do professor é o componente fundamental para o uso do computador em educação, segundo uma perspectiva crítico-reflexivo”.

Gonzaga Junior e Lima (2009) consideram que usar os recursos disponibilizados pelas TIC's como ferramenta de apoio pedagógico exige do professor desenvolvimento técnico, pois cabe a ele educar os alunos para a utilização segura e produtiva do universo de possibilidades oferecidas pela rede aberta de comunicação.

De acordo com Tayara (2001, p.76), “para que os professores apropriem-se dos *softwares* como recurso didático, é necessário que estejam capacitados para utilizar o computador como instrumento pedagógico.” Tayara (2001) considera que por meio da capacitação, os professores poderão reconhecer os vários recursos que estão a sua disposição e, a partir daí, efetuar a adequação desses recursos à necessidade educacional.

[...] os grandes desafios dessa área estão na combinação do técnico com o pedagógico e, essencialmente, na formação do professor para que ele saiba orientar e desafiar o aluno para que a atividade computacional contribua para a aquisição de novos conhecimentos (VALENTE, 2005, p.30).

Brocanelli, Gitahy e Rinaldi (2010, p.143), destacam que “a atuação do professor no processo de interação com os alunos em ambientes informatizados também exige uma nova dinâmica no processo de ensino

para favorecer tanto a formação humana como os processos de aprendizagem dos envolvidos”.

Portando, diante do diversificado cenário tecnológico presente na sociedade contemporânea, que disponibiliza cada vez mais informação e exige do professor uma atualização em relação à sua forma de trabalhar com as tecnologias, faz-se necessárias iniciativas por parte do Governo com o intuito de promover a ampliação da oferta de formação de professores para o uso das tecnologias em sala de aula dentro de seu contexto profissional. Além disso, é importante desenvolver práticas transformadoras e inovadoras que incentivem a criação de ambientes de aprendizagem, para que o aluno possa construir seu próprio conhecimento.

Programas Governamentais de Formação de Professores

A discussão sobre o uso das TIC's no processo de ensino aprendizagem imprime a necessidade de repensar as Políticas Governamentais de formação dos profissionais do ensino. No Brasil, de acordo com Brocanelli, Gitahy e Rinaldi (2010), já existem algumas iniciativas que procuraram contribuir para a melhoria da qualidade da educação, principalmente, relacionadas à formação de professores para a educação básica, por meios de programas e ações governamentais.

Entre os programas destacam-se Programa de Formação de Professores em Exercícios (Proformação), Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), Ambiente Colaborativo de Aprendizagem (E-Proinfo), TV Escola, Programa Banda Larga nas Escolas,

Sistema Universidade Aberta do Brasil e Programa Um Computador por Aluno (UCA).

- **Proformação:** o Programa Proformação direciona-se aos professores das redes públicas de ensino do país que não possuem formação específica e encontram-se lecionando nas quatro séries iniciais, classes de alfabetização ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) e fundamenta-se no Art. 87, parágrafo 3º, inciso III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96, que atribui a cada Município, Estado e a União, a missão de “realizar programas de formação para todos os professores em exercício, utilizando para isso também os recursos da Educação a Distância”, de maneira que, a partir de 2006, somente sejam admitidos “professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”, conforme Art. 87 parágrafo 4º (BRASIL, 1996).

- **TV Escola:** é uma ferramenta pedagógica, oferecida pelo Ministério da Educação aos professores e educadores brasileiros, visando à capacitação, atualização e aperfeiçoamento destes. Consiste em uma plataforma de comunicação baseada na televisão e distribuída também via *internet*.

- **Programa Banda Larga nas Escolas:** lançado em 04 de abril de 2008 pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.424 que altera o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU (Decreto nº 4.769), o Programa Banda Larga nas Escolas tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à rede mundial de *internet*.

- **Sistema Universidade Aberta do Brasil:** o programa visa por meio da oferta de cursos superiores à distância, oferecer formação inicial a professores da

educação básica pública sem graduação e formação continuada àqueles (professores, dirigentes, gestores e outros profissionais da educação) que já possuem graduação.

- **Programa Um Computador por Aluno:** o Projeto UCA objetiva promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, por meio da utilização de *laptops* educacionais.

- **Proinfo:** foi instituído pela Portaria Ministerial nº 522, de 09 de abril de 1997. De acordo com o Art. 1º da Portaria nº 522/1997 o Proinfo visa “disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal” (BRASIL, 1997).

- **E-Proinfo:** consiste em um Ambiente Colaborativo de Aprendizagem (e-Proinfo) que permite a concepção, administração e desenvolvimento de cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem.

- **Proinfo Integrado:** é um programa de formação voltado para o uso didático-pedagógico das TIC's no cotidiano escolar. O programa é articulado à distribuição de equipamentos tecnológicos nas escolas públicas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais (MEC, S.d).

De acordo com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) em 2007, o MEC, por meio das Secretarias de Estado da Educação (SEED),

elaborou uma nova versão do ProInfo, intitulado Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfoe, o qual postula a integração e a articulação de três dimensões: infraestrutura, que refere-se à distribuição dos equipamentos tecnológicos às escolas (computadores, impressoras e outros equipamentos de informática); recursos educacionais multimidiáticos, que refere-se à oferta de conteúdos educacionais multimídia e digitais que são disponibilizados no próprio computador, por meio do Portal do Professor, da TV/DVD escola e por outros meios utilizados pela Secretaria de Educação Básica (SEB); e formação de professores (UNDIME, 2014).

A formação de professores consiste na oferta de cursos de formação para o uso pedagógico das tecnologias, a saber:

Curso de Introdução à Educação Digital (60h): tem como objetivo contribuir para a inclusão digital de profissionais da educação, preparando-os para utilizarem os recursos e serviços dos computadores com sistema operacional Linux Educacional, dos *softwares* livres e da *Internet*;

Curso de Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC's (60h): objetiva oferecer subsídios teórico-metodológicos práticos para que os professores e gestores escolares possam compreender o potencial pedagógico de recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino e na aprendizagem em suas escolas;

Elaboração de projetos (40h): visa capacitar professores e gestores escolares para que eles possam: identificar as contribuições das TIC para o desenvolvimento de projetos em salas de aula; compreender a história e o valor do trabalho com projetos

e aprender formas de integrar as tecnologias no seu desenvolvimento; analisar o currículo na perspectiva da integração com as TIC's; planejar e desenvolver o Projeto Integrado de Tecnologia no Currículo (PITEC); e utilizar os mapas conceituais ao trabalho com projetos e tecnologias, como uma estratégia para facilitar a aprendizagem.

Redes de Aprendizagem (40h): o curso tem o objetivo de preparar os professores para compreenderem o papel da escola frente à cultura digital, dando-lhes condições de utilizarem as novas mídias sociais no ensino (UNDIME, 2014).

A UNDIME (2014) afirma que para atender a dimensão formação de professores, os cursos devem ser implantados pelas Secretarias Municipais de Educação, por meio de professores tutores locais, que atuam nas escolas na área de informática educacional, como formador/multiplicador e que tenham conhecimento de informática, preferencialmente sistema operacional Linux Educacional. Para a realização do trabalho os professores tutores devem receber do SEB/MEC Bolsa Auxílio conforme resolução CD/FNDE nº 24 de 16 de agosto de 2010.

Conforme citado acima já existem vários projetos e programas governamentais que buscam a implantação de laboratórios de informática na escola, inclusão digital de professores e alunos, e a preparação do professor para o uso pedagógico das novas TIC's. Todavia, segundo os autores Brocanelli, Gitahy e Rinaldi (2010, p.143), nestes programas e projetos brasileiros para o uso da informática na educação, “o processo de formação dos professores, em larga ou pequena escala, se concentra fora do contexto de trabalho do professor”.

Sendo assim, faz-se necessário que estes programas sejam realizados dentro do contexto educacional e que leve em consideração a realidade da qual fazem parte, professores, alunos e unidade escolar.

Considerações finais

É possível perceber que as conquistas tecnológicas estão influenciando a produção e socialização do conhecimento. Com o desenvolvimento dos meios de Informação e Comunicação o problema para a educação não está mais onde encontrar a informação, mas como oferecer acesso a ela sem exclusões e, ao mesmo tempo, aprender e ensinar a selecioná-la, avaliá-la, interpretá-la, classificá-la e usá-la.

Contudo, a inserção do uso pedagógico das TIC's no processo de ensino e aprendizagem deve iniciar e continuar com a criação de uma infraestrutura tecnológica e de um programa, em que os professores sejam formados e capacitados metodologicamente para não perderem o controle das tecnologias digitais requeridas na nova estrutura educacional.

Nesse sentido, respondendo ao problema de pesquisa deste artigo, pode se verificar que o Governo Federal vem desenvolvendo vários programas que buscam melhorar a infraestrutura tecnológica das escolas e a formação de professores voltada para o uso pedagógico das TIC's como: Programa Banda Larga nas Escolas, Programa Um Computador por aluno e Proinfo em várias versões.

No entanto, o debate apresentado sugere uma nova pesquisa que avalie, na ótica do professor, a eficácia desses programas de formação de professores para o uso das TIC's.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth. **ProInfo**: informática e formação de professores. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proinfo Integrado**. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13156:proinfo-integrado&catid=271:seed>. Acesso em: 28 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial nº 522, de 09 de abril de 1997**. Brasília: 1997. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001167.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

BRASIL. República Federativa. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 28 abr. 2014.

BRITO, Glaucia da Silva. **Educação e novas tecnologias: um repensar**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

BROCANELLI, C. R.; GITAHY, R. R ; RINALDI, R. P. . As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e os processos de formação humana. In: BATISTA, Cláudia Karina Ladeia; ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. (Org.). **Educação, Tecnologia e**

Desenvolvimento Sustentável. 148 ed. Paranaíba: Boreal, 2010, v. 1.

CUNHA, Djenane Sichieri Wagner. **Ensino-aprendizagem e as novas TIC.** Material da Pós-Graduação Lato Sensu em Educação a Distância. Faculdade Interativa COC, 2008.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.** São Paulo: Cortez, 1998.

DEMO, Pedro. Formação de professores básicos. **Em Aberto.** Brasília, ano 12, nº 54, abr./jun. 1992.

FELDMAN, Graziela (org). **Formação de professores e escola na contemporaneidade.** São Paulo: SENAC São Paulo, 2009.

GÓMEZ, Ángel I. Pérez. Competência ou pensamento prático? A construção dos significados de representação e de ação. In: SACRISTÁN, José Gimeno et al. **Educar por competências: o que há de novo?** Porto Alegre: Artmed, 2011.

GONZAGA, Junior; LIMA, Edson. **Gestão da Informação e do Conhecimento.** 3. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

LUCKESI, C. C.. Formação do Educador sob uma ótica transdisciplinar. Revista **ABC EDUCATIVO**, v. 04, nº 29, nov. 2003. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/textos/abc_educatio/abceducacio_29formacao_do_educador.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

LUCKESI, C. C.. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

TAYRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade**. 3. ed. São Paulo: Érica, 2001.

UNDIME-SP, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Orientações Gerais para Implementação Cursos do Proinfo Integrado 2014**. UNDIME: São Paulo, 2014.

VALENTE, J. A.. Pesquisa, Educação e Aprendizagem com o computador: o papel do computador no ensino-aprendizagem. In: Secretaria de Educação a Distância. **Integração das Tecnologias na Educação**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005.

**A personagem menino do caixote do escritor João
Antônio: um desajustado em busca de vislumbre**

*The character menino do caixote by the writer João
Antonio: a disturbed person searching for visibility*

Maria Celinei de Sousa Hernandes³

Resumo: Este trabalho trata de uma breve análise da personagem Meninão do Caixote, do conto de mesmo título do escritor João Antonio Ferreira Filho. Para isso consideramos algumas marcas literárias estruturais e mais especificamente a caracterização da personagem principal, que no conto representa, por meio da apresentação de suas descrições, atitudes e conflitos, o universo familiar de uma criança socialmente desprestigiada do bairro da Lapa e do universo da jogatina de sinuca onde a personagem principal transita desvelando os conflitos existenciais de uma criança/adolescente dividida entre o universo social repressor do lar e da escola e o universo da jogatina e da malandragem do jogo de sinuca. Meninão do Caixote, tanto seu nome quanto sua personalidade vão se construindo durante o enredo.

Palavras-chave: Personagem. Caracterização. Meninão do Caixote.

³ Professora no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, (UFMS), Três Lagoas. Doutoranda na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas.

Abstract: *This work is a brief analysis of the character Meninão do Caixote, as the story of the same title of the writer John Antonio Ferreira Filho. For that we consider some structural literary marks and more specifically the main character characterization, who in the story acts, through the presentation of his descriptions, attitudes and conflicts, the familiar universe of a socially discredited child from the Lapa district and the universe of snooker gambling where the main character goes revealing the existential conflicts of a child / adolescent one divided between the repressing social universe of home and the school and the universe of gambling and the hustling of the snooker game. Meninão do Caixote, both his name and his personality will be building during the storyline.*

Keywords: *Character. Characterization. Meninão do Caixote.*

1 Introdução

João Antonio Ferreira Filho, autor de “Meninão do Caixote”, trata em seus contos, a temática dos excluídos e marginalizados socialmente. É o escritor que trouxe para o cenário da literatura brasileira, a face desigual e oculta de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Deu voz aos marginalizados, recebendo a alcunha de “escritor do submundo”. Conhece e vivencia, em muitos momentos de sua vida, os mesmos espaços de suas personagens, seja na malandragem, seja na sinuca. Desse conhecimento aplica um irreprimível lirismo na pesquisa da personalidade de seus personagens, como acontece em “Meninão do Caixote”:

Trata-se de um lirismo que não aparece do vazio: surge do tempero exato das situações, da realidade imprimindo vitalidade em tudo aquilo que faz. Meninão, um jogador de sinuca famoso, sua pequena família, sua escola, seus mestres na arte, Vitorino, Tiririca, jogadores exímios, o G.M.C. do pai acenando para a vida diversa, decente, arrumada, a máquina de costura da mãe na ordem do trabalho, tudo isso João Antonio ajusta com a força de sua linguagem criando expressões delicadas que vão surgindo da introspecção de Meninão e fazendo vibrar seu círculo de vida. (BARBOSA, 1980, p. 139).

A fim de representar o real de maneira convincente, as marcas literárias presentes neste conto conseguem criar um mundo próprio, que nos carrega até ele, fazendo o leitor sair de seu próprio mundo e mergulhar no do personagem central, de sua pequena família, de seus companheiros de sinuca e de todo o meio que o envolve. Vai-se construindo um universo em torno dele, uma rede de acontecimentos que justificam sua atração pela sinuca.

Neste conto, como em outros, João Antonio se utiliza da arte de dar voz a seus personagens e assim mostrar os indivíduos de classes menos favorecidas socialmente, permitindo que esses possam exprimir o teor de sua humanidade e interesses. Isso faz com que em sua obra, o discurso do narrador não se distancie da fala das personagens, porque não aparece entre ambos um abismo cultural.

O conto “Meninão do Caixote” foi publicado no livro de contos *Malagueta, Perus e Bacanaço*, em 1963. Narrado, em maior parte em primeira pessoa, apresenta

por meio do desenrolar do enredo e por meio das marcas literárias postas pelo narrador controlador da enunciação dos eventos, a construção do personagem central, um garoto de seus 14, 15 anos que busca no mundo da sinuca preencher o vazio de sua vida saudosa da vila Mariana, cansado da vida que levava com a mãe em casa e também da escola.

A criança no conto de João Antonio foge do estereótipo maniqueísta, característico de muitos dos contos que apresentam uma criança como personagem central. O menino é apresentado como um ser humano fragmentado que vai se compondo com a amarração dos elementos literários. Conforme Candido (1974, p. 59), “Graças aos recursos de caracterização, o escritor é capaz de dar a impressão de vida de um ser ilimitado, contraditório, infinito na sua riqueza, assim temos a personagem como um todo coeso ante a nossa imaginação.”

Neste conto, João Antonio apresenta uma pequena amostra do universo da jogatina e da malandragem sob a ótica de uma criança que vai conhecendo este mundo:

Partidas baratas e partidas caras. Funcionavam supetões, palpitações e suor frio. Sorrisos quietos, homens secos, amarelos, pescoços de galinha, olhos fundos nas caras magras. Aqueles não dormiam, nem comiam. E o dinheiro na caçapa parecia vibrar também, como o taco, como o giz, como os homens que ali vibravam. Picardia, safadeza, marmeladas também. O jogo enganando torcidas para coleta das apostas. (ANTONIO, 1976, p. 88)

2 O enredo

Meninão do Caixote trata-se da história de um garoto que não gosta de morar na Lapa porque acha a rua onde mora sem graça; sente saudades da Vila Mariana, onde passava horas brincando com o amigo e primo Duda; também se queixa da mãe que, segundo ele, vivia nos nervos, principalmente quando o pai saía para trabalhar em seu caminhão e ficava de dois a três meses fora. Sente saudade do pai, que dirige um grande caminhão. Também não gosta da escola, nem da sua professora que o ignora e envia bilhetes que fazem com que a mãe o surte em casa.

Num determinado dia, a mãe pede que ela vá buscar leite e no bar Paulistinha. Com o início de uma chuva, ele é obrigado a ficar no estabelecimento, onde alguns homens estão jogando sinuca, entre eles Vitorino, que fica amigo do garoto, tornando-se seu mestre na arte da sinuca. Para melhor jogar, ele sobe em um caixote. Vai aprendendo, jogando, e, aos poucos, se torna *um taco*, como eram chamados os bons jogadores.

O interesse pelo jogo cresce ao ver a *performance* do habilidoso Vitorino:

Porque Vitorino era um bárbaro, o maior taco da Lapa e uma das maiores bossas de São Paulo. Quando nos topamos Vitorino era um taco. Um cobra. E para mim, menino que jogava sem medo, porque era um menino e no tinha medo, o que tinha era muito jeito, Vitorino ensinava tudo, no escondia nada [...]. (ANTONIO, 1976, p. 88)

O jogo de sinuca entra em confronto com as obrigações escolares e com as preocupações de sua mãe.

Começa a faltar à escola, tem brigas com a mãe a principio, e depois passa a fugir pela janela de casa para jogar. Com o tempo, o jogo passa a valer dinheiro, mas o menino fica com pouca parte, a maior fica com Vitorino, passando a ser o agenciador do garoto. A fama do menino do caixote corre por vários subúrbios, tornando-o famoso em vários lugares do submundo.

O menino tentava largar o “joguinho”, como é descrito no trecho: “Larguei uma, larguei duas, larguei muitas vezes o joguinho. Entrava nos eixos. No colégio melhorava, tornava-me outro, me ajustava ao meu nome”. No entanto, Vitorino não o deixava parar e o convencia a voltar para o jogo.

O ponto alto da história acontece quando em uma jogatina com Tiririca, um dos cobras na arte da sinuca, a mãe do menino aparece no bar trazendo uma marmitta com o almoço para o filho. O garoto vê a cena da mãe saindo atrás das cortinas verdes, que separam a sinuca do restante do bar, com sua comida em mãos, não aguenta e começa a chorar. Então promete a si mesmo que vai abandonar o jogo definitivamente.

3 Meninão do caixote: um desajustado

“É a personagem que mais nitidamente torna patente a ficção, através dela a camada imaginária se adensa e se cristaliza. Como seres humanos, encontram-se integrados num denso tecido de valores de várias ordens, que revelados, como numa iluminação, atuam na plena concreção do ser humano individual.” (ROSENFELD, 1976)

O conto de João Antonio compõe-se de seres ficcionais criados através de lembranças e observações de suas vivências entre a “arraia miúda” já que o conto,

como categoria ficcional, tem um ser vivo como base para a construção de seus personagens.

No entanto, é preciso deixar claro que nenhum personagem ficcional é igual ao ser real, pois os mistérios deste são insondáveis, sendo um ser complexo difícil de ser decifrado, que age inesperadamente sem nenhuma previsão. Já a personagem ficcional tem seu interior e sua complexidade revelados ao leitor. Quando um personagem se apresenta igual ao ser real, deixa de ser literatura e passa a ser história. Segundo Antonio Candido:

O Homo fictus é e não é equivalente ao Homo sapiens, pois vive segundo as mesmas linhas de ação e sensibilidade, numa proporção diferente e conforme avaliação também diferente. Come e dorme pouco, por exemplo, mas vive muito mais intensamente certas relações, principalmente as amorosas. Do ponto de vista do leitor, a importância está na possibilidade de ser ele conhecido muito mais cabalmente, pois enquanto conhecemos o nosso próprio exterior, o romance nos leva para dentro da personagem, porque seu criador e narrador são a mesma pessoa. (CANDIDO, 1976, p. 63 – 64)

A criação da personagem verossimilhante é fruto de um trabalho interno com todos os componentes da obra, um trabalho com os contextos objectuais, aspectos esquemáticos, palavras, imagens, descrição de fisionomias. São esses elementos que darão verossimilhança à obra, caracterizando as personagens, suas atitudes, decisões e destino:

Cada traço adquire em função de outro, de tal modo que a verossimilhança, o segmento de realidade, depende sob este aspecto, da unificação do fragmentário pela organização do contexto. Essa organização é o elemento decisivo da verdade dos seres fictícios, o princípio que lhes infunde a vida, calor e os que faz parecer mais coesos, mais apreensíveis e atuantes que os próprios seres vivos. (CANDIDO, 1976, p. 79 – 80)

No contexto da diegese, de “Meninão do Caixote”, as personagens secundárias homologam as características da personagem principal e contribuem para a formação de um contexto em que se desenvolve a personalidade do garoto e, ao mesmo tempo, oferece ao leitor a realização do contexto social e familiar da personagem principal, além disso, são elas que também homologam a verossimilhança do enredo.

Enquanto personagem focalizadora, o menino apresenta ao leitor os demais personagens sob seu ponto de vista: a mãe uma mulher que sofre dos nervos quando o pai não está em casa; o pai como um ídolo na família, por ser brincalhão ter um carro-tanque G.M.C., que rodava pelas estradas Roncando; e Vitorino como seu mentor na arte da sinuca, um homem magro, seco, de aparência desgastada, que era um bom taco mas tornou-se um taco ruim.

O conto inicia-se em *últimas rés*, e o narrador protagonista, no início da narrativa assume uma terceira pessoa apresentando o final de carreira para Vitorino, que já não era mais um bom taco e nem contava com as tacadas de Meninão. Assim, em um resumo, relata o final de quem já fora um grande taco e agora sem as

próprias habilidades de bom taco e sem as do menino, que também lhe rendiam sucesso e dinheiro, encontra-se largado num banco de rua. Isso sugere ao leitor, logo de início, a a consciência do menino sobre a forma trágica como pode terminar a vida daqueles que vivem nesse mundo marginal cercado de ápices e tragédias:

Foi o fim de Vitorino. Sem menino do Caixote, Vitorino não se agüentava. Taco velho quando piora, se entreve duma vez. Tropicava nas tacadas, deu-lhe uma onda de azar, deu para jogar em cavalos. Não deu sorte, só perdeu, decaiu, se estrepou. Deu também para a maconha, mas a erva deu cadeia. Pegava xadrez, saía, voltava...
E assim, o corpo magro de Vitorino foi rodando São Paulo inteirinho, foi sumindo. Terminou como tantos outros, curtindo fome quietamente nos bancos dos salões e nos botecos. (ANTONIO, 1976, p. 81).

A maior parte do conto é narrada em primeira pessoa, e não há distâncias de estilo entre narrador e personagens, o que demonstra um narrador mais próximo de seus personagens, irmanando-se à voz dos marginalizados excluídos socialmente e que povoam os bares de sinuca. O menino narrador incorpora o vocabulário próprio dos bares:

Porque Vitorino era um bárbaro, o maior taco da Lapa e uma das maiores *bossas* de São Paulo. Quando nos topamos Vitorino era um taco. Um *cobra*. (...)
Não mandava ninguém. Vitorino trocava as bolas, mexia os pauzinhos, fazia *negaça*, eu aceitava a sua *charla* macia. (ANTONIO, 1976, P. 88)

Bossas, um cobra, negaça, charla, dentre, outras são palavras aprendidas pelo garoto no universo da malandragem da sinuca. É o vocabulário constituindo parte de nosso narrador que se aproxima do contexto.

O narrador protagonista comanda a narração assumindo o ponto de vista de um adolescente que vai conhecendo o universo da jogatina. Nesse comando delega voz às personagens poucas vezes. “Entra, Entra.”, “Mas é claro, garotão”, “Larga brasa, rapaz.” Por meio dessas falas de Vitorino, o garoto inicia-se no jogo, pois se sente estimulado a conviver nesse universo, uma vez que as palavras o encorajam e não o reprimem como acontece em casa e na escola. Assim o leitor passa a conhecer o menino mais por suas atitudes, carências e interesses em relação ao jogo.

A construção da personagem acontece desde a narração de seu tempo de menino na vila Mariana, onde se sentia feliz. Ali era a imagem de candura, de meninice e alegrias que gozava brincando com o primo Duda:

A gente em casa apanhava que nossas mães não eram sopa e com mãe havia sempre uma complicação. A camisa meio molhada, os cabelos voltavam encharcados, difícil disfarçar e a gente acabava apanhando. Apanhava, apanhava, mas valia. Puxa vida! A gente tirava a roupa inteirinha, trepava no barranco e “tichbum” – baque gostoso do corpo na água. Caía aqui, saía lá, quatro-cinco metros adiante. O gostosura que era a gente debaixo da água num mergulhão demorado! (ANTONIO, 1976. p 82)

O mundo de meninices acaba quando a família se muda para a Lapa, portanto o lugar contribui para que ele tenha outros interesses:

Agora, na Lapa, numa rua sem graça, papai viajando no seu caminhão, na casa vazia só os pés de mamãe pedalavam na máquina de costura até a noite chegar. E a nova professora do grupo da Lapa? Mandava a gente à pedra, baixava os olhos num livro sobre a mesa. Como eu não soubesse, o tempo escorria mudo, ela erguia os olhos do livro, mandava-me sentar. Eu suspirava de alívio. (ANTONIO, 1976, p. 82)

No excerto acima, evidencia-se a forma como o garoto se sente morando na Lapa e na escola, onde convivia com uma professora que segundo ele: “lia o seu livro e me esquecia abobalhado frente da lousa. Depois o bilhete para minha mãe me bater, castigo, surra, surra.”

Com todas as surras, ele desaprende a felicidade, com a ausência dos pais, desaprende a ser filho amado, com a escola ser hipócrita, desaprende tudo enquanto criança.

Além de desaprender, o menino sente-se ignorado pelas pessoas que o cercam e possivelmente sente-se perdido no mundo, buscando outros universos. Primeiro faz isso observando a geografia do mapa que fica olhando no chão enquanto a mãe pedalava a máquina de costura até mandá-lo ir buscar leite:

– Menino, vai buscar o leite. Pararam os pés no pedal, parei o passeio do dedo na cartografia, as pernas jogadas no soalho, barriga no chão, onde estirado eu pensava num carro-tanque e no boné de

couro de papai. Ergui-me, limpei o pó da calça. Uma preguiça... (ANTONIO, 1976, p 84)

Fica preso no bar por causa da chuva forte, quando fora buscar leite, e então passa a conhecer o bar Paulistinha, onde encontra-se pela primeira vez com Vitorino. O primeiro interesse por Vitorino acontece depois que o mesmo o chama de garotão: “Fiquei sem graça. Para mim, moleque afeito às surras, aos xingamentos, leves e pesados que um moleque recebe, aquela amabilidade me pareceu muita.” Mesmo a amabilidade, vindo de um homem com aparência tão desagradável quanto ele relata:

Um homem feio, muito branco, mas amarelado ou esbranquiçado, eu não discernia, um homem de chapéu e de olhos sombreados, os olhos lá no fundo da cara, braços finos, tão finos. Se chegou para o canto e largou um sorriso aberto: – Mas é claro, garotão! (ANTONIO, 1976, P. 85)

Além da descrição acima, o menino continua descrevendo o homem, que o trata com distinção, oferecendo com isto condições para que se possa caracterizar o jogador de sinuca, que é descrito como uma figura repulsiva, embora tenha grandes habilidades como jogador profissional:

O sujeito dos olhos sombreados, sujeito muito feio, que sujeito mais feio! No seu perfil de homem de pernas cruzadas, a calça ensebada, a barba raspada, o chapéu novo, pequeno, vistoso, a magreza completa. Magreza no rosto

cavado, na pele amarela, nos braços tão finos (...). E magreza até no contorno do joelho que meus olhos adivinhavam debaixo da calça surrada (...). (ANTONIO, 1976, p. 87)

As descrições acima revelam o homem que passa por privações e fome, por meio de seu estado físico de excessiva magreza, pele amarelada quase esbranquiçada e olhos sombreados, com os trajes surrados e ensebados. A insistência na caracterização da personagem Vitorino também justifica o seu final que aparece no início do conto. Ressaltando o porquê de ele estar acabado.

Embora a aparência de Vitorino não lhe agrade é a partir dele, que o menino se sente enxergado por alguém, o que lhe causa desde o princípio interesse em estar no bar:

Os pés de mamãe na máquina de costura não paravam.
Para mim, Vitorino abria uma dimensão nova. As mesas. O verde das mesas, onde passeava sempre, estava em todas, a dolorosa branca, bola que cai e castiga, pois o castigo vem a cavalo. (ANTONIO, 1976, p. 88)

Não aparece durante o enredo, o nome próprio do menino. Em casa, a mãe o chama apenas por menino. Já no bar Paulistinha ele é chamado a princípio por apenas Meninão:

Saía, fazia que ia brincar. Ficava lá no meu canto, procurando compreender. Os homens brincavam:
– O meninão!

Eu sorria, como que recompensado. Aquele dera pela minha presença. Um outro virava-se:
 – O menino, você está aí?
 Meninão, menino, meu nome ficou sendo Meninão. (ANTONIO, 1976, p. 88)

Sente importante por ser visto por aqueles homens que frequentam o bar e jogam sinuca. Assim seu interesse pelo jogo cresce à medida que se sente percebido.

O menino encontra um cenário novo para sua vida no bar. A partir de então, passa a jogar muito sob os comandos de Vitorino. Para ter uma visão melhor do jogo, este lhe oferece um caixote, no qual o menino sobe:

Eu era baixinho como mamãe. Por isso, para as tacadas longas era preciso um calço. Pois havia. Era um caixote de leite condensado que Vitorino arrumou. Alcançando altura para as tacadas, eu via a mesa de outro jeito, eu ganhava uma visão! Meu jogo iludia, confundia, desnor-teava. Muitos não acreditavam nele. Também por isso rendia... E desenvolvia um jogo que enervava um santo. Porque me trepasse num caixote e porque já me chamassem Meninão... (ANTONIO, 1976, p. 87)

Sua alcunha vai se formando no decorrer da narrativa. De menino para Meninão e depois de subir no caixote para jogar e visualizar melhor o jogo passou a ser o Meninão do Caixote. Este nome ganha importância tanto para ele próprio quanto para o mundo da sinuca. Por todos os cantos que passa se torna respeitado e temido. Muitos querem desafiar o Meninão:

Meninão do Caixote... Este nome corre as sinucas da baixa malandragem, corre Lapa, Vila Ipojuca, corre Vila Leopoldina, chega a Pinheiros, vai ao Tucuruvi, chegou até Osasco. Ia indo, ia indo. Por onde eu passava, meu nome ficava. Um galinho de briga, no qual muitos apostavam, porque eu jogava, ia lá ao fogo do jogo e trazia o dinheiro. Lá ia eu, Meninão do Caixote, um galinho de briga. Um menino, não tinha quinze anos.

Crescia, crescia o meu jogo no tamanho novo do meu nome. (ANTONIO, 1976, p. 89)

A enumeração de todos os lugares por onde percorre a fama do Meninão nos remete à tamanha expressividade que sua fama teve no universo da jogatina.

O menino deixa de se sentir invisível como antes e passa ter seu nome conhecido e reconhecido em vários cantos da cidade onde se joga sinuca. Há com essa mudança de nome e notoriedade, uma provável mudança de identidade da personagem principal: de menino inocente a jogador famoso no mundo da malandragem. Além disso, passa a tomar conhecimento de outro mundo, que lhe oferece novas alternativas para a vida: ausentar-se da escola, ficar mais tempo sem a presença da mãe, ganhar algum dinheiro, e principalmente ganhar visibilidade. Sua vida toma novos rumos:

Minha vida ferveu. Ambientes, ambientes do joguinho. No fundo, todos os mesmos e os dias também iguais. Meus olhos nas coisas. O trouxe, a marmelada, o inveterado, traição. (...)

Conheci vadios e vadias. Dei-me com toda a canalha. Aos catorze, num cortiço da Lapa-de-baixo conheci a primeira mina. Mulatinha, empregadinha, quente. Ela gostava da minha charla, a gente se entendia. (ANTONIO, 1976, p. 90)

Com o tempo, passa a se desgostar da vida que levava e por diversas vezes tenta lagar o jogo, a malandragem, porque aquilo para ele também não era vida, viver largado sem comer, nem dormir direito. De bajulado no início dos jogos, passa a ser explorado, pagando muito para seu agenciador Vitorino:

Umás coisas já me desgostavam.
Jogava escondido, está claro. Brigas em casa, choro de mamãe.
(...) Mas a malandragem continuava, eu ia escorregando difícil, matando aulas, pingando safadezas. (ANTONIO, 1976, p. 90)
(...)
Dureza, aquela vida: menino que estuda, que volta à casa todos os dias e que tem papai e tem mamãe. Também não era bom ser Meninão do Caixote, dias largado nas mesas da boca do inferno, considerado, bajulado, mandão, cobra. Mas abastecendo meio mundo e comendo sanduíche, que sinuca é ambiente da maior exploração. Dava dinheiro a muito vadio, era a estia, gratificação que o ganhador dá. (...) E eu ia aprendendo – o joguinho castiga por princípio, castiga sempre, na ida e na vinda o jogo castiga. Ganhar ou perder, tanto faz. (ANTONIO, 1976, p. 91)

Menino, de bajulado passa a ser explorado e, neste caso, de malandro passa a otário, simultaneamente, na partilha do dinheiro das partidas.

Por diversas vezes, tentara se afastar do jogo. Entrava de volta no rumo: frequentava a escola, ficava em casa. No entanto, Vitorino conseguia levá-lo de volta. Durante os jogos e em seus momentos de indignação com a exploração que sofria, o menino passa a se lembrar da mãe e de como ela estaria em casa preocupada com ele. São momentos em que ele passa a ter flashes de consciência sobre a importância da mãe em sua vida:

Mamãe me via chegar, e às vezes fingia não ver. Depois, de mansinho, eu me deitava. E depois vinha ela e eu fingia dormir. Ela sabia que eu não estava dormindo. Mas mamãe me ajeitava as cobertas e aquilo bulia comigo. Porque ia para o seu canto, chorosa.
Mamãe, coitadinha. (ANTONIO, 1976, p. 90)

Ao final da narrativa, após um jogo com o malandro Tiririca, considerado entre os malandros como uma partida cara, a decisão do narrador protagonista em parar de jogar parece alcançar seu ápice.

Mesmo navegando pelo atribulado e atraente mundo da sinuca, o menino chega de volta aos braços de sua mãe. Após vê-la trazer-lhe o almoço no bar onde jogava e sair em seguida, sem ao menos repreendê-lo. Meninão do Caixote emociona-se e decide parar com a sinuca depois de dois anos de taco e grandes vitórias. A emoção o domina e atinge a nós, leitores:

Vinha chorosa de fazer dó. Mamãe surgindo na cortina verde, vinha

miudinha, encolhida, trazendo uma marmita. Não disse uma palavra, me pôs a marmita na mão.

– O seu almoço.

Um frio nas pernas, uma necessidade enorme de me sentar. E uma coisa me crescendo na garganta, a boca não agüentava mais, senti que não agüentava. Ninguém no meu lugar agüentaria mais. Ia chorar, não tinha jeito. (ANTONIO, 1976, p. 98)

A imagem do choro e depois do ato de limpar os olhos nos remete a uma metáfora em que era preciso purificar seu olhar para entender o carinho e a atenção da mãe para com ele: “O choro já serenado, baixo, sem os soluços. Mas era preciso limpar os olhos para ver as coisas direito. Pensei, um infinito de coisas batucaram na cabeça.” Assim ele ultrapassa a cortina que separa os dois mundos: aquele de casa com papai e mamãe daquele do jogo:

Larguei as coisas e fui saindo. Passei a cortina, num passo arrastado. Depois a rua. Mamãe ia lá em cima. Ninguém precisava dizer que aquilo era um domingo... Havia namoros, havia vozes e havia brinquedos na rua, mas eu não olhava. Apertei meu passo, apertei, apertando, chispei. Ia quase chegando.

Nossas mãos se acharam. Nós nos olhamos, não dissemos nada. E fomos subindo a rua. (ANTONIO, 1976, p. 99)

É devido ao amor e atenção de sua mãe que o menino começa a ter consciência de que há outro universo de possibilidades esperando-o fora da jogatina.

A mãe, a princípio, é apresentada pelo narrador protagonista com um perfil de uma mulher batalhadora,

exigente, séria e, sobretudo, solitária, devido ausência do marido. Uma dona de casa que, ao primeiro sinal do desvio do filho, tem como única atitude o pranto, o desespero. A anterior soberania de uma mãe autoritária cedeu lugar a um sentimento de incapacidade, a uma sensação de perda de controle sobre o filho, quando foi levado pelas mãos da malandragem, pelas mãos de Vitorino, que para o garoto é um exemplo na arte da malandragem e da sinuca.

Além da mãe, as outras personagens também se mostram em sua complexidade, diante do olhar do menino. O pai é admirado por ele, por ser alegre e viver viajando em seu caminhão, no entanto concorda com a mãe quando esta fica nos nervos com a mania do pai ficar muito tempo longe viajando. Também percebe o que representa Vitorino, um mestre que lhe ensinou a arte e as malandragens da sinuca, mas que também o faz de idiota, ficando com a maior parte da grana que recebe nos jogos. Vitorino é um mestre na arte da malandragem e do bom papo, mas não consegue se livrar do final trágico largado num banco sozinho.

Com o desenrolar do enredo e as atitudes das personagens, a vida também se apresenta complexa para o menino ao perceber que não há plenitude de bem-estar em nenhum dos mundos que frequenta. Em cima do caixote, torna-se um desajustado que se equilibra num caixote, um meninão só na alcunha, que não cresceu ainda, mas que busca sua identidade. Então daí a importância de retornar para a mãe.

4 Considerações finais

Os elementos estruturais e, principalmente aqui, as personagens contribuem para a composição de um

conto colado à realidade do universo de crianças moradoras do morro da Lapa e vivem a dificuldade da ausência dos pais. Assim essas crianças se tornam facilmente seduzidas pelas artimanhas do vício em jogatinas. A procura de visibilidade do menino também se remete à mesma procura daqueles marginalizados socialmente. O que o autor João Antonio também procura proporcionar com seus contos é parte dessa visibilidade necessária às classes socialmente e economicamente marginalizadas.

A narrativa traz em sua essência a história de uma criança abortada pela marginalidade, em consequência dos desajustes causados pela desigualdade de classes sociais, que obrigam os pais a se distanciarem de seus filhos, a fim de manterem a sobrevivência dos membros da família.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, João. Meninão do Caixote. In: ANTONIO, João. **Malagueta, Perus e Bacanaço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

BARBOSA, João Alexandre. Malagueta, Perus e Bacanaço. In: **Opus 60: ensaios de crítica**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

CANDIDO, Antonio et al. **A personagem de ficção**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MONTEIRO, Luana. Considerações sobre a personagem Mariazinha Tiro a esmo do escritor João Antonio. In:

**VIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
SÓLETRAS – Estudos Linguísticos. 2011. Anais
UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná –
Centro de Letras, Comunicação e Artes. Jacarezinho,
2011. ISSN – 1808.9216. p. 353 – 360.**

ROSENFELD, Anatol. **Texto/Contexto**. São Paulo:
Perspectiva, 1969. p. 73-95.

O tratamento das operações de arrendamento mercantil (*leasing*) de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade

Treatment of the leasing in accordance with international accounting rules

Edenildo Ribeiro de Lima⁴
Tony Yoiti Yokota⁵
Iara Medeiros de Carvalho⁶

Resumo: O presente artigo tem por objetivo fazer uma abordagem sobre as operações de *leasing* e esclarecer questões quanto ao seu tratamento de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. Nos últimos anos, a contabilidade brasileira passou por grandes transformações, buscando se adequar aos Padrões Internacionais de Contabilidade e assim gerar informações capazes de proporcionar maior comparabilidade entre o desempenho das empresas em diversos países. Durante o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, surgiu a necessidade em buscar através de estudos, mais conhecimentos em relação a algumas operações, que ainda causam dúvidas e discussões. Um exemplo disso é a contabilização dos contratos de arrendamento

⁴ Graduando em Ciências Contábeis nas Faculdades Integradas Urubupungá (FIU).

⁵ Graduando em Ciências Contábeis nas Faculdades Integradas Urubupungá (FIU).

⁶ Professora nas Faculdades Integradas Urubupungá (FIU).

mercantil, também conhecidos como *leasing*, que é uma forma de financiamento muito interessante para as empresas. Através de uma pesquisa bibliográfica constatou-se que as operações de arrendamento mercantil são subdivididas em Operacional e Financeiro. E que deverão ser classificadas utilizando da visão econômica da essência sobre a forma, ou seja, registrar as operações de *leasing*, conforme a teoria contábil e não seguindo a forma jurídica.

Palavras-chave: *Leasing*, Tratamento, Internacional.

Abstract: *The present article aimed to make an approach about the leasing operations and make clear the questions about its treatment according with the International Accounting Rules. In the last years, the Brazilian accounting has passed through big transformations, searching for fitting to the international Accounting Defaults and so, generates information capable to provide more comparability between the companies performance's in many countries. During the process of convergence to the International Accounting Rules, has appeared the need for searching through the studies, more knowledge related to some operations, that still has been causing doubts and discussions. An example of this is the accounting of the contract of the leasing, also known as leasing, that is a way of financing very interesting to the companies. Through a bibliographical research was noticed that the operations of leasing are subdivided as Operational and Financial. And must be classified using the vision of economical essence over the form, in other words, register the operation of leasing, as accounting theory, and not following the juridical form.*

Keywords: *Leasing, Treatment, International.*

1 Introdução

Este artigo é dirigido aos alunos e profissionais das áreas de Administração e Contabilidade. Pois nos últimos anos, com o processo de globalização dos negócios, dos mercados de capitais e o crescente número de empresas multinacionais, levaram o Brasil e vários outros países a adotarem os Padrões Internacionais de Contabilidade. Com isso a Contabilidade Brasileira tem sofrido grandes transformações para se adequar às Normas Internacionais de Contabilidade estabelecidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis, o *International Accounting Standards Board* (IASB).

O IASB tem como objetivo harmonizar as normas contábeis e os procedimentos utilizados pelos diferentes países na busca de uma maior comparabilidade da contabilidade entre si.

Uma das diferenças existente na Contabilidade Internacional, é a contabilização do *leasing*, termo utilizado na contabilidade para denominar uma forma de financiamento e que no Brasil é regulamentado como arrendamento mercantil. Esse tipo de operação traz muitos benefícios para as organizações, pois com as operações de *leasing*, as empresas podem utilizar de um bem e até mesmo contabilizá-lo em seu ativo sem a necessidade de um desembolso imediato, porém ainda existem questões a serem discutidas quanto a sua classificação e ao seu tratamento.

Diante da necessidade de um maior conhecimento da Contabilidade Internacional, e considerando a importância do processo de convergência das

normas contábeis em si, este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre as operações de *leasing* e o seu tratamento, segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, identificar as principais mudanças em relação a esse tipo de operação e apresentar os critérios que devem ser considerados para realizar a sua classificação, colocando em evidência a importância do tema e de seu tratamento contábil ante as demonstrações financeiras. Através de uma pesquisa serão relacionadas informações relevantes que possam servir de base para fundamentação deste estudo.

2 Metodologia

A metodologia utilizada para alcançar o objetivo deste trabalho, é de natureza bibliográfica, fundamentada de forma qualitativa em bibliografias existentes (livros, periódicos, artigos científicos, *internet* etc.), sobre temas relacionados ao *leasing* capazes de agregar maior conhecimento sobre o assunto.

“A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 12). Por isso buscou-se obras recentes, que já apresentam a Contabilidade nos Padrões Internacionais.

3 IFRS (*International Financial Reporting Standards*)

Com a globalização dos negócios e o crescimento das empresas multinacionais, surge a necessidade de se fazer uma comparação das demonstrações contábeis em

diferentes países, assim foram criadas as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

IFRS (*International Financial Reporting Standard*) são os Padrões de Relatórios Financeiros Internacionais, emitidas pelo IASB e constituem hoje, uma fonte de referência para as práticas contábeis mundiais. Foram criadas com o objetivo de harmonizar a contabilidade em diferentes países, que possibilitassem às empresas e investidores do mundo todo compararem suas demonstrações contábeis de forma global (AZEVEDO, 2010).

As Normas Internacionais de Contabilidade surgiram da necessidade de um modelo único de normas contábeis, que possibilitassem às empresas transmitirem em suas demonstrações contábeis, transparência, confiabilidade e comparabilidade, atendendo ao público interessado nessas Demonstrações Contábeis, sejam eles investidores, administradores, analistas, pesquisadores ou quaisquer outros usuários e leitores de tais demonstrações em diferentes países. Segundo Azevedo (2010, p. 29), “essa padronização de regras com o mercado internacional facilita a análise das demonstrações por investidores estrangeiros interessados em aplicar recursos em nosso país”, trazendo assim, uma série de benefícios para o Brasil.

O IASB (Conselho de Padrões da Contabilidade Internacional) é um órgão independente do setor privado que se destina ao estudo de padrões contábeis. Foi criado em 2001 e teve como seu antecessor o IASC (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade). É formado por um Conselho de Membros com mais de 140 entidades de classe de todo o mundo, em mais de 100 países, inclusive do Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tem como

objetivos, desenvolver no interesse público um único conjunto de normas contábeis de alta qualidade, promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas e realizar a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade. (SILVA; NIYAMA, 2011).

As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB possibilitam às empresas multinacionais, compararem as demonstrações contábeis e a evolução do patrimônio das organizações em diferentes países.

De acordo com Silva e Niyama (2011, p. 148)

O IASB tem como uma das premissas básicas a adoção, muitas vezes, de mais de um procedimento contábil numa mesma transação operacional, inclusos nas orientações publicadas. Com isso, um dos benefícios proporcionados pela convergência das normas contábeis é a comparabilidade das informações fornecidas pelas empresas situadas nos diversos países, permitindo melhor avaliação em diferentes economias e culturas.

A comparabilidade dessas informações é muito importante para os seus usuários, pois só assim é possível realizar uma avaliação correta sobre a situação e o desempenho das empresas multinacionais, situadas em países diferentes, auxiliando na tomada de decisões quanto à viabilidade do negócio ou possíveis investimentos.

4 Leasing

O *leasing* (Arrendamento Mercantil) é uma palavra de origem inglesa, derivada do verbo “*to lease*”, acrescida do sufixo “*ing*” (gerúndio), que significa alugar. Na contabilidade é usada para denominar uma forma de financiamento que oferece recursos às empresas para aquisição de bens. Seu crescimento no Brasil se dá principalmente entre a associação desta atividade com as atividades bancárias.

Segundo Silva e Niyama (2011) a utilização da operação de *leasing* é muito interessante para as organizações, pois possibilita às empresas utilizarem um ativo que não às pertençam, sem que tenha a necessidade de dispor de capital imediatamente, diminuindo o impacto nos fluxos de caixa, se comparado com a compra desse ativo.

Nas operações de *leasing*, o arrendatário não adquire a propriedade do bem, pelo menos até o final do contrato, apenas a posse, mas mesmo assim, o *leasing* deverá ser classificado, seguindo os critérios conforme determina o inciso IV do artigo 179 da Lei nº 11.638 de 2007,

No imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

As operações de Arrendamento Mercantil são subdivididas em duas modalidades: Arrendamento

Mercantil Operacional e Arrendamento Mercantil Financeiro.

A classificação como “Arrendamento Mercantil Financeiro” ou “Arrendamento Mercantil Operacional” depende da essência da transação e não da forma do contrato. A sua classificação é feita no início do arrendamento mercantil. (AZEVEDO, 2010, p. 183).

Tabela 1 – Principais diferenças do Leasing Operacional e do Leasing Financeiro

Leasing Operacional	Leasing Financeiro
É similar ao aluguel	É mais parecido com um financiamento
Deve ser contabilizado pela empresa arrendatária como despesa	Deve ser contabilizado pela empresa arrendatária como imobilizado
O ativo é contabilizado na empresa arrendadora	O ativo é contabilizado na empresa arrendatária
A empresa arrendadora deverá reconhecer como receita	A empresa arrendadora deverá considerar como venda de forma financiada
Para a empresa arrendatária adquirir o bem no final do contrato, terá que pagar o valor de mercado	Para a empresa arrendatária adquirir o bem no final do contrato, terá que pagar apenas o valor residual

Fonte: Adaptado de Azevedo (2010).

5 Leasing Operacional

O *leasing* operacional em sua essência é tratado como um aluguel. Normalmente através de um acordo contratual, no qual a arrendatária se compromete a

realizar pagamentos periódicos à arrendadora, pela utilização de um ativo que se encontra à sua disposição. Nessa modalidade de arrendamento a empresa arrendatária, adquire apenas o direito de uso do bem arrendado por um período de tempo que é determinado pela assinatura de um contrato. No final desse período, o bem é devolvido à arrendadora. A empresa arrendatária apenas faz a contabilização dos pagamentos das parcelas contratadas, debitando em uma conta de despesa com *leasing*, em contrapartida com uma conta de bancos ou caixa, como se faz com um aluguel. Caso esse contrato venha a ser quebrado, não afetará em nada o patrimônio da empresa arrendatária, e se esta optar em comprar o bem, deverá pagar o preço de mercado e não o valor residual, como acontece nas operações de *leasing* financeiro (MARTINS, 2007).

Para fazer a classificação de um arrendamento mercantil é necessário considerar algumas características, como consta no item 8 da Resolução do CFC nº 1.141 (2008, p.9), “um arrendamento mercantil é classificado como operacional se ele não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade”.

O *leasing* operacional não apresenta muitos problemas ou dúvidas em relação a seu tratamento e classificação contábil. Por ser similar a um aluguel, o ativo permanece contabilizado na arrendadora, que é quem usufrui financeiramente dele, cabendo à arrendatária apenas a contabilização das contraprestações relativas aos pagamentos pela utilização, contabilizadas como despesas.

O item 63 da Resolução do CFC nº 1.157/2009 (p. 11-12), ainda apresenta algumas orientações sobre o arrendamento mercantil operacional como o seguinte:

Quando o arrendamento mercantil é

operacional, a arrendadora mantém o bem arrendado em seu ativo e ela e a arrendatária devem reconhecer a receita e a despesa, respectivamente, numa linha reta, ou seja, em prestações constantes, mesmo que os pagamentos não sejam assim estipulados – ou seja, mesmo no caso de arrendamento operacional, se o contrato prever, por exemplo, 30% do pagamento na primeira prestação, mais 12% na última, e os restantes 58% distribuídos 1% ao mês durante os outros 58 meses de um contrato de 5 anos, contabilmente não se poderá registrar, na arrendadora, a receita de 30% no primeiro mês, o mesmo com despesa na arrendatária, etc. Será necessário que o total seja distribuído, como receita numa e despesa na outra, à base de 1/60 por mês.

De acordo com o exemplo da Resolução acima, o contrato prevê um pagamento de 30% no primeiro mês, 12% no segundo mês e o restante (58%) será dividido em 58 meses, mas, contabilmente não poderá ser registrado desta forma. O total deverá ser dividido pela quantidade de meses, tanto pela arrendatária como pela arrendadora.

6 *Leasing* Financeiro

O *leasing* financeiro é uma operação semelhante à compra de um bem de forma financiada, onde a empresa arrendadora transfere o direito de usufruir o bem, juntamente com os riscos pertinentes a posse desse ativo. De acordo com o item 8 da Resolução do CFC nº 1.141/2008 (p. 8), “um arrendamento mercantil é

classificado como financeiro se ele transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade”.

O *leasing* financeiro pode ser explicado como um negócio jurídico realizado entre instituições financeiras e clientes. Consiste em uma espécie de “locação” de bens, e que no final da transação o arrendatário poderá optar por continuar a locação, extinguir o contrato devolvendo o bem, ou comprar o bem por um valor previamente estipulado na assinatura do contrato, chamado de “valor residual”.

Segundo o item 38 da Resolução do CFC nº 1.159/2009 (p. 9),

Nas operações de arrendamento mercantil, deve prevalecer a essência sobre a forma. Assim, os contratos de *leasing* financeiro, que na sua essência é um efetivo financiamento de ativos, devem ser contabilizados como imobilizado na entidade arrendatária, independentemente da propriedade jurídica do bem, além do passivo respectivo. Da mesma forma, na entidade arrendadora o referido bem (objeto de contrato de arrendamento mercantil) deve ser tratado como um bem vendido de forma financiada, com o reconhecimento contábil do recebível correspondente.

Apesar de possuir a forma de um aluguel, o *leasing* financeiro deverá receber o mesmo tratamento de uma compra financiada com os devidos lançamentos. Ao contrário do que acontece no arrendamento mercantil operacional,

Os pagamentos das prestações do arrendamento mercantil financeiro não se caracterizam uma despesa e, dessa forma serão registradas: parte como amortização parcial do saldo devedor da dívida e parte como pagamento de encargos financeiros. O ativo deve ser depreciado pela sua vida útil, e não pelo prazo do contrato (item 65 da Resolução do CFC nº 1157/2009, p. 12).

O tratamento dado ao *leasing* financeiro no Brasil ainda conflita com a Legislação Fiscal, podendo comprometer a integridade das demonstrações contábeis. Segundo Silva e Niyama (2011, p. 163),

[...] ainda existe a dupla face contábil (tributária e financeira) presente na contabilização desses ativos. Instituições financeiras, por exemplo, por força das disposições regulamentares editadas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, matem os bens arrendados como imobilizado das arrendadoras, fazendo com que um mesmo bem seja capitalizado na arrendatária e na arrendadora.

Para atender a Legislação Fiscal e Contábil, sem que tenha a necessidade de contabilizar um bem imobilizado na arrendadora e na arrendatária, será preciso encontrar uma maneira de resolver esse conflito.

As Tabelas 2 e 3 mostram um exemplo de Balanço Patrimonial Ativo/Passivo, de empresa de Arrendamento Mercantil (Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil), já adequado aos Padrões Internacionais.

**Tabela 2 – BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. –
Balço Patrimonial Ativo – R\$ MIL**

ATIVO	2010	AV%	2011	AV%	2012	AV%
CIRCULANTE	16.766.868	75,0%	18.512.100	81,4%	14.041.179	85,6%
Disponibilidades	225	0,0%	142	0,0%	1.927	0,0%
Aplicações financeiras de liquidez	11.009.766	49,2%	18.071.575	79,5%	10.592.274	64,6%
Títulos e valores mobiliários	5.828.506	26,1%	413.457	1,8%	3.431.670	20,9%
Operações de arrendamento mercantil	(72.271)	(0,3%)	(59.879)	(0,3%)	6.864	0,0%
Outros créditos	294	0,0%	86.486	0,4%	8.127	0,0%
Outros Ativos Circulantes	348	0,0%	319	0,0%	317	0,0%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.799	0,0%	889.165	3,9%	667.124	4,1%
Aplicações financeiras de liquidez	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores imobiliários	368	0,0%	872.405	3,8%	663.407	4,0%
Operações de arrendamento mercantil	(6.985)	(0,0%)	(9.908)	(0,0%)	(27.129)	(0,2%)
Outros Créditos	16.416	0,1%	26.668	0,1%	30.846	0,2%
PERMANENTE	5.583.840	25,0%	3.333.917	14,7%	1.698.025	10,3%
Investimentos	4	0,0%	4	0,0%	4	0,0%
Imobilizado de uso	1	0,0%	-	-	-	-
Imobilizado de arrendamento	5.583.835	25,0%	3.333.913	14,7%	1.698.021	10,3%
Diferido	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	22.360.507	100,0%	22.735.182	100,0%	16.406.328	100,0%

Fonte: PLANNER, Agente Fiduciário. 2012

Tabela 3 – BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. – Balanço Patrimonial Passivo – R\$ MIL

PASSIVO	2010	AV%	2011	AV%	2012	AV%
CIRCU-LANTE	2.155.891	9,6%	1.726.387	7,6%	1.118.213	6,8%
Obrigações por repasse do país	304.013	1,4%	189.383	0,8%	96.524	0,6%
Outras obrigações	1.851.878	8,3%	1.537.004	6,8%	1.021.689	6,2%
EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO	19.418.480	86,8%	20.409.743	89,8%	14.544.066	88,6%
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.690.593	74,6%	18.642.166	82,0%	13.615.496	83,0%
Obrigações por repasse do país	305.622	1,4%	134.941	0,6%	44.795	0,3%
Outras obrigações	2.422.265	10,8%	1.632.636	7,2%	883.775	5,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	786.136	3,5%	599.052	2,6%	744.049	4,5%
Capital social	364.794	1,6%	384.205	1,7%	384.205	2,3%
Reserva de capital	19.411	0,1%	-	-	-	-
Reserva de lucros	401.931	1,8%	214.847	0,9%	359.844	2,2%
Lucros/prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	22.360.507	100,0%	22.735.182	100,0%	16.406.328	100,0%

Fonte: PLANNER, Agente Fiduciário. 2012

7 Considerações Finais

As operações de *leasing* são muito interessantes para as empresas, pois as organizações poderão usufruir de um bem e aumentar o seu ativo sem a necessidade de um desembolso imediato. Sua classificação é realizada levando em consideração a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade. Assim, as operações de Arrendamento Mercantil poderão ser classificadas em Arrendamento Mercantil Operacional e Arrendamento Mercantil Financeiro,

FuturaMente, revista científica, Pereira Barreto, v.11, 2014 e 2015

dependendo da essência da transação e não da forma do contrato.

Diante das informações reunidas neste trabalho e considerando a visão econômica da essência sobre a forma pode-se concluir que, para as operações de arrendamento mercantil operacional, a sua essência é de um aluguel, sendo assim devemos tratá-lo como despesa para a arrendatária e manter o bem na arrendadora. Já nas operações de arrendamento mercantil financeiro a sua essência é de uma compra ou venda de forma financiada, portanto o bem será repassado para a arrendatária independentemente da propriedade jurídica, e a arrendadora deverá considerar as parcelas referentes ao pagamento como receitas.

Constatou-se ainda, que as Normas Contábeis que regulamentam as operações de *leasing* financeiro no Brasil, conflitam com a Legislação Fiscal do país, sendo necessário um estudo para que ambas as partes (tributária e financeira) possam entrar em sintonia, fazendo com que o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade não sejam prejudicadas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. 4. ed. São Paulo: IOB, 2010.

BRASIL. **Resolução CFC nº 1.141 de 21 de novembro de 2008**. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/c1141008.htm>>. Acesso em jun. de 2013.

BRASIL. **Resolução CFC nº 1.157 de 13 de fevereiro de 2009**. Disponível em:
<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/c1157_2009.htm>. Acesso em jun. de 2013.

BRASIL. **Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009**. Disponível em:
<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/c1159_2009.htm>. Acesso em jun. de 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em set. 2013.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Orleans Silva. **Leasing financeiro - aspectos e tratamentos contábeis**. Disponível em:
<<http://www.contabeis.com.br/artigos/280/leasing-financeiro-aspectos-e-tratamentos-contabeis/>>. Acesso em jun. 2013.

PLANNER, Agente Fiduciário. **Relatórios anuais - 2013**. Disponível em:
<<http://www.fiduciario.com.br/relatorios.asp>>. Acesso em: set. 2014.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade para concursos e exame de suficiência**. São Paulo: Atlas, 2011.

Luiz Vilela: o erotismo e a repressão sexual em ambiente escolar

Luiz Vilela: eroticism and sexual repression in the school environment

Janaina Paula Malvezi Torraca da Silva⁷

Resumo: Em contos de Luiz Vilela, é possível identificar como é encenado o papel da escola, instituição reprodutora do *status quo*, como repressora sexual. A forma pela qual o ficcionista Luiz Vilela apresenta a existência do erotismo e a repressão sexual em ambiente escolar no conto *Triste* é o objeto de discussão deste artigo, que, após introduzir o autor e sua obra, referencia os estudos já realizados sobre seu trabalho, sugere um apoio psicanalítico para a compreensão da obra e passa à identificação de traços eróticos e repressivos encontrados no ambiente escolar, caracterizado como passivo e agente da manutenção do *status quo*.

Palavras-chave: Erotismo; Escola; Infância; Psicanálise; Sexualidade.

Summary: *In tales of Luiz Vilela, you can identify how staged the role of schools, reproductive institution of the status quo, such as sexual repressive. The way in which the novelist Luiz Vilela shows the existence of eroticism and sexual repression in the school environment in sad*

⁷ Professora Mestre nas Faculdades Integradas Urupungá (FIU)

tale is the subject of this article, that after introducing the author and his work, references the previous studies about his work, suggests support for a psychoanalytic understanding of the work and passes the identification of erotic and repressive traits found in the school environment, characterized as passive and agent of the status quo.

Keywords: Eroticism; School; Childhood; Psychoanalysis; Sexuality.

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir o modo pelo qual o ficcionista Luiz Vilela encena a repressão sexual em um conto cujo cenário é o ambiente escolar.

Com mais de vinte livros publicados, entre coletâneas de contos, antologias, novelas e romances, o escritor Luiz Vilela (nascido em 31 de dezembro de 1942 em Ituiutaba, Minas Gerais, lançou sua primeira obra *Tremor de terra*, Prêmio Nacional de Ficção de Brasília, 1967), é reconhecido, de acordo com Ítalo Moriconi, como um dos maiores contistas brasileiros de todos os tempos, que o incluiu na antologia *Os cem melhores contos brasileiros do século*, publicada em 2000.

Dentre os contos de Luiz Vilela os que a escola se presentifica, de algum modo, são: “Meu amigo”, em *Tremor de terra* (1967); “Longe de tudo”, “Triste”, “Filosofia” e “Meio dia”, em *No bar* (1968); “Aprendizado”, “Com os seus próprios olhos” e “O professor de inglês”, em *Tarde da noite* (1970); “Surpresas da vida” e “Meus anjos”, em *O fim de tudo*

(1973); “Depois da aula”, em *Lindas pernas* (1979); e “Calor”, em *A cabeça* (2002). Além desses, nas novelas e romances o espaço escolar também é cenário ou é invocado. Dos contos em ambiente escolar, alguns tematizam a repressão sexual e outros a repressão em sentido mais amplo, o que, aliás, parece ser uma constante em toda a obra do escritor:

A repressão familiar e social é o tema de diversos contos de Vilela, seja no universo do amor infantil seja na abordagem de outros assuntos. No âmbito do erotismo que envolve crianças e adolescentes, [...], a intervenção restritiva do adulto surge — e de forma trágica — em “Carta” [de *O fim de tudo*], por exemplo, e é caricaturizado na figura de Carolina, ou “Creolina”, a tia solteirona da novela *O choro no travesseiro*. [...] Vemos, portanto, que o universo adulto se contrapõe ao desejo erótico infantil não só por ser normatizador e repressor, mas por ser universo de pessoas reprimidas e frustradas. Como a pauta da vivência das crianças se dá no âmbito familiar, é nele que, de início, se resolve ou se tornam complexas as relações amorosas, a sexualidade e o erotismo, **o que posteriormente é referendado pela vivência na escola**. A internalização da culpa, nas crianças e jovens, e a índole repressora do familiar adulto reprimido, são movimentos complementares de lógica única. Mas o conto “Calor”, da coletânea mais recente de Vilela, *A cabeça* (2002), indicia uma superação dessa espécie de *huiclos* do Eros, se não no âmbito do referente histórico, ao menos na proposição ficcional. (RAUER;

GRÁCIA-RODRIGUES, 2008, negritos nossos).

Este trabalho aborda o tema da sexualidade no conto *Triste*, cujo cenário é a escola, e o recorte é o da repressão sexual. Encontramos no espaço escola um reflexo da sociedade que castra, ameaça e proíbe. Desejos que querem ser libertos, querem acontecer, e ficam escondidos, dilacerando almas e vidas. Fazendo sofrer.

A escola é um espaço que proporciona proximidade entre as pessoas. Carteiras enfileiradas, salas repletas, corredores que se interligam e favorecem contato. Regras a serem cumpridas: preceitos estatutários, morais, sociais, familiares, escorados em uma fundamentação religiosa. Intermediando esse espaço escolar e o aluno, encontramos a figura do educador.

O professor é o agente que conduz as atividades na escola. Além de formador/condutor, é modelo, exemplo a ser seguido, é pai, é mãe, é amigo. O diretor, os funcionários e os próprios colegas também se relacionam uns com os outros, favorecendo a sedução, muitas com caráter erótico e incestuoso, imperceptíveis às vezes. Tais situações originam sentimentos de culpa, de conflito e em alguns casos fantasias sexuais, encontráveis na obra de Luiz Vilela.

Na análise do conto *Triste*, foi possível identificar na escola elementos repressivos existentes na sociedade, como a manutenção e a luta pela manutenção de *status quo*. A civilização é figurativizada na escola pela repressão à sexualidade, manutenção do poder e da ordem. O homem precisou controlar seu instinto sexual para conseguir manter-se e sobreviver.

Luiz Vilela, ao discutir a repressão sexual na nossa sociedade e escola, deixa subentendidos conceitos

freudianos que transparecem na narrativa analisada: pulsão, desejo, sublimação, erotismo, complexo edipiano, recalque, libido, sexualidade infantil, satisfação, sonho, perversão, instinto.

Em três dos seus contos, por exemplo, a autoridade institucional é exercida por um poder quase despótico: *“Triste”*, *“Com os seus próprios olhos”* e *“Depois da aula”*. Já em *“Meus anjos”*, verifica-se a anulação da autoridade institucional pelo poder da repressão sexual. No texto escolhido, a escola é o instrumento que Vilela figurativiza para simbolizar o poder repressivo da sociedade.

A hipótese de que a escola é movida por ideologia repressiva ao erotismo, em decorrência do ideário cristão dominante na sociedade, fica comprovada pela tradição religiosa da atividade docente que pede professores dóceis, dedicados, pouco reivindicatórios, mais associados à imagem feminina. Isso reforça a docência mais como um sacerdócio do que como uma profissão. Das quatro narrativas citadas anteriormente, três apresentam personagens femininas na função de professoras.

Outra hipótese possível de ser levantada, é a de que o erotismo vivenciado, no âmbito escolar, por crianças e adolescentes, desnuda as entranhas de uma sociedade repressora de ideologia cristã é possível de comprovada nesses quatro contos: no medo de Ivo em delatar o diretor (*“Com os seus próprios olhos”*); no temor e prazer de Gema na carícia recebida de Ronaldo (*“Depois da aula”*); no sigilo do encontro das crianças para a prática do ato sexual e desconstrução íntima vivenciada pela professora (*“Meus anjos”*), e, na dificuldade de Eduardo em assumir conscientemente o prazer de passar a mão no seio da professora (*“Triste”*).

Estudos sobre a obra de Luiz Vilela

Os contos de Luiz Vilela já foram objeto de vários estudos sobre erotismo e repressão. Aqui, inicialmente, esses estudos são apresentados para, em seguida, ser empreendida a leitura e análise do conto *Triste* sob o mesmo aspecto.

Em *Faces do conto de Luiz Vilela*, Rauer (2006) discorre longamente sobre sexualidade. Destaca a sexualidade e o erotismo infantil (e juvenil) ao falar dos contos “Essas meninas de boa família”, da coletânea *Lindas pernas* (1979), e “Calor” e “Suzy”, presentes em *A cabeça* (2002). Os contos “Dez anos”, “Meus oito anos” e “Em dezembro”, todos compilados em *No bar* (1984), também são destacados por terem o erotismo infantil e juvenil como ponto principal.

Rauer mostra que Vilela fala de relações tumultuadas envolvendo relacionamento sexual também em “O inferno é aqui mesmo”, romance publicado em 1979. Ainda referindo-se à sexualidade presente em obras de Vilela, destaca o romance *Graça* (1989), em que o autor lança mão do erotismo e das relações sexuais para narrar o relacionamento de um casal atípico. Já no conto “Cadela”, presente em *O fim de tudo* (1973), há a questão da violência sexual e sua ligação com a repressão (religiosa, no caso). Em “Ousadia”, conto presente em *Tarde da noite* (1972), Rauer destaca que Luiz Vilela traz o olhar do marido para o corpo da esposa que dorme, olhar que na maior parte do tempo está carregado de desejo. Desejo sexual sublimado em erotismo. Ainda nesta obra, a sexualidade infantil retorna no conto “Suzana”, que Rauer nomeia como “conto-piada”.

Por seu lado, Paula Gerez Robles Campos Vaz (2008), em sua dissertação, intitulada *Configurações do*

amar: as afetividades em Luiz Vilela, fala principalmente sobre o sexo na obra do escritor. Ela mostra o amor e a sexualidade diante da interferência de diversos fatores, inclusive da Igreja. Usa a mudança nos arranjos familiares (afetivos e sexuais) que aconteceram ao longo dos tempos para analisar contos de Vilela. Afirma que essa mudança gerou transformações nos relacionamentos, e que a sexualidade passou a ser mais aberta.

Já Aline de Jesus Sena (2010), ao escrever *Da submissão à dominação: as mulheres na obra de Luiz Vilela* relata a maneira como as personagens femininas da obra do escritor passeiam pela submissão até chegarem à dominação, trajetória percorrida exemplarmente pela personagem Edna, da novela *Te amo sobre todas as coisas* (1994). Aline fala do sexo sob o enfoque principalmente feminino, sua evolução: do sexo feito para satisfazer ao homem, do sexo para procriação, do sexo como fonte de prazer e do sexo como forma de dominação.

Isaias Leonidio Farias (2011), ao escrever *O erotismo no romance Graça, de Luiz Vilela*, discorreu sobre toda a história do erotismo até chegar a Epifânio e Graça, personagens da obra. Ele estabelece que o erotismo seja o ponto central para pensar o texto de Vilela, pois é a partir dele que as personagens se revelam, ao público e a si mesmas. Fala sobre a repressão (sob a forma de interdição) e a influência da religião, afirmando ser o erotismo e o riso literário os fios condutores da narrativa de Vilela. Estende sua análise afirmando que o erotismo é o tema para a construção de contos, novelas e romances desde suas primeiras publicações.

Ronaldo Vinagre Franjotti (2011), na dissertação *O mundo como Graça e representação: epifania*,

polifonia e niilismo em Luiz Vilela, analisa o romance *Graça* à luz de três conceitos: a polifonia, de Mikhail Bakhtin, a epifania, de James Joyce, e o niilismo existencialista que decorre de Schopenhauer. Destaca a questão da sexualidade, do erotismo presente no romance, já destacada por Isaías.

Wania de Souza Majadas (1992) contribuiu consideravelmente com seu trabalho *O diálogo da compaixão na obra de Luiz Vilela*. Ela analisa toda a obra produzida por Vilela até 1989. Destaca a permanente sensação de que as obras de Vilela transmitem incompletude da situação amorosa, a exploração do apelo passional, observável principalmente no romance *Graça* (1989).

Apoio psicanalítico para entender contos de Luiz Vilela

Herbert Marcuse ao interpretar filosoficamente Freud, Marilena Chauí ao apresentar a repressão sexual em sentido amplo, Georges Bataille ao tratar o erotismo frente à interdição, muito têm a contribuir para a análise da obra de Vilela.

Para **Marcuse** o ser humano possui características animais. Quando obedece aos impulsos, age como os seres que não são dotados de raciocínio lógico. Assim, o homem precisou controlar seus impulsos para que pudesse evoluir para a sociedade civilizada. Se seguisse apenas seus instintos básicos, seria impossível continuar vivo. Não preservaria a espécie, não viveria em sociedade e não evoluiria. Viveria apenas para satisfazer-se, e acabaria por destruir-se. “A civilização começa quando o objetivo primário – isto é, a satisfação integral

de suas necessidades – é abandonado.” (MARCUSE, 2010, p.33).

A realidade externa, aquilo que o homem precisa para socializar-se, faz com que os impulsos animais convertam-se em instintos humanos.

Marcuse afirma que o que antes era satisfeito imediatamente passou a ter satisfação adiada; o que antes era prazer passou a ser restrição do prazer; o júbilo passou a ser esforço (trabalho). “Freud descreveu essa mudança como a transformação do *princípio de prazer* em *princípio de realidade*.” (MARCUSE, 2010, p.34, *itálicos no original*). Quando ocorre essa mudança, “[...] o ser humano que, sob o princípio de prazer, dificilmente pouco mais seria do que um feixe de impulsos animais converte-se num ego organizado” (MARCUSE, 2010, p. 35).

Ser civilizado, portanto, é agir contra os instintos, reprimindo-os.

Ao reprimir o instinto sexual, o ser humano acaba por desenvolver outro lado: a função da razão. Mas qual é essa função? A razão é a capacidade que o homem tem em distinguir entre o que é bom e o que é mau, o verdadeiro e o que pode ser enganoso, o certo e o errado. Passa a pensar, a deduzir, a reter em seu cérebro fatos passados, a chamada “memória”. Consegue focar sua atenção em determinado assunto se este lhe desperta curiosidade ou interesse. “Torna-se um *sujeito* consciente, pensante, equipado para uma racionalidade que lhe é imposta de fora”. (MARCUSE, 2010, p. 35, *itálico no original*). A razão é um instrumento exclusivamente humano, que além de capacitar a sociedade a progredir, lhe aprisiona e cerceia qualquer tentativa de prazer. Apenas um lado da atividade mental se manteve à margem dessa organização do aparelho

mental, e isto fez com que ficasse fora do domínio do princípio de realidade: a fantasia. Esta se mantém sempre ligada ao princípio de prazer.

O desejo e a alteração da realidade deixaram de pertencer ao próprio homem e passaram a ser “organizados” pela sociedade. É ela quem domina o prazer que é pulsão humana.

Marcuse diz que o grande acontecimento traumático no desenvolvimento do homem é a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade. “Segundo Freud, esse evento não foi único, pois se repete ao longo da história da espécie humana e de cada um dos seus indivíduos” (MARCUSE, 2010, p. 36).

Outra conclusão traumática é a de que a plena satisfação das necessidades humanas é impossível: o princípio de realidade “vence” o princípio de prazer. O homem abre mão do prazer momentâneo para depositar suas crenças de felicidade em acontecimentos futuros e adiados.

O princípio de realidade é construído a partir de um sistema de instituições baseadas na lei e na ordem. O indivíduo está constantemente em contato com regras de comportamento, que requerem uma autorrepressão de seus instintos e pulsões. Isso resulta em leis, convenções e tabus. Segundo Marcuse (2010), Freud não levou em consideração o fato de que os homens são desiguais. Há aqueles que são dominados e aqueles que dominam.

A origem da repressão instintiva se dá logo nos primeiros momentos da infância, quando o trauma do nascimento liberta as primeiras manifestações do instinto de morte, o impulso para retornar ao ventre materno, lugar de paz, aconchego, suprema felicidade (Nirvana).

Assim,

É na criança que o princípio de realidade completa seu trabalho, com tal meticulosidade e severidade que o comportamento do indivíduo adulto pouco mais é do que uma repetição padronizada das experiências e reações infantis. (MARCUSE, 2010, p. 66).

A criança carrega (e reproduz), então, desde o ventre, problemas da humanidade que ainda não foram resolvidos, aspectos que estão ligados ao homem:

[...] a Psicologia descobre que as decisivas experiências infantis estão ligadas às experiências da espécie — que o indivíduo vive o destino universal da humanidade. O passado define o presente porque a humanidade ainda não dominou a sua própria história. (MARCUSE, 2010, p. 68).

O que temos latente, aqui, é a certeza de que a plena satisfação das necessidades humanas é impossível, pois o princípio de realidade vence o princípio de prazer. Essa conclusão é traumática para o homem.

Marilena Chauí, em sua obra *Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida*, publicada em 1984, faz um estudo do que conhecemos por repressão sexual, mostrando e provando sua existência, sua necessidade e os problemas que dela decorrem. Quando usa, no subtítulo, o prefixo *des* entre parênteses, sugere que muitos homens simplesmente ignoram que ela exista.

Ao longo da obra, a autora reafirma algumas ideias e proposições de Freud (e conseqüentemente de Marcuse) e Paz: a repressão existe para que o homem possa viver em sociedade. É um fator de sobrevivência, de organização social.

A definição de repressão sexual feita por Chauí envolve diversos aspectos como a questão da cultura de um povo ou sociedade, sua história, tendo no sexo algo perigoso:

A repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidos histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, pois, como inúmeras expressões sugerem, o sexo é encarado por diferentes sociedades (e particularmente pela nossa) como uma torrente impetuosa e cheia de perigos – estar “perdido de amor”, “cair de amores”, ser “fulminado pela paixão”, beber o “filtro de amor”, receber as “flechas do amor”, “morrer de amor”. (CHAUÍ, 1991, p. 9 – aspas no original).

O indivíduo, segundo Chauí, interioriza as proibições e permissões individualmente graças a procedimentos sociais (como a educação e a religião). Porém, ao transgredir algo, esse mesmo indivíduo expulsa para longe da consciência aquilo que pode causar dor, sofrimento e culpa. O sexo, que supostamente deveria ser meramente biológico e natural, sofre modificações quanto ao seu sentido, função e regulação ao ser deslocado do plano da Natureza para os da Cultura e da História. Nos dicionários vernáculos, lembra-nos Chauí, reprimir significa, numa das acepções, ocultar, dissimular, disfarçar. Quanto mais o indivíduo consegue ocultar, dissimular e disfarçar o caráter sexual daquilo que está sendo reprimido, mais a repressão sexual será eficaz.

Chauí relata que Freud possuía uma teoria da sexualidade, e que, para ele, a libido existe em nós desde

o nascimento. A partir dela organizam-se as relações entre dois princípios: o princípio de prazer (querer imediatamente algo satisfatório e querê-lo cada vez mais) e o princípio de realidade (compreender e aceitar que nem tudo é imediato, que nem sempre pode ser conservado e muitas vezes não pode ser aumentado).

Quando aprendemos a tolerar nossas frustrações, colocamos em prática o princípio de realidade. Também da libido, nascem dois princípios antagônicos que lutam incessantemente em nosso inconsciente: Eros (do grego, amor), e Thânatos (do grego, morte).

O escritor **Georges Bataille**, em seu ensaio *O erotismo* (2004), acredita que o erotismo deva ser analisado tendo-se em vista o homem, num sentido que a atitude científica não pode captar. O erotismo, sobretudo, não pode ser analisado independentemente da história das religiões, pois, segundo ele, todo erotismo é sagrado.

Ao contrário do que possa parecer, o termo “sagrado”, no âmbito do erotismo, não se relaciona, propriamente, à religiosidade habitual. Assemelha-se à religiosidade por pertencer à esfera do imaginário ou da espiritualidade. Dessa forma, para Bataille, o erotismo também é uma “religião”. Todo o problema do erotismo concentra-se, então, na oposição alma e corpo; sagrado e profano.

Pode-se dizer, segundo ele, que o desenvolvimento do erotismo não é exterior à religião, e que o cristianismo, ao se opor ao erotismo, condenou a maioria das religiões. No plano do erotismo, tudo o que acontece com o corpo é resposta aos movimentos vivos que nos excitam interiormente, e está ligado aos aspectos sedutores e surpreendentes do corpo sexuado. A partir daí, Bataille revela que sem experiência, não se pode falar de erotismo nem de religião.

O autor destaca a questão da interdição, que conseqüentemente traz à transgressão, ambas as experiências contraditórias e ao mesmo tempo ligadas, unidas. Na relação entre a interdição e a transgressão, esconde-se a energia do erotismo e das religiões, pois, onde a interdição atua a experiência não acontece, ou ela acontece apenas furtivamente, permanecendo fora do campo da consciência; ou ela não atua (BATAILLE, 2004, p. 56). Assim, o erotismo e a religião são inacessíveis para nós na medida em que não os situamos no plano da experiência interior.

Entender as interdições é entender a atitude humana. No momento em que transgredimos a interdição, há a angústia, principalmente no momento em que essa interdição ainda atua em nós e cedemos ao impulso a que ela se opunha. A partir do momento que cedemos à interdição, não temos mais consciência dela, e experimentamos a angústia, sem a qual a interdição não existiria: é o que conhecemos como pecado, nos diz Bataille.

É possível distinguir nos textos selecionados de Vilela a presença do *cogito* freudiano quando se percebe ocultamentos e faces ocultas delineadas nas personagens e no desenvolvimento das ações. São os sujeitos inconscientes dando profundidade aos conteúdos, delineando ou não, identificando ao leitor o hiato entre o dizer e o ser, entre o “eu falo” e o “eu sou”. O objetivo ao usarmos este livro foi

Facilitar a explicitação entre a lógica do inconsciente e o desejo que a anima, de forma que este conteúdo possa apresentar oportunidade para diferentes leituras do texto e enfrentar a diversidade na compreensão de sua leitura, é o que se espera na apresentação da análise do conto *Triste* de Luiz Vilela.

“Triste”

Este conto (*Triste*) foi publicado por Luiz Vilela na obra *No bar*, em 1968. Narra o conflito interior de um aluno depois de passar a mão nos seios da professora, após ser desafiado pelos colegas. E sua decepção ao ver a reação da professora e perceber sua intenção sexual para com ele.

Narrado em terceira pessoa, inicia-se com a ação de Eduardo, aluno de Dona Yara que, desafiado por Roberto (colega da sala), passa a mão nos seios da professora. Esta leva um susto com a atitude inesperada, e grita: “descarado, descarado”. Eduardo queda-se envergonhado.

Na continuação da aula, fica como que “bêbado”, com o mundo sumindo à sua frente. Lembra-se do colega lhe acenando, e na sensação macia em sua mão.

Percebe que a professora está pensativa, olhando o pátio, parada. “Parecia ter se esquecido da sala, dos alunos...” (VILELA, 2008, p. 51).

Outros alunos falam com Dona Yara, que se mantém calada, inerte. Depois, fala com eles de um modo estranho, como se ela não estivesse ali, “[...] ela permanecia longe, distante da sala.” (VILELA, 2008, p. 52).

Ao ouvirem o sino, os alunos preparam-se para sair, e então os olhares de Dona Yara e Eduardo se encontram: ela com uma expressão desconhecida e ele confuso e com vergonha. Ela determina que ele permaneça na sala.

Os outros meninos saem ficando somente Dona Yara e Eduardo. A escuridão e o silêncio, do lado de fora da escola, em decorrência da chuva que se aproximava, faz com que a angústia de Eduardo aumente.

Mas o silêncio de Dona Yara é o que mais lhe preocupa. Ela fica bastante tempo parada, olhando para fora, sem dizer nada. Depois, senta-se folheando um livro, pensando em algo que ele não conseguia definir.

Acredita que talvez seu castigo seja permanecer ali sem fazer nada, como fizera Dona Fernanda, outra professora, uma vez.

Lembra-se da provocação feita no recreio pelos colegas, o que o levava a passar as mãos nos peitos de Dona Yara. Resolve contar a ela sobre o desafio e dizer que ele nunca faria uma coisa daquelas se não fossem as provocações dos colegas. Pensou nos pais e se preocupou ainda mais.

O barulho dos trovões, a ventania, a agitação da chuva chegando.

Lembra-se então da fala do pai sobre a professora: “Dona Yara parece ser uma moça triste.” (VILELA, 2008, p. 54). Para Eduardo, o modo de olhar dela era distante, perdido, parecia isolada num outro mundo, diferente.

Ele percebia que às vezes ela olhava-o de modo mais demorado na sala, sem que ninguém percebesse.

A mãe achava que havia alguma coisa de errado na vida de Dona Yara, talvez pelo fato de ela morar sozinha num quarto de hotel. Era esquisito, não era certo. O pai dizia que a mãe vivia imaginando coisas por pensar daquele jeito.

Ninguém sabia se a professora Yara tinha parentes, pais, irmãos.

Dona Yara era diferente de Dona Fernanda: ela era calada, mas boazinha. “Ela nem parecia ser professora: parecia ser uma irmã mais velha dos alunos.” (VILELA, 2008, p. 56).

Eduardo arrependeu-se do que havia feito: seu arrependimento doía. Ele estava apavorado.

A professora às vezes usava um vestido vermelho, decotado, e curvava-se sobre a carteira para corrigir os exercícios. Nestes momentos, Eduardo via quase tudo, e sentia vontade de enfiar a mão lá dentro. Mas ela demorava em levantar-se, e o aluno então ficava em dúvida se ela não percebia que ele ficava olhando, se percebia e não se importava ou se fazia de propósito para ele ver. Ele ficava incomodado ao pensar que podia ser de propósito.

Começou a chover pesadamente. Dona Yara fechou a porta, pois pingava lá dentro. E a sala ficou quase escura. Ela tentou acender a luz, que não acendeu.

Então Dona Yara chamou Eduardo, que se levantou, chegando próximo a ela. Mas não a olhava.

Ao conversarem, Eduardo fica com vergonha. Desvia o olhar, mas a professora insiste. E diz que não havia ficado com raiva pelo que o menino fizera, causando espanto nele. Chama-o de “bonzinho”, “bonitinho”, “amorzinho”. Até que Eduardo pede para ir embora. Dona Yara então o chama de “bobinho” (VILELA, 2008, p. 58).

E ele, chorando, se vai.

A profissão de professora era (e ainda é) aquela caracterizada por ser a de alguém que conduz e que mostra o que é certo e errado. Além de ensinar os tradicionais português, matemática e ciências, deveria também agir como “mãe”, ensinando a discernir o bom do ruim. Tal justificativa já era vista na primeira lei de instrução pública do Brasil, de 1827:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos filhos. São elas

que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas. (BRASIL, Decreto-Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>>, acesso em 10 fev 2013).

Mas Dona Yara era vista pelos alunos como “uma irmã mais velha” (VILELA, 2008, p. 56), e não como mãe ou professora. Quando ela ia à escola “com aquele vestido vermelho, decotado, e curvava-se sobre a carteira para corrigir os exercícios” (VILELA, 2008, p. 56), Eduardo sentia desejo, pulsão. Eis um retrato do erotismo existente na infância, existente mesmo desde o início da vida humana.

Há também a evidência da interdição, da proibição, pois Roberto sabia que era proibido qualquer tipo de contato com a professora, tanto que reprimia seu desejo, ficando com “medo até de olhar e ela ver que ele estava olhando” (VILELA, 2008, p. 56). O incesto como interdição/tabu fica subentendido: quando os alunos (incluindo Eduardo) veem na professora uma irmã mais velha, e há desejo por ela, é como se o desejo fosse pela irmã. Incesto. Tabu. Interdição.

A cor vermelha, por sua vez, detém muitos significados. O *Dicionário de símbolos*, de Chevalier e Gheerbrant (2009), nos dá a respeito das cores, no âmbito que nos importa aqui, o da tradição cristã:

O simbolismo da cor pode assumir também valor eminentemente **religioso**. Na tradição cristã, a cor é uma participação da **luz criada e incriada**. As Escrituras e os Padres da Igreja não fazem outra coisa senão exaltar a grandeza e a beleza da luz. O Verbo de

Deus é chamado *luz que procede da luz*. [...] A interpretação das cores está ligada às normas da Antiguidade, evoca as pinturas egípcias arcaicas. A cor simboliza uma **força ascensional** no jogo de sombra e de luz, tão impressionante nas igrejas romanas, onde a sombra não é o inverso da luz, mas acompanha a luz, para melhor valorizá-la e colaborar na sua plena manifestação... [...] A arte cristã acabou por atribuir, num processo paulatino e sem fazer disso regra absoluta, o branco ao Pai, o azul ao Filho, o vermelho ao Espírito Santo; o verde à esperança, o branco à fé, o vermelho ao amor e à caridade, o preto à penitência, o branco à castidade (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2009, p. 227 – negritos e grifos dos autores).

O vermelho está no vestido de D. Yara. A cor é mencionada quando o narrador nos revela o desejo de Eduardo pela professora. Desejo infantil, marcado por gesto de carícia que se esgotaria em si mesmo. Na sequência, com o cair da tarde, a sala vai ficando escura. Há sombras onde havia luminosidade. Tal jogo indicia que a luz surgirá para plenamente se manifestar.

Reportemo-nos então à explicação sobre a cor vermelha baseada na simbologia egípcia:

O vermelho, na melhor das hipóteses, [era] violência temível; na pior, maldade, perversidade. O vermelho é a cor maldita, a cor de Seth e de tudo aquilo que é prejudicial. Os escribas mergulham sua pena em tinta vermelha para escrever as palavras de mau agouro, com os nomes de Apopis, o demônio-

serpente da adversidade, ou de Seth, o deus do mal, o Tifão do Nilo (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2009, p. 227).

Se, antes, o vermelho era símbolo do religioso com o espírito santo, aqui ele surge como manifestação demoníaca, como indução do mal. E é assim que a professora surge ao aluno: como o bem que se transfigura na tentação.

Ainda no dicionário de Chevalier e Gheerbrant, há uma interpretação dos psicólogos para o vermelho:

Os psicólogos distinguem as cores quentes e as cores frias. As primeiras favorecem os processos de adaptação e de ardor (**vermelho**, amarelo, laranja); têm um **poder estimulante, excitante**. As segundas favorecem os processos de oposição, de remate (azul, índigo, violeta); têm poder sedativo, pacificante (CHEVALIER & GHEERBRANT, 2009, p. 229 – **negrito nosso**).

Assim, juntando essas interpretações da cor em si, podemos pensar que Dona Yara, talvez de modo inconsciente, ao usar o vestido vermelho e decotado desperta o desejo nos alunos, em opção de erotismo de sua latente vontade sexual.

Eduardo lutava com suas emoções e desejos. Queria “enfiar a mão lá dentro” (VILELA, 2008, p. 56). Mas reprimia sua pulsão, pois sabia ser inapropriado tocar os seios da professora. Entretanto, ficava em dúvida sobre o motivo de Dona Yara fazer aquilo: “Será que ela não percebia que ele ficava olhando? Ou percebia e não se importava? Ou fazia de propósito para ele ver?” (VILELA, 2008, p. 56). Essa dúvida deixava Eduardo pensativo, e quando achava que era de propósito, “sentia

um arrepio no corpo” (VILELA, 2008, p. 56). E então negava, repetidamente e em pensamento, que havia passado a mão nos seios de Dona Yara por que ele queria.

A justificativa que Eduardo tenciona dar para seu ato era a de que fora provocado. Provocado pelos colegas, principalmente por Roberto. Possivelmente os outros amigos sabiam que, um dia, Dona Yara havia dito a Eduardo que ele era o aluno de quem ela mais gostava. No conto não há informação de que essa declaração foi feita sigilosamente. A provocação era uma maneira de se vingarem. Sabiam que se ele passasse a mão nos seios da professora, se prejudicaria. Mas não imaginavam que fosse acontecer justamente o contrário.

A vida de Dona Yara fora da escola era um mistério, particular, privada. Ninguém sabia como era, se ela tinha família, irmãos, pais. Ela morava sozinha em um quarto de hotel, e isso era motivo de desconfiança por parte da mãe de Eduardo, que dizia ser “sempre esquisito. Não é certo” (VILELA, 2008, p. 55). Já o pai achava normal, pois afirmava que “hoje as coisas mudaram muito, não é mais como no nosso tempo” (VILELA, 2008, p. 55). Ele achava Dona Yara triste. A opinião do pai havia influenciado a opinião de Eduardo, que passou a considerá-la triste também. O olhar da professora, sempre distante, sempre vago, isolando-a noutro mundo, encobria sua vida particular, sua vida privada. Mas então Eduardo a percebia olhando para ele de um modo mais demorado, sem que ninguém mais percebesse “e, nesses instantes, era como se ela descerrasse um pouco as cortinas daquele mundo distante e solitário que ele percebia por trás de sua tristeza” (VILELA, 2008, p. 55). Ele começava a penetrar na particularidade da vida da professora, na vida privada dela. Mas era só isso.

Ao ficar sozinho na sala de aula quase escura pela tempestade que caía lá fora, Eduardo pensou na justificativa que daria a ela, caso conseguisse falar algo. Então, ela pediu que ele se aproximasse, e ele foi. Ela pediu que ficasse mais perto, e ele chegou. E ela disse:

— Por que você não olha para mim? Está com vergonha? Não precisa ficar com vergonha (VILELA, 2008, p. 57).

Nesse momento ele começa a descobrir a intenção verdadeira de ser mantido lá, sozinho, com ela. Mas ainda nada estava claro, era só um vislumbre da resposta às dúvidas que tinha com relação à Dona Yara. Tentou dizer algo, mas parou, pois não sabia como dizer. Dona Yara mostrou-se compreensiva, dizendo compreender. Ele queria negar, dizer que não queria. Mas ela justificou-se no lugar dele:

— Eu sei, eu não fiquei com raiva (VILELA, 2008, p. 57).

Eduardo começou a internalizar a descoberta recente. A professora não havia ficado com raiva por ele ter passado a mão em seus seios? Aquilo não estava certo.

E então teve sua revelação. Nesse exato momento, tem um momento de epifania, uma iluminação — e verbaliza a descoberta:

Não, não era isso, ela não entendera, ela não devia estar falando assim, sorrindo, não era isso: não é isso, Dona Yara (VILELA, 2008, p. 58).

Além de não ter ficado com raiva, ela ainda sorria, portanto, parecia ter gostado. Aquilo não era possível. A vergonha tomou conta dele. A professora

chama-o de bonitinho, segurando-lhe o queixo. Ele fica ruborizado.

Dona Yara questiona se ele sabe que é bonitinho. Eduardo tem sua descoberta confirmada pela negativa em discurso indireto livre:

Olhou para ela: não a conhecia, aquela não era Dona Yara, não havia mais Dona Yara (VILELA, 2008, p. 58).

A professora continua chamando-o por adjetivos no diminutivo, com a nítida intenção de demonstrar carinho e provocar intimidade:

— Você é um amorzinho...
[...]
— Um amorzinho... (VILELA, 2008, p. 58).

Eduardo toma coragem para pedir para ir embora. Ele ainda não estava pronto para aquilo. E então, começa a descoberta para Dona Yara:

— Embora?
Ela deixou-o (VILELA, 2008, p. 58).

Ela fica perplexa. Para confirmar, ela pergunta novamente, e a resposta explode como uma epifania:

— Quer dizer que você não quer ficar aqui comigo?
Ele não respondeu. Olhava para o chão.
— Hem? Você não quer ficar aqui comigo?
Respondeu que não, com a cabeça.
Sentiu lágrimas nos olhos (VILELA, 2008, p. 58 - negrito nosso).

Dona Yara também passa pela experiência epifânica. Isso a desestimula. Ela fica tão perplexa que exterioriza a Eduardo sua decepção:

— Bobinho. Você não entendeu nada, hem? Pensei que você já fosse mais sabido... (VILELA, 2008, p. 58).

[...]

— Pensei que você já entendesse mais as coisas... Vai, pode ir. Eu não estou te segurando. A chuva já parou. (VILELA, 2008, p. 59).

A epifania vivenciada pela professora é a típica epifania joyceana, aquela que surge pelo diálogo e na qual há três estágios: a percepção de que Eduardo não agirá como pensou que agiria; a consciência deste não-agir de Eduardo pelo seu pedido para ir embora e seu choro mudo; e a iluminação de que ele ainda era ingênuo, “bobinho”.Então ela o deixa partir.

Portanto, temos duas epifanias. Duas revelações. A de Eduardo, e a de Dona Yara.

A origem do nome da professora nos revela algo interessante: Iara, ou Yara, é um nome indígena, que significa progenitora da água, senhora das águas, mãe d’água. Há uma lenda amazônica que dizia ser Iara uma índia muito bonita, grande guerreira, a melhor da tribo, adorada por seu pai, o pajé. Isso causava grande inveja em seus irmãos, que decidiram acabar com a vida dela enquanto dormia. Iara ouviu o plano, e achou por bem se proteger, matando-os antes. O pai, para vingar a morte dos filhos dos filhos, jogou-a nas águas do Rio Solimões.

Os peixes acharam-na tão bela que a transformaram em sereia.⁸

Essa é uma versão da lenda, mas podemos tirar daí o significado de “mãe da água”. Mãe, aquela que cuida, que protege, que ensina. Mas também a sereia que enfeitiça, que engana, que ludibria, que mata. A professora que educa e cuida, mas que pode seduzir (e matar). Eros e Thânatos.

Um ponto que merece destaque é o fato de o olhar ser recorrente no desenrolar dos fatos. É uma constante o verbo “olhar” ou a menção aos olhos. A questão do olhar é repetida vinte e quatro vezes ao longo da história. O velar e o desvelar. O abrir e fechar dos olhos, olhando e desviando o olhar. A focalização do narrador passando pelos olhos de Eduardo, misturando-se, revelando ao leitor a confiança sendo destruída, a inocência desaparecendo.

Eduardo, ao ser desafiado pelos colegas a passar as mãos nos seios da professora, impensadamente assim o faz. E imediatamente arrepende-se. Age por impulso, e reprime-se. A civilização impondo seu poder e seu objetivo: reprimir os instintos primitivos do homem, aprisionando-os. Ao reprimir seus instintos, Eduardo chega a ficar abobalhado, como ficou no dia em que bebeu escondido a pinga do avô. Fica inebriado, “bêbado” com a sensação que sentiu. O prazer misturado com a vergonha. A natureza brigando com a civilização. Isso deixa o menino mal. Fica incomodado pelo que fez, sabendo que é considerado errado.

Eduardo passa a mão nos seios da professora. Seio é a parte do corpo da mãe de primeiro contato do

⁸ Texto disponível em <http://www.brasilecola.com/folclore/iara.htm>. Visualizado em 02 de janeiro de 2013.

bebê; é por ali que ele se alimenta, se aconchega, sente-se seguro. Seio é vida. Eros. É pelo Eros que Eduardo prova aos amigos que tem coragem, que pode. Mas é também pelo Eros que ele se arrepende, reprime-se. Thânatos. Morte, desejo enclausurado, escondido.

O nome “Eduardo” tem por significado “guardião das riquezas”, “guardião abençoado, afortunado”. Também não é por acaso que ele tem este nome. Para que realmente fosse alguém abençoado, afortunado, deveria adequar-se às regras societárias, não desrespeitando a professora. Passar as mãos nos seios de Dona Yara, aos olhos de todos, era uma infração gravíssima. Fica imaginando qual seria sua punição, dada pela professora, por tê-la desrespeitado. Fica imaginando a reação dos pais. Fica em desespero.

Porém, há uma reviravolta nos sentimentos de Eduardo. Ao perceber que Dona Yara o manteve na sala de aula depois que todos haviam ido embora, ambos sozinhos, com a intenção de que acontecesse algo mais entre os dois, ele não suportou mais e pediu para ir embora. Dona Yara fica perplexa, quase não acreditando, tanto que o faz confirmar seu pedido para ver se era aquilo mesmo.

O que era uma suspeita em Eduardo torna-se uma certeza. Dona Yara sente carinho especial por ele. A professora já havia ficado várias vezes olhando demoradamente para ele, sem que os outros percebessem.

Ao pedir que Eduardo chegue mais perto, lhe segurando o queixo, forçando-o a olhá-la diretamente, ao acariciar os cabelos e ao chamá-lo por adjetivos no diminutivo (bonzinho, bonitinho, amorzinho), Dona Yara começa a deixar sua vontade até então reprimida vir à tona. Quando a mãe de Eduardo comenta que acha esquisito uma moça morar sozinha em um quarto de

hotel, demonstra sua desconfiança com relação ao comportamento da professora.

Os espaços do conto são decisivos. A sala de aula pode ser entendida analogicamente como a casa, lugar onde encontramos proteção. Ali deve ser um ambiente que inspira saber, aonde os estudantes vão em busca de conhecimento. Porém Eduardo encontrou na escola a razão de sua tristeza. A escola representada pela professora. Mesmo inconscientemente, Eduardo sabe que a professora é alguém em quem ele poderia confiar, tanto que havia decidido revelar a ela o motivo de ter passado a mão em seus seios. Mas não achou coragem suficiente para abrir a boca e falar.

Quando o narrador nos revela que fora da sala de aula, onde estão Eduardo e Dona Yara, o tempo estava ficando escuro, está prestes a chover, entendemos que algo dentro da sala também está prestes a mudar. A visão de Eduardo se dá pela porta aberta. Pela porta ele vê as nuvens escuras que cobrem o céu. E o calor que faz pode ser entendido como o nervosismo que sente. Eduardo sabe que algo está em vias de acontecer. E sente medo, insegurança. A segurança do lugar escola está ameaçada. Ele até pensa em ir embora, mas tem que ficar, enfrentar o que lhe espera.

E fez-se silêncio depois da saída de todos os outros alunos. O silêncio é outro ponto de ameaça. Ele diz muito. Diz tudo, mas veladamente. Eduardo tenta ouvir barulho lá fora, onde escurecia por causa das nuvens carregadas. Mas o silêncio estende-se a todos os lugares: lá fora, e lá dentro, na sala de aula. Dona Yara está quieta, silenciosa. E aquele silêncio o enerva.

Ao olhar para o relógio na parede, vemos através da visão de Eduardo. É o modo como ele percebe o que acontece. A focalização. Ele olha para o relógio, em

seguida para Dona Yara, que está olhando para o pátio. Olhar para o relógio indica preocupação. O tempo. Aquele que não conseguimos dominar, que nos domina e atropela. Os segundos passando, os minutos. E nada acontecia. Olhar para a professora, aquela a quem ele havia acariciado, mas se arrependera. Não olhou para os colegas, nem para nada além do relógio e da professora. Ambos são motivo de preocupação. Ao focar relógio e professora, mostra sua preocupação com o tempo que se esvai, e nada acontece.

Mas quando algo acontece, é o fim. Fim da confiança em Dona Yara. Fim da crença na figura da professora. Fim da crença naquele lugar. Nas pessoas, talvez. E a tristeza é o próprio Eduardo.

Considerações finais

Este artigo aborda o tema da sexualidade no conto *Triste*, de Vilela, cujo cenário é a escola, e o recorte é o da repressão sexual. Encontramos no espaço escola um reflexo da sociedade que castra, ameaça e proíbe. Desejos que querem ser libertos, querem acontecer, e ficam escondidos, dilacerando almas e vidas. Fazendo sofrer.

A escola é um espaço que proporciona proximidade entre as pessoas. Carteiras enfileiradas, salas repletas, corredores que se interligam e favorecem contato. Regras a serem cumpridas: preceitos estatutários, morais, sociais, familiares, escorados em uma fundamentação religiosa. Intermediando esse espaço escolar e o aluno, está a figura do professor.

Na função de educador, ele é o agente que conduz as atividades na escola. Além de formador/condutor, é

modelo, exemplo a ser seguido, é pai, é mãe, é amigo. O diretor, os funcionários e os próprios colegas também se relacionam uns com os outros, favorecendo a sedução, muitas com caráter erótico e incestuoso, imperceptíveis às vezes. Tais situações originam sentimentos de culpa, de conflito e em alguns casos fantasias sexuais, encontráveis na obra de Luiz Vilela.

Na análise do conto *Triste*, foi possível identificar na escola elementos repressivos existentes na sociedade, como a autoridade institucional exercida por um poder quase despótico. a escola é o instrumento que o autor figurativiza para simbolizar o poder repressivo da sociedade, , deixa subentendidos conceitos freudianos que transparecem na narrativa analisada: pulsão, desejo, sublimação, erotismo, complexo edipiano, recalque, libido, sexualidade infantil, satisfação, sonho, perversão, instinto.

A hipótese de que a escola é movida por ideologia repressiva ao erotismo, em decorrência do ideário cristão dominante na sociedade, fica comprovada pela tradição religiosa da atividade docente que pede professores dóceis, dedicados, pouco reivindicatórios, mais associados à imagem feminina. Isso reforça a docência mais como um sacerdócio do que como uma profissão. Das quatro narrativas, três apresentam personagens femininas na função de professoras.

Os pronomes de tratamento usados para designar as professoras pelo narrador em três dos contos evidencia uma “aparente” maneira respeitosa, neste conto a professora Yara é “Dona Yara”.

A outra hipótese levantada, de que o erotismo vivenciado, no âmbito escolar, por crianças e adolescentes, desnuda as entranhas de uma sociedade repressora de ideologia cristã pode ser comprovada na

dificuldade de Eduardo em assumir conscientemente o prazer de passar a mão no seio da professora.

A evidência da percepção de amor em contos de Luiz Vilela pode ser encontrada em Dona Carmem, a professora de “Meus anjos”, que ama seus alunos enquanto os considera inocentes e puros e onde parece haver uma sublimação do erótico por parte da professora, que ama sua profissão, pois ela a faz estar constantemente em contato com seus “anjos”.

Já a sexualidade manifesta-se em seus contos relata o prazer físico, a vontade ou o medo dele como a certeza de que teria algo mais que o toque das mãos de Eduardo pela professora Yara.

O erotismo encontra-se sempre associado à sexualidade, mas nem sempre ao amor. No conto, o decote do vestido vermelho da professora Yara é convite irresistível ao prazer (neste caso, prazer desconhecido).

A repressão sexual existente na sociedade é identificada na escola representando a luta pelo poder de forma mimetizada através do despeito da professora Yara quando não seduziu Eduardo.

No conto, ao passar a mão nos seios da professora, Eduardo vive Eros. Vive seu desejo, sua libido. Mas ao arrepender-se e conter-se, deixa a civilização dominá-lo. Essa civilização aparece como educação; ele não se autorizou mais a sentir prazer. Quando Dona Yara sente o toque de Eduardo, assusta-se, repelindo-o. Mas assume o prazer sentido e busca seduzir esse aluno, já liberta de qualquer sansão.

Chauí corrobora teoria freudiana quando diz

[...] a contenção do princípio do prazer
[...] tinha um pressuposto: os seres humanos vivem em estado de penúria e precisam trabalhar para sobreviver. É

preciso, portanto, que a libido não só seja reprimida para que energias se dirijam ao trabalho, mas também que o prazer aprenda a protelar-se e, em certos casos, a suportar frustrações definitivas. (CHAUI, 1991, p. 156).

Essa afirmação pode ser identificada quando Eduardo, ao conter sua libido, sabe que não deve envolver-se com a professora. Reprime-se.

A sociedade vive o princípio de realidade, que é reproduzido pela escola. O mundo ocidental, conforme explicado por Paz, vive o amor frente à religião, fora dela e contra ela. O mesmo aplica-se ao sexo e ao erotismo. Eros e civilização amalgamam-se para o bem e para o mal, conforme estão representados nos contos de Luiz Vilela.

As autoridades escolares (professoras e diretor) personagens de Vilela são adultos reprimidos sexualmente. As crianças também. Às vezes é um diretor que vive um amor proibido por um menino; uma professora que ao sentir a repressão sexual originada pelo catolicismo desde sempre em sua vida: ia entrar para um convento, e como não o fez, dedicou-se ao sacerdócio do magistério, pois via em seus alunos criaturas angelicais, enviados dos céus. A religião pulsa em seu inconsciente. Em todas as personagens, a pulsão o desejo, o olhar, causam sofrimento, pois manietados pela sociedade.

A visão do autor sobre sexo e erotismo está profundamente marcada pela repressão sexual constituída a partir do cristianismo, em especial da religião católica. O cenário escolar surge na sua obra, como ponto marcante em que o processo civilizatório de índole repressiva da sociedade humana se reproduz, modelando de forma irremediável novas gerações igualmente reprimidas. Ao descrever o sofrimento que lateja nas

pulsões irresolvidas ou reprimidas, a obra de Luiz Vilela termina por ser uma denúncia que condena a sociedade e essa nossa civilização que produzem, reproduzem e não conseguem superar a repressão sexual que causa tanto sofrimento.

A escola, nos contos de Vilela, mostra de forma ficcional a repressão que ainda hoje persiste intramuros. Situações que ficam camufladas. Seduções e olhares subentendidos, gestos escondidos, vozes convidativas, ambientes e momentos sugestivos, propícios à sedução e à sexualidade.

REFERÊNCIAS

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Trad. Cláudia Fares. São Paulo: Arx, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos* [mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números]. Trad. Vera da Costa e Silva et al. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

FARIAS, Isaias Leonidio. *O erotismo no romance Graça, de Luiz Vilela*. Campo Grande, 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado, Estudos de Linguagens) – DLE/CCHS/UFMS. Orientador: Rauer Ribeiro Rodrigues.

FRANJOTTI, Ronaldo Vinagre. *O mundo como GRAÇA e representação – epifania, polifonia e nihilismo*

em Luiz Vilela. Campo Grande, MS, 2011, 123 fls.
Dissertação (Mestrado, Estudos de Linguagens) –
PPGMEL, UFMS. Orientador: Rauer Ribeiro Rodrigues.

MAJADAS, Wania de Sousa. *O Dialogo da compaixão na obra de Luiz Vilela*. 1992. 248 p. Mestrado.
Universidade Federal de Goiás – Letras. Orientadora:
Ana Maria Lisboa de Mello.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Trad. Álvaro Cabral. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MORICONI, Ítalo. *Os cem melhores contos brasileiros do século*. São Paulo: Objetiva, 2000.

RAUER [Rauer Ribeiro Rodrigues] e GRÁCIA-RODRIGUES, Kelcilene. Vilela e Sabino: intertexto e autoria. *Abralic*, Anais. 2008. Disponível em <
http://www.abralic.org/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/008/RAUER_RODRIGUES.pdf>, acesso em 8 ago. 2011.

RAUER [Rauer Ribeiro Rodrigues]. *Faces do conto de Luiz Vilela*. Araraquara, SP, 2006. 2 v., xiv, 547 f. Tese (Doutorado, Estudos Literários) — FCL–Ar, Unesp. Disponível em:
http://www.4shared.com/document/MG7CwCq6/RAUER_Rauer_Ribeiro_Rodrigues_.html, acesso em 8 ago. 2011.

SENA, Aline de Jesus. *Da submissão à dominação: as mulheres na obra de Luiz Vilela*. Campo Grande, 2010. 149 fls. Dissertação (Mestrado, Estudos de Linguagens)

— PPGMEL, UFMS. Orientador: Rauer Ribeiro Rodrigues.

VAZ, Paula Gerez Robles Campos. *Configurações do amar: as afetividades em Luiz Vilela*. 2008. 209 p. Mestrado. Universidade Estadual de Londrina – Letras. Orientador: Luiz Carlos Santos Simon.

VILELA, Luiz. *A cabeça*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. 1. reimpressão, São Paulo: Cosac & Naify, 2002

VILELA, Luiz. *O fim de tudo*. Belo Horizonte: Liberdade, 1973.

VILELA, Luiz. *Os novos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

VILELA, Luiz. *Perdição*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

VILELA, Luiz. *Tarde da noite*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1988.

Sociedade, educação e tecnologia: fundamentos e argumentos para o uso das TIC no processo de alfabetização

Society, education and technology: background and arguments for the use of TIC in the process of literacy

Adriana de Oliveira Hansen⁹
Renata de Sampaio Valadão¹⁰
Fabricio Antonio Deffacci¹¹

Resumo: As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estão presentes em todas as etapas de ensino. Todavia, questiona-se: de que modo o relacionamento entre as crianças e os computadores afeta a aprendizagem? Sob este prisma, este artigo tem como objetivo identificar as influências e os efeitos do uso das TIC no ensino elementar, em especial, no processo de alfabetização, analisando os fundamentos e argumentos dos proponentes desse uso. Assim, foi realizada uma

⁹ Docente nas Faculdades Integradas Urubupungá, (FIU) em Pereira Barreto, SP. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, (UEMS, Paranaíba).

¹⁰ Docente nas Faculdades Integradas Urubupungá, (FIU) em Pereira Barreto, SP. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, (UEMS, Paranaíba).

¹¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, Paranaíba).

pesquisa bibliográfica, tendo como principal expoente: Seymour Papert (1994). Destacou-se que, o uso das tecnologias na educação é uma realidade que vem gerando resultados positivos em todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem, alterando os paradigmas educacionais e provocando mudanças pedagógicas, à qual a escola não se pode furtar. Na alfabetização complementa o letramento tradicional e é no mínimo uma forma de ensinar, adaptada ao conhecimento adquirido pelo aluno fora do ambiente escolar, em seu cotidiano digital.

Palavras-chave: Alfabetização. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Mudanças Pedagógicas.

Summary: Information and Communication Technologies (ICT) are present in all educational stages. However, the question is: how the relationship between children and computers affect learning? In this light, this article aims to identify the influences and effects of the use of ICT in elementary school, especially in the literacy process, analyzing the submissions and arguments of the proponents of such use. Thus, a literature search was performed, the main exponent: Seymour Papert (1994). It was stressed that the use of technology in education is a reality that has generated positive results in all stages of the process of teaching and learning, changing educational paradigms and leading pedagogical changes, which the school can not avoid. Literacy complements the traditional literacy and is at least a form of teaching, adapted to the knowledge acquired by the student outside the school environment in your digital daily.

Keywords: Literacy. Information and Communication Technologies (ICTs). Pedagogical changes.

Introdução

O processo de alfabetização das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental atrelado aos ambientes virtuais deixou de ser utópico, tornando-se uma realidade na sociedade da informação. Desde o século XVIII os professores, sobretudo os da educação básica e do ensino de adultos, procuram por inovações tecnológicas, apesar das condições materiais adversas de cada época. Ao longo da história, tecnologias tradicionais como papel, régua, lápis, lapiseira, tinta, compasso e outras ferramentas como o livro escolar, as coleções de ensino, as coleções de pesos e medidas, o rádio, a televisão, o retroprojetor, o *datashow*, o vídeo e o DVD, entre outros materiais, corroboraram ou têm corroborado com a área educacional.

Atualmente o uso de outros instrumentos como computadores, *notebook*, *tablet*, *Iphone*, ciberespaço e outras Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vem crescendo e destacando em todas as etapas, ciclos e modalidades de ensino. Sob este prisma, este artigo tem como objetivo identificar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, as influências e os efeitos do uso das TIC na educação elementar, em especial, no processo de alfabetização, analisando os fundamentos e os argumentos dos proponentes desse uso.

Como problema de pesquisa, surgiu a seguinte questão: de que modo o relacionamento entre as crianças e os computadores afeta a aprendizagem? Como resposta

provisória a este questionamento, tem-se como hipótese que as TIC podem provocar resultados positivos no processo de ensino aprendizagem, dentre os quais, é possível destacar: o auxílio no processo de desenvolvimento cognitivo, o estímulo à criatividade e o despertar no indivíduo o prazer de aprender.

O Papel da Escola e da Alfabetização no Contexto Social

Quando se pensa em alfabetização é imprescindível compreender o papel da escola e da educação no contexto social e educacional.

[...] um desafio que se coloca hoje para a escola é como trabalhar a apropriação e a criação de conhecimentos, com base na relação passado/presente/futuro, de modo a não perder o sentido histórico dos sujeitos e da sociedade, estando inseridos todos, professores e alunos, numa dinâmica social altamente complexa e heterogênea.

[...] a discussão sobre o papel da escola, que já teve como orientação dominante a transmissão unidirecional de conhecimentos pelo professor, para a sua ampliação pelos alunos, vem sendo encaminhada no sentido de, além de ampliar os conhecimentos, ampliar as possibilidades de todos nela envolvidos continuarem ampliando os conhecimentos fora dela (GOULART, 2000, p. 05),

A escola tem um papel relevante na sociedade, visto que, tem como missão promover ações capazes de transformar o indivíduo, ou seja, oferece a este a

oportunidade de adquirir e desenvolver conhecimentos para o convívio social. E para que o indivíduo seja capaz de adquirir novos conhecimentos, ampliá-los e aplicá-los fora da escola é necessário que o mesmo seja alfabetizado.

[...] a educação e a escola vêm sendo apresentadas, já há mais de um século e de modo programático, como as principais soluções para o analfabetismo e para tantos outros problemas de caráter político, social, cultural e econômico do país. Tais dívidas e correspondentes propostas de solução são uma herança do passado e uma tradição ainda vigente, que vêm norteando tomadas de decisão com suas correspondentes responsabilidades. (MORTATTI, 2004, p. 29).

Mortatti (2004) destaca que a educação tem a função de intermediar através dos processos educativos a construção das relações dos indivíduos entre si e com o meio social e cultural em que vive. “[...] a educação [...] pode ser definida como uma atividade específica e constitutivamente humana [...]” (MORTATTI, 2004, p. 29), tendo como finalidade promover o desenvolvimento das habilidades, levando em consideração a capacidade de ensinar e aprender de cada pessoa nas diferentes situações, espaços e momentos da vida dela.

Ao longo do século XIX, no mundo ocidental, a educação escolar foi se desenvolvendo e seu sentido religioso foi aos poucos “[...] sendo substituído por um sentido “moderno” e laicizante”. A escola foi se fortalecendo como um lugar para o desenvolvimento das novas gerações com o intuito de atender as demandas políticas do Estado. (MORTATTI, 2004).

Com a criação dos sistemas nacionais de ensino, a escola, em moldes mais próximos do que conhecemos hoje, passou a assumir importante papel como instrumento de modernização e de progresso da nação. Especialmente porque passou a prometer a todos o acesso à cultura letrada, centrada na língua escrita, por meio da instrução elementar, isto é, do ensino dos rudimentos escolares de leitura, de escrita (primeiras letras) e de cálculo, como elementos fundamentais que permitem a continuidade da educação.

Dessa promessa, porém, emergiu uma associação problemática entre a escola, o ensino e a aprendizagem (iniciais) da leitura e da escrita, a alfabetização. Essa associação foi um argumento central no debates políticos sobre a universalização da instrução elementar e é um dos legados do modelo republicano de educação escolar efetivado, na França, com as leis escolares de 1880. Tais leis estabeleciam a obrigatoriedade, a gratuidade e a laicização da Educação escolar, realizando aspirações que vinham progressivamente se afirmando no século anterior. (MORTATTI, 2004, p. 31).

A partir daí a educação escolar tornou-se “[...] agente de esclarecimento das “massas” iletradas e fator de civilização; a alfabetização, por sua vez, se tornou um meio privilegiado de aquisição do saber, no sentido de esclarecimento, e imperativo da modernização e desenvolvimento social e político.” (MORTATTI, 2004, p. 31-32).

Aprender a ler e a escrever tornaram-se o fundamento da escola obrigatória, gratuita e laica “[...]”

definitivamente, objeto de ensino e aprendizagem escolarizados, ou seja, para poderem ser tecnicamente ensináveis, a leitura e a escrita passaram a ser submetidas a uma organização sistemática e metódica, o que demandou a preparação de profissionais especializados nesse ensino e propiciou a consolidação de certos modelos de escolarização dessas práticas sociais.” (MORTATTI, 2004, p. 31-32).

[...] Desse ponto de vista, aprender a ler e a escrever se apresenta como um momento de mudança, como indicativo e anúncio de um ritual de passagem para um mundo novo, para o indivíduo e para o Estado: o mundo público da cultura letrada, que instaura novas formas de relação dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história e com o próprio Estado; que instaura, enfim, novos modos e conteúdos de pensar, sentir, querer e agir.

No entanto, as evidências que sustentam originariamente essa associação entre a escola e alfabetização vêm, cada vez mais, sendo questionadas, a partir da ambiguidade entre efeitos pretendidos e resultados obtidos, o que vem sendo objeto de intensa preocupação, principalmente nos países em desenvolvimento. Pode-se considerar, desse ponto de vista, que, enquanto suposto e prometido resultado da ação da escola, o ensino e a aprendizagem iniciais da língua escrita se tornam índice de medida e testagem da eficiência da ação modernizadora, ainda pretendida para a educação escolar, e o analfabetismo – seja o acumulado entre a população jovem e adulta como resultado de sua não inclusão

educacional na idade adequada, seja o emergente entre a população infantil como resultado da insuficiência quantitativa e qualitativa da escola – apresenta-se como um dos signos mais evidentes dos problemas políticos, sociais e culturais de nosso tempo. (MORTATTI, 2004, p. 32-33).

A preocupação com a educação e com o ensino elementar “tardou a ganhar vulto” no Brasil, provavelmente pelas condições de sua colonização, pela sua dimensão territorial e por sua estrutura agrária. Somente com a Constituição de 1834 a educação escolar tornou-se obrigatória (MORTATTI, 2004).

Mesmo com “[...] caráter utópico da importância tradicionalmente atribuída à educação escolar e, particularmente, à alfabetização do povo, com suas contradições e dificuldades”, é certo que saber ler e escrever, e utilizar essas habilidades nas diferentes situações cotidianas, continuam sendo necessidades indiscutíveis para que o indivíduo exerça de maneira plena a cidadania (MORTATTI, 2004).

“[...] a aquisição e desenvolvimento da alfabetização [...] liberta as pessoas da ignorância, incapacidade e exclusão, e as liberta para a ação, escolhas e participação” (MATSUURA, 2003, apud MORTATTI 2004, p. 26). Assim, a técnica de ler e escrever são “[...] entendida como um meio de aquisição de cultura, por parte de cada indivíduo, e de progresso, riqueza, ascensão, abastança e prosperidade para a Nação, como um meio de o país sair do atraso passado e ingressar na modernidade” (BERTOLETTI, 2006, p. 69).

O processo de alfabetização é concebido como a aprendizagem da escrita inserida no mundo social da escrita, o mundo letrado. O conhecimento de mundo das

crianças, especialmente aquele relacionado às práticas ainda que sutis de escrita, e seus desejos e necessidades em relação à prática cultural dão concretude aos sistemas de referências constituídos. Estes sistemas caracterizam modos diferentes de ser letrado. (GOULART, 2013).

Um olhar histórico sobre a alfabetização escolar no Brasil revela uma trajetória de sucessivas mudanças conceituais e, conseqüentemente, metodológicas. Atualmente, parece que de novo estamos enfrentando um desses momentos de mudança – é o que prenuncia o questionamento a que vêm sendo submetidos os quadros conceituais e as práticas deles decorrentes que prevaleceram na área da alfabetização nas últimas três décadas: pesquisas que têm identificado problemas nos processos e resultados da alfabetização de crianças no contexto escolar, insatisfações e inseguranças entre alfabetizadores, perplexidade do poder público e da população diante da persistência do fracasso da escola em alfabetizar, evidenciada por avaliações nacionais e estaduais, vêm provocando críticas e motivando propostas de reexame das teorias e práticas atuais de alfabetização. (SOARES, 2004, p. 96).

“[...] tem-se tentado, ultimamente, atribuir um significado demasiado abrangente à alfabetização, considerando-a um processo permanente, que se estenderia por toda a vida, que não se esgotaria na aprendizagem da leitura e da escrita.” (SOARES, 2011, p.15).

A alfabetização em seu sentido próprio, específico se trata do processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita. De certa maneira, o

processo de aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido. Alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita e de decodificar a língua escrita em língua oral (SOARES, 2011).

[...] alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos.

[...] é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita [sendo que através dessas práticas, ou seja,] em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita. (SOARES, 2004, p. 97).

Uma análise das mudanças conceituais e metodológicas verificadas ao longo da história do ensino da língua escrita no início da escolarização revela que, até os anos 80, o objetivo maior era a alfabetização, enfatizava-se fundamentalmente a aprendizagem do sistema convencional da escrita. Para atender a esse

objetivo ocorreu a alternância dos métodos de alfabetização (SOARES, 2011).

Portanto, o caminho considerável eficiente para o processo de ensino aprendizagem, adaptando a nova realidade social, é promover a articulação de conhecimentos e metodologias, com o desenvolvimento de habilidades e comportamentos do indivíduo, para que ele saiba utilizar de maneira competente as aptidões e os conhecimentos adquiridos nas práticas sociais de leitura e de escrita.

A Educação Elementar na Sociedade Tecnológica

Diante dos grandes progressos tecnológicos ocorridos nas últimas décadas não parece exagero afirmar que, “[...] a sobrevivência dos indivíduos, das organizações, e das nações na era da informação depende substancialmente da aquisição, do uso, da análise e da comunicação de informação” (GÓMEZ, 2011, p. 67), uma vez que, o uso intensivo das tecnologias vem produzindo alterações não só na forma das pessoas se comunicarem, agirem, pensarem e se expressarem (GÓMEZ, 2011), como também, nas culturas locais, nas relações sociais, nos sistemas produtivos e nas atividades de trabalho, apresentando importantes desafios para a educação.

Deste modo, desde 1996, o art. 32 da Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB) já prevê propiciar a todos formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para, entre outras, a compreensão da tecnologia (BRASIL, 1996).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é indiscutível a necessidade do uso de

computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação às novas tecnologias de informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras (BRASIL, 1997).

Além de apresentar os diferentes recursos tecnológicos disponíveis aos professores, os PCN argumentam a favor da integração das TIC como a televisão, o rádio, a calculadora e o computador às práticas pedagógicas. Nas quatro primeiras séries da Educação Fundamental os PCN preveem que:

[...] não basta visar à capacitação dos estudantes para futuras habilitações em termos das especializações tradicionais, mas antes trata-se de ter em vista a formação dos estudantes em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos Saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos. Essas novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidade de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, “aprender a aprender”. (BRASIL, 1997, p. 25).

É necessário também ensinar aos alunos como eles devem pensar a respeito das novas tecnologias; o professor deve se concentrar em um conjunto de habilidades básicas como leitura, escrita, computação e outras habilidades como meio de mudança social necessária para acompanhar as inovações tecnológicas (BLADES, 2000).

As mudanças sociais, históricas, econômicas, políticas, culturais, por vezes positivas, contribuíram para a emergência de uma reflexão a respeito do papel da escola e para um conjunto de iniciativas que inserem as novas exigências do atual mercado de trabalho e as novas tecnologias (FREIRE; PRADO, 2000).

Pode-se considerar, “[...] especialmente o computador, como uma ferramenta educacional que potencializa a articulação de conhecimentos de áreas diversas e promove o trabalho intra e inter social [...]” (FREIRE; PRADO, 2000, p.8), pois as tecnologias refletem um tipo de cultura, a qual está relacionada com o momento social, político e econômico (TAYRA, 2001).

Deste modo, entendendo que a educação tem como função a formação do indivíduo considerando, não só sua capacidade de aprender, mas o contexto em que este está inserido, a educação deve visar à criação de novas formas de ensinar adequadas e comprometidas com o tempo do aluno – o mundo tecnológico.

Experiências, Fundamentos e Argumentos Papertianos para Uso de Computadores no Processo de Alfabetização

Desde a década de 1970 o computador tem assumido no Brasil um papel importante e de possível mudança na qualidade da educação, ao possibilitar a criação de novos ambientes de aprendizagem. Um exemplo disso foi linguagem de programação LOGO, criada por Seymour Papert, permitindo o surgimento de uma nova maneira de ensinar e aprender.

O LOGO era um *software* gráfico, que por meio da programação no ambiente LOGO, que permitia as crianças construir modelos concretos do mundo e realizar

experiências para testar suas hipóteses, isto é, a criação de conceitos via experiência direta, possibilitando a criança familiarizar-se com o código escrito antes de estar alfabetizada (PAPERT, 1994). “[...] torna-se alfabetizado aquele que pensa de uma forma diferente do que anteriormente, enxerga o mundo de outra maneira” (PAPERT, 1994, p.17).

Neste sentido, a “[...] máquina do conhecimento oferece às crianças uma transição entre a aprendizagem pré-escolar e a verdadeira alfabetização de uma forma mais pessoal, mais negociada, mais gradual e, assim, menos precária” (PAPERT, 1994, p. 18).

As primeiras sementes da ideia do LOGO, foram lançadas no Brasil em 1975, com a primeira visita de Seymour Papert e Marvin Minsky. E, em 1976, iniciaram-se os primeiros trabalhos com o uso de LOGO com crianças, seguidos por outros diversos trabalhos sobre o uso do computador com crianças do Brasil (VALENTE, 1999).

As experiências e resultados destes trabalhos mostraram que as crianças que tiveram contato com a linguagem de programação LOGO apresentaram maior crescimento no que se refere à conceituação da língua escrita, ampliando suas hipóteses e alcançando níveis mais complexos de forma mais rápidas, em relação àquelas crianças que tiveram pouco contato com a linguagem LOGO (KIST, 2008).

Associado ao processo de ensino aprendizagem, as crianças apresentam maiores aptidões para gerir determinados problemas que lhes surjam, dissipando-os de modo mais fluente, perspicaz e sem medo de errar. O modo despreocupado como tendem a ultrapassar as dificuldades reforça-lhes a capacidade intuitiva de tentar outra vez até compreenderem o erro (PAPERT, 1994).

No entanto, faz se necessárias mudanças estruturais. Além de conhecer um determinado processo, também se faz necessário ter boas ferramentas para efetivar tal atividade, motivo pelo qual a escola precisa de computadores (PAPERT, 1994).

Assim, a educação poderá ajudar certificando de que as crianças sejam apoiadas, entre outras, material e intelectualmente em seus esforços, considerando que o tipo de conhecimento que as crianças mais precisam é aquele que lhes ajudará a obter mais conhecimento (PAPERT, 1994).

Outro fator que justifica a inserção dos computadores no processo de ensino aprendizagem das crianças refere-se à inserção da informática no cotidiano de vida do indivíduo. Na Era da Aprendizagem, “[...] a abrupta quantidade de aprendizagem que está ocorrendo no mundo já é muitas vezes maior do que no passado.” (PAPERT, 1994, p. 5).

As mudanças ocorridas durante as últimas décadas precisam ser visualizadas de maneira assertiva e a enorme quantidade de aprendizagem no mundo moderno destacada por Papert, precisa ser incorporada no dia a dia do indivíduo, pois o que torna um país competitivo é a capacidade que as pessoas têm para se adequarem as novas realidades com o conhecimento e as habilidades aprendidas durante a vida.

[...] Não faz muito tempo [...] os jovens aprendiam habilidade que poderiam utilizar pelo resto de suas vidas em seu trabalho. Hoje em dia, nos países industrializados, a maioria das pessoas tem empregos que não existiam quando elas nasceram. A habilidade mais importante na determinação do padrão de vida de uma pessoa já se tornou a

capacidade de aprender novas habilidades, de assimilar novos conceitos, de avaliar novas situações, de lidar com o inesperado. Isso será crescentemente verdadeiro no futuro: a habilidade competitiva será a habilidade de aprender (PAPERT, 1994, p. 5).

Quando se destaca a revolução tecnológica como responsável pela necessidade de o indivíduo aprender de maneira mais efetiva, ela também oferece meios para que seja possível inserir ações mais eficazes no processo de ensino e aprendizagem, sendo eles: televisão e o próprio computador. Segundo Papert (1994) a tecnologia de informação devem ser vistas como sendo “[...] oportunidades sem precedentes para a ação a fim de melhorar a qualidade do ambiente de aprendizagem, pelo que me refiro ao conjunto inteiro de condições que contribuem para moldar a aprendizagem no trabalho, na escola e no brinquedo.” (PAPERT, 1994, p. 5).

O acesso ao computador possibilita às crianças estabelecerem outra relação com o conhecimento, pois oferece diferentes modos de aprender, e ao professor a oportunidade de mudar as formas defasadas de ensinar e aprender (PAPERT, 1994).

As crianças também demonstram mais visivelmente o resultado positivo dos meios utilizados no processo de ensino aprendizagem com suas preferências intelectuais (PAPERT, 1994).

Ao redor do mundo inteiro, as crianças entraram em um apaixonante e duradouro caso de amor com os computadores. O que elas fazem com os mesmos é tão variado quanto suas atividades. A maior quantidade de tempo é dedicada aos jogos, com o resultado de

que nomes como o da Nitendo tornaram-se palavras domésticas. Elas utilizam os computadores para escrever, para desenhar, para comunicar-se e para obter informações. Algumas utilizam os computadores como meios para estabelecer ligações sociais; outras, para isolar-se. Em muitos casos, seu zelo tem tamanha força que traz a palavra vício às mentes de pais preocupados. (PAPERT, 1994, p. 7).

Pode-se dizer então, que o uso das tecnologias no processo de ensino aprendizagem também se justifica pela apropriação das crianças às novas tecnologias em um comportamento cada vez mais aversivo em relação aos modos tradicionais de ensino, “[...] já que um motivo para a má instrução é que ninguém gosta de ensinar crianças relutantes [...]”. (PAPERT, 1994, p. 125).

Ao fazer parte do mundo das crianças, Papert destaca a importância da utilização dos computadores no processo educacional, pois grande número delas vê o computador como algo que pertence à geração delas.

Neste contexto, a escola, embora não na mesma velocidade de desenvolvimento das TIC, tem buscado se atualizar tecnologicamente no sentido de provocar mudanças pedagógicas efetivas e adequar o universo escolar ao ambiente letrado do aluno.

Considerações finais

Com base no que foi apresentado, destaca-se as TIC como sendo uma das alternativas para as problemáticas no processo de alfabetização no Brasil.

O desafio da escola contemporânea é trabalhar a apropriação e retenção do conhecimento de cada

indivíduo tendo como base o conhecimento adquirido ao longo do seu desenvolvimento e a relação entre o passado, presente e futuro da sociedade.

Sendo assim, o uso das tecnologias é uma realidade que deve ser incorporada no processo de ensino aprendizagem, adequando esse processo aos novos paradigmas sociais e educacionais, complementando assim o conhecimento adquirido pelo aluno fora da sala de aula e que deve ser validado pelos educadores, para que ele se torne um indivíduo capaz de utilizar as habilidades adquiridas no meio onde vive.

Percebe-se, por meio do pensamento de Papert, que quando o conhecimento que a criança tem antes do acesso a escola é valorizado, e isso inclui o contato que ela tem com as novas tecnologias, neste caso o computador, e quanto mais cedo a conexão tecnológica fizer parte de seu universo de escolarização, os resultados serão positivos, tendo em vista que o indivíduo alfabetizado trará progresso e prosperidade não só para ele próprio, mas para toda a sociedade.

Mas é importante destacar que a inserção do computador no cotidiano escolar deve ser realizado com critérios lógicos e por profissionais, neste caso os professores, que saibam estimular o uso correto da máquina para a obtenção de resultados positivos fazendo com que a criança obtenha mais conhecimento no processo inicial de aquisição e compreensão da língua oral e escrita, sabendo utilizar tal conhecimento no dia a dia.

Além disso, utilizar as TIC dentro do ambiente escolar também é atender a proposta da Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB) que prevê que todos tem direito a formação básica, incluindo a esse direito a compreensão da tecnologia e também aos Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCN) quando destaca que é indiscutível a necessidade do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar.

Portanto, o uso das tecnologias no ambiente escolar desde a alfabetização poderá provocar resultados positivos para todos os envolvidos no processo, alunos, professores e a própria sociedade, desde que seja utilizado de maneira assertiva e com o intuito de promover o desenvolvimento cognitivo, estimular a criatividade e despertar no indivíduo o interesse em aprender e utilizar o conhecimento no dia a dia.

REFERÊNCIAS

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. **Lourenço Filho e a alfabetização: Um estudo de Cartilha do povo e da cartilha Upa, cavalinho!** São Paulo: UNESP, 2006.

BLADES, David W. Habilidades Básicas para o próximo século: desenvolvendo a razão, a revolta e a responsabilidade dos estudantes. In: SILVA, Luiz Heron (org.). **Século XXI: Qual o conhecimento? Qual currículo?** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos**

parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FREIRE, Fernanda Maria Pereira; PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. **O computador em sala de aula: articulando saberes**. Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 2000.

GÓMEZ, Ángel I. Pérez. Competência ou pensamento prático? A construção dos significados de representação e de ação. In: SACRISTÁN, José Gimeno et al. **Educar por competências: o que há de novo?** Porto Alegre: Artmed, 2011.

GOULART, Cecília M. A. **Letramento e polifonia: um estudo de aspectos discursivos do processo de alfabetização**. Revista Brasileira de Educação, n. 18. Set/Out/Nov/Dez, 2000.

GOULART, Cecília M. A. **A noção de letramento como horizonte político para o trabalho alfabetizador: questões para a prática e para a pesquisa**. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno09-03.html>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

KIST, Silvia de Oliveira. **Um Laptop por Criança: implicações para as práticas de leitura e escrita**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRGS, Porto Alegre – RS, 2008.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

SEYMOUR, Papert. **A Máquina das Crianças:**

repensando a Escola na Era da Informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento:** caminhos e descaminhos. 2004. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01_d16t07.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

TAYRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação:** novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. 3. ed. São Paulo: Érica, 2001.

VALENTE, José Armando. Informática na Educação no Brasil: Análise e Contextualização Histórica. In: **O Computador na Sociedade do Conhecimento**. Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 1999.

Harmonização das normas internacionais de contabilidade: um avanço para o Brasil.

Harmonization of international accounting standards : a breakthrough for to Brazil .

Caroline da Silva de Souza¹²

Jaqueline Bezerra e Silva¹³

Iara Medeiros de Carvalho Ferraresi¹⁴

Resumo: Com a introdução da lei 11.638/2007, a contabilidade no Brasil vive um momento histórico devido à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, as IFRS (Internacional Financial Reporting Standard). As IFRS propõem em seu escopo, a harmonização das demonstrações financeiras, deixando claro que não se trata de aplicação de normas, mas a aplicação de um conjunto de requisitos de informações a serviço da Contabilidade. Em meio a esta jornada, o Brasil necessita caminhar rumo à modernidade, entretanto é preciso superar os obstáculos e trabalhar muito para absorver os benefícios da harmonização. Alguns obstáculos neste desafio, é em torno das empresas brasileiras (sem restrição de porte), pois estão

¹² Graduanda em Ciências Contábeis nas Faculdades Integradas Urubupungá, FIU. – caroll_tdb@hotmail.com

¹³ Graduando em Ciências Contábeis nas Faculdades Integradas Urubupungá, FIU – jackeline25@hotmail.com

¹⁴ Professora do Curso de Ciências Contábeis nas Faculdades Integradas Urubupungá, FIU – prof.iaramc@gmail.com

preocupadas com a elaboração de seus relatórios financeiros, e muitos necessitam de transações internacionais para sobrevivência dos negócios. Por isso, se faz necessário a harmonização da contabilidade, para que seja entendida uniformemente por entidades do mundo todo, facilitando todo tipo de operação. A padronização visa ainda: minimizar diferenças, solucionar conflitos e oferecer ferramentas estatísticas confiáveis aos seus usuários, priorizando a otimização, eficiência e clareza nas demonstrações financeiras em torno do patrimônio da empresa, que é o principal objeto de estudo das Ciências Contábeis.

Palavras-chaves: Harmonização. IFRS. Desafio.

Abstract: With the introduction of Law 11,638 / 2007, accounting in Brazil is going through a historical moment due to the application of International Financial Reporting Standards, IFRS (International Financial Reporting Standards). IFRS propose in its scope, harmonization of financial statements, making it clear that it is not implementing rules, but the application of a set of information requirements in the service of Accounting. In the midst of this journey, Brazil needs to move towards modernity, though it is necessary to overcome the obstacles and work harder to absorb the benefits of harmonization. Some obstacles in this challenge is around the Brazilian companies (no size restriction) because they are concerned with the preparation of its financial reports, and many require international transactions for business survival. So if harmonization of accounting is necessary in order to be understood uniformly by entities around the world, facilitating all kinds of operation. Standardization aims

to: minimize differences, resolve conflicts and provide tools reliable statistics to its users, prioritizing optimization, efficiency and clarity in the financial statements around the assets of the company, which is the main object of study of Accounting.

Keywords: *Harmonization. IFRS. Challenge.*

1 Introdução

Observa-se que a lucratividade dentro das organizações, é um fator preponderante. Diante deste contexto, a Contabilidade vem se destacando cada vez mais no sentido utilitário, buscando aperfeiçoar as demonstrações contábeis de acordo com o perfil de cada empresa. Disponibilizando aos seus usuários ferramentas capazes de ajudar na organização de processos, tendo como base informações confiáveis que retratam a realidade do patrimônio a qualquer momento. Isto porque as informações são tempestivas, e permitem um maior controle em situações de riscos, tomadas de decisões ou simplesmente para fins gerenciais e fiscais.

A Contabilidade está atrelada à globalização, sendo cada vez mais comum o surgimento de novos conceitos que visam o aprofundando de estudo da área contábil, com a finalidade de proporcionar aos seus usuários melhores condições nas informações patrimoniais.

Diante do cenário evolutivo da economia mundial, nasce o desafio de padronizar a contabilidade brasileira, para a contabilidade internacional que visa os princípios emitidos pelo *Internacional Accounting Standard – IASB*; que em sua amplitude, harmoniza os

sistemas contábeis do mundo todo, estabelecendo um único padrão, facilitando a linguagem e o entendimento entre diversas culturas. Para o Brasil, a harmonização é positiva, pois os benefícios propostos abrangerão a todos. O desafio, em meio a esta transição, é convergir totalmente para os padrões internacionais, sendo que a mudança afetará muitos profissionais da área.

Cabe salientar no decorrer deste artigo, a importância da introdução das IFRS (*Internacional Financial Reporting Standard*) no Brasil, com enfoque para os processos de harmonização contábil, permitindo aos usuários maior familiaridade e entendimento no assunto.

2 Metodologia

A metodologia utilizada para realização deste trabalho, foi a pesquisa bibliográfica.

Na visão de Martins e Theóphilo (2007, p.54), “uma pesquisa bibliográfica busca explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em diversas fontes.” Com isso será pleiteado explicações de assuntos que englobem o conteúdo deste artigo, objetivando a prática do conhecimento dentro da Contabilidade.

3 Contabilidade Internacional: essencial no mundo contemporâneo

A Contabilidade Internacional tem se tornado imprescindível no mundo dos negócios e isto é fato. Mas o que chama a atenção para os dias de hoje, é a maneira como esta ciência está evoluindo e se destacando como

peça fundamental nas análises das demonstrações financeiras.

Isto se deve ao processo de Harmonização das Normas Contábeis Internacionais, que prezam pela transparência e confiabilidade de suas informações em qualquer parte do mundo.

“O grande objetivo da Contabilidade é o de prover seus usuários em geral com o máximo possível de informação sobre o patrimônio líquido de uma entidade” (IUDICIBUS, 2010, p.11).

As Normas Contábeis Internacionais trazem em seu escopo a proposta de padronizar relatórios financeiros, objetivando maior transparência e fidedignidade das informações, além de facilitar a comparabilidade.

Peters (2011) ressalta que, para prover informações confiáveis, as demonstrações contábeis devem atender obrigatoriamente a quatro características qualitativas: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Estas características permitem aos usuários, utilizar confiavelmente as informações disponíveis. É como se elas fossem um filtro, que descarta informações de procedência duvidosa, proporcionando como resultado um ótimo gerenciamento.

Conforme Silva e Niyama (2008), a expansão das relações comerciais e internacionais no cenário globalizado, a necessidade de investimento e o avanço tecnológico, permitem fácil acesso à informação e exigem uma linguagem em comum entre os países estabelecendo padrões contábeis uniformes.

Assim, a compreensão sobre a necessidade de aplicação das Normas Contábeis Internacionais, propõe um padrão equitativo e igualitário para todos.

Silva e Niyama (2011) argumentam ainda, que a contabilidade de um país pode ser bem mais compreendida quando se conhecem os fatores que influenciaram o seu desenvolvimento.

Entende-se, pois, que as Normas Contábeis Internacionais tem se tornado imprescindível, uma vez que seus princípios, entendidos no mundo todo são fundamentais para o crescimento contábil, financeiro, entre outros.

Segundo Azevedo (2009, p.77):

O principal objetivo das demonstrações financeiras em IFRS é dar informações sobre a posição financeira, os resultados, e as mudanças na posição financeira de uma entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários (investidores, empregados, fornecedores, clientes, instituições financeiras ou governamentais, agências de notação e público) em suas tomadas de decisão.

Nota-se que a IFRS (*Internacional Financial Reporting Standard*), traz em sua bagagem inúmeros benefícios para impulsionar o crescimento não somente da Contabilidade, como também o fortalecimento econômico das empresas. Porém, em meio a este cenário contemporâneo e evolutivo, a IFRS expõe alguns desafios.

Para Hopfner (2013) o impacto da Convergência das Normas Internacionais no Brasil, mais notavelmente é a atualização dos profissionais contábeis.

A Contabilidade no Brasil ainda está muito atrelada a Contabilidade tradicionalista, e as IFRS (*Internacional Financial Reporting Standard*) propõem a quebra deste

paradigma, fazendo com que todos optem por um sistema único de regras, e este é um forte impacto.

Para facilitar todo processo de harmonização, Peters (2011) destaca que, as IFRS são oficialmente traduzidas pelo Ibracon (Instituto de Auditores Independentes) desde 1986, ou seja, todos os instrumentos que a IFRS disponibiliza, podem ser facilmente compreendidos. Acredita-se, que assim, a dificuldade de aceitação ao novo formato contábil seria minimizada.

O Brasil dispõe de recursos que direcionam o caminho da conversão com mais positividade, e a legislação é prova disso. “Nossa legislação, historicamente, adianta-se sempre em relação aos homens que irão utilizá-la, isto é mais sentido no campo contábil” (MARION, 2007, p.31).

Dentro deste contexto, é preciso considerar que embora haja dificuldades, as Normas Internacionais estão em convergência com o mundo, e seria negativo o Brasil não se adequar dentro dos novos padrões.

4 Adaptação e evolução em diversas situações econômicas

Observa-se que, desde o início dos tempos a Contabilidade exerce um importante papel no quesito eficiência e lucratividade. Isto por que facilita a vida de muitos, seja em termos corporativo ou particular.

A contabilidade é objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica financeira, física e de produtividade, com relação a entidade

objeto de contabilização. (RIBEIRO, 1999, p.33).

Em meio a tanta transformação, a Contabilidade impulsionou sua força partindo do pressuposto de uma crise econômica na Bolsa de Nova York em 1929. A partir daí, surge a necessidade de um método contábil mais eficiente.

Foi então criado no âmbito da entidade que congregava e ainda congrega auditores nos EUA - o Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA-*American Institute of Certified Public Accountants*), uma área voltada para o preparo de “normas contábeis” (o APB-*Accounting Principles Board*). Esse organismo, criado em meados de 1930, responsabilizou-se pela produção de tais normas até princípios dos anos 70 do século passado, e seus pronunciamentos constituíram a parte mais representativa dos chamados Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos (US GAAP - *Generally Accepted Accounting Principles*). (LEMES; CARVALHO, 2010).

O interessante dentro deste contexto, é a maneira como a Contabilidade se adapta e ao mesmo tempo evolui à diversas situações. Em um cenário de crise, se torna tempestiva e resiliente, dispondo de informações imprescindíveis ao crescimento da economia.

Para Silva e Niyama (2011), através do desenvolvimento econômico dos grandes blocos, inclusive a União Europeia, foi que o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade

ganhou força. A primeira proposta para a harmonização das normas contábeis em nível internacional foi estabelecida por Jacob Kraayenhof, presidente do instituto de Contadores Registrados dos Países Baixos, em 1959.

Para harmonizar a Contabilidade no mundo todo, era necessário um sistema detalhista e compatível com o crescimento da economia, desta necessidade nascia as Normas Internacionais.

Lemes e Carvalho (2010) ressalta que no decorrer de 1970, nasceram as Normas Internacionais, IAS (*International Accounting Standards*), mas foi a partir de 2001, que se tornaram IFRS (*Internacional Financial Reporting Standard*), abrangendo não apenas especificidades, mais todo o conceito das demonstrações financeiras. Contudo, as IFRS não devem ser vistas como regras, e sim princípios inerentes não suscetíveis a burlas.

Seguindo esta linha de raciocínio, Peters (2011) evidencia que as IFRS mostram o que fazer, por outro lado, não se importam com e como fazer, isto porque estão voltadas a um resultado: a saída de informação contábil. Assim percebe-se que as IFRS, não constituem estrutura geral de um sistema de contabilidade, mas formam importantes partes dele. O desenvolvimento das IFRS não depende somente de normas, o processo torna-se minucioso porque mescla costumes e princípios.

Neste contexto, a IFRS propõe informação e confiabilidade como ferramenta chave dentro das demonstrações financeiras, priorizando a utilização das normas.

Correa (2012) destaca que, quando se fala em contabilidade internacional, elas interessam tanto aos seguimentos de um mesmo grupo econômico, que realiza operações e transações internacionais, como também a

diversos usuários da informação. Quando se tem um negócio fora do país, a norma internacional passa a ser mais eficiente, pois é possível negociar ultrapassando fronteiras.

Em suma, compreende-se que os Padrões IFRS vieram para agregar qualidade dentro das demonstrações financeiras.

Apesar das IFRS (*Internacional Financial Reporting Standard*) conter normas, Peters (2011) acredita que devem ser entendidas como base de princípios, e não princípios naturais ou filosóficos ou regras, porém devem compilar princípios de ordem prática, tendo em vista as melhores práticas detectadas pelo organismo emissor destas normas – IASB.

5 A implantação da IFRS no Brasil

A contabilidade no Brasil tem passado por diversas alterações desde a implantação das Normas Internacionais. O processo de implantação foi emanado pela lei 11.638/2007, Lei das Sociedades Por Ações, que convida o Brasil a aceitar o desafio de harmonizar a contabilidade nacional com a Internacional.

Somos desafiados na aplicação de um conjunto normativo completo à contabilidade Societária Brasileira que se iniciou em 27/12/2007 com a lei 11638/2007, marco regulatório que, além de alterações em normas contábeis, determinou a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), ao alterar o artigo 177 da lei nº 6404/1976, a convergência com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de Valores Mobiliários e ampliou-se com a lei 12.249/2010, que

em seu art. 76 da CFC (Conselho Federal de Contabilidade), entre outras, a atribuição de emitir normas de contabilidade, portanto, normas contábeis de aplicação societária. (PETERS, 2011, p.21).

No Brasil, a mudança que adéqua os relatórios financeiros e propõe que a contabilidade possa ser entendida mundialmente, passa ser obrigatório no ano de 2010. A partir desse momento, todos os pronunciamentos, interpretações e orientações devem seguidos a risca.

Para o Brasil, a adoção das normas reflete em benefícios internos e externos. No campo externo, a adoção insere o País no contexto econômico mundial, ajudando a internacionalizar empresas e negócios. Internamente, com a criação do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), as normas regularizam e normatizam as Características contábeis das empresas e faz a intermediação do debate entre representantes dos diversos segmentos do mercado brasileiro. (CARNEIRO, 2010,p. 3).

Para Niyama (2010), vários são os fatores que dificultam a interpretação de relatórios contábeis, destacando como causas das diferenças internacionais, características como: valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social, que acabam refletindo na evolução das práticas contábeis de cada país.

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade (2011), com a adoção das Normas Internacionais, a Contabilidade brasileira avança para

uma harmonização maior dos padrões contábeis, facilitando bastante às negociações empresariais e estimulando a valorização dos profissionais do mercado. Contudo, a conversão das Normas Internacionais não traz somente aspectos positivos, Hendriksen e Breda (1999), acreditam que os padrões de contabilidade não devem ser medidos pelo seu efeito imediato sobre os indivíduos, as normas internacionais serão sentidas a longo prazo, é um trabalho extenso e minucioso.

Na visão de Mello (2008), a inserção do Brasil no mercado internacional, levando em conta a consolidação do mercado brasileiro de capitais, a escolha das IFRS sinaliza o aumento da transparência e da comparabilidade entre diferentes companhias, nos diferentes países que as adotam. Assim, os investidores estrangeiros poderão analisar as demonstrações das empresas brasileiras à luz de padrões conhecidos.

Neste sentido, a IFRS apresenta excelência nas suas demonstrações contábeis, ao passo que sua margem de erro é minimizada, devido a gama de informações disponíveis. Sendo assim, deve ser vista de forma positiva, pois o impacto gerado é compensado ao ver os resultados obtidos.

6 Pequenas e Médias Empresas (PMEs) dentro do contexto contábil internacional

Em meio às mudanças no Brasil, devido a aplicação das IFRS, e considerando os perfis de obrigatoriedade da lei 11.638/2007, cresce a problemática de adaptação e o uso dentro de inúmeras organizações. Não se pode mensurar o grau de dificuldade que cada empresa encontrou pelo caminho.

Pensando nisso, a IFRS visa abranger de forma diferenciada as pequenas e médias empresas.

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade (2011), as empresas que se enquadram como pequenas e médias não tem obrigação pública de prestação de contas; e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Tendo em vista que as normas internacionais seriam positivas, “O IASB (*International Accounting Standard Board* - Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade), emitiu em Julho de 2009, os padrões de demonstrações contábeis, IFRS (*International Financial Reporting Standard*), para PMEs (Pequenas e Médias Empresas) (HOLLAND, 2010, p.30).

A princípio a aplicação seria direcionada para as Sociedades de Capital Aberto e Fechado de grande porte e instituições financeiras, porém não obstante, a IFRS propõe que seu conjunto de normativos também sejam aplicados as PMEs de maneira concisa.

“IFRS para PMEs é uma norma abrangente, que contém grande parte da orientação essencial fornecida pelas IFRS completa” (MACKENZIE et al., 2012 p. 21).

No que tange a implantação das IFRS, as pequenas e médias empresas, estão com maior dificuldade de adequação. Isto se deve a falta de conhecimento no assunto, pois a IFRS para PMEs vieram para minimizar os problemas e tornar as informações claras e acessíveis.

A IFRS para pequenas e médias empresas traz a proposta de enxugar aspectos irrelevantes ao interesse da empresa, facilitando suas demonstrações contábeis,

distinguindo as informações de forma precisa. “Comparada as IFRS completas, o tamanho total das normas em termos do número de palavras foi reduzido em mais de 90%”. (MACKENZIE et al., 2012 p. 21).

Em virtude do que foi mencionado, cabe ressaltar que embora a norma tenha sido reduzida, isto não a torna menos eficaz que a IFRS completa.

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por uma vasta gama de usuários que não está em posição exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação (Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2011, p.36).

Seria incoerente as PMEs não fazerem uso das IFRS. São empresas distintas das sociedades por ações, no entanto deve se considerar que “a confiabilidade nas Demonstrações Contábeis por toda a sociedade interessada, torna-se maior quando uma entidade for responsável pelo preparo e pela emissão e divulgação das regras que as regem”. (Resolução nº 1.055 CFC 2005, p. 1).

A IFRS para PMEs, além de ser um avanço, ainda disponibiliza a todo tipo de entidade, sem restrição de faturamento a oportunidade de crescer em grande escala.

É preciso considerar que, no Brasil, as empresas com carência de recursos procuram auxílio nas instituições financeiras. Então, essas instituições

poderão ao conceder empréstimos, exigir que as demonstrações contábeis sigam as novas normas e, assim, contribuir para que a aplicação das normas seja mais rápida (JINZENJI, 2010, p.18).

A exigência dos padrões IFRS, tem se tornado um pedido comum das instituições financeiras. Logo, as empresas que necessitam de crédito, não encontrarão alternativas e serão obrigadas a trabalhar nas normas internacionais, já que estão ativas desde 2010.

A verdade é que os proprietários das PMEs estão inseguros quanto às normas internacionais. Muitos acreditam que com a mudança terão que pagar mais tributos.

“Todos os efeitos que a aplicação da Norma Internacional, em virtude da convergência, gerar no resultado são eliminados para que não haja acréscimo de ônus e nem diminuição da carga tributária” (JINZENJI, 2010, p.16).

A aplicação da Norma Internacional dentro das PMEs, não gera aumento da carga tributária, o intuito é a padronização e transparência nos relatórios contábeis, de forma que seja benéfico a todas as entidades.

7 Processo de Harmonização aos Padrões Internacionais

A necessidade de harmonizar a Contabilidade, surgiu do interesse de contextualizar os padrões IFRS com o resto do mundo, afim de que todos entendessem uma única língua no ramo dos negócios.

Niyama (2007) defende que a harmonização é um processo que busca preservar as particularidades

inerentes a cada país, no tocante, a harmonização das normas. E deve ocorrer com o intuito de priorizar as informações dentro das demonstrações contábeis, a fim de que possa ser entendida amplamente.

Ao harmonizar a Contabilidade, é preciso levar em consideração alguns conceitos: a clareza, a uniformidade e a confiabilidade. Estes conceitos tornam os relatórios contábeis mais transparentes e acessíveis no caso de uma possível tomada de decisão.

“A medida que os órgãos representativos da classe se preocupam com a melhoria sempre crescente dos conceitos e normas contábeis, pode-se assegurar que os horizontes da Contabilidade serão mais amplos e promissores possíveis” (IUDÍCIBUS, 2010, p. 10).

Faz-se necessário mencionar, que o processo de harmonização da Contabilidade, é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, embora este processo ainda seja complexo e minucioso.

Para Hopfner (2013) o objetivo de se estabelecer uma unificação das normas contábeis é de proporcionar um maior grau de transparência em seus relatórios e sua comparabilidade, proporcionando uma melhoria na qualidade das informações.

O maior propósito para a convergência com a IFRS, é sem dúvidas quebrar barreiras entre as informações contábeis, para que assim possam ser compreendidas internacionalmente, e o Brasil aceitou este desafio.

A lei coloca como meta a harmonização das normas e práticas contábeis brasileiras as internacionais, com o objetivo não apenas de colocar o Brasil nos trilhos dessa tendência global, mas também de facilitar o acesso das empresas nacionais aos mercados

externos e atrair capitais estrangeiros ao País (AZEVEDO, 2009, p.71).

Não há dúvidas de que a harmonização trará avanços para o Brasil. O resultado será a conexão com outras partes do mundo, refletindo aptidão para negociações de âmbito internacional, podendo proporcionar maior aquecimento na economia brasileira.

8 Países em harmonização com a IFRS

O que mais chama a atenção na IFRS é a quantidade de países que vem aderindo a estes padrões, o que facilita muito todo processo de negociação.

No último trimestre de 2009, cerca de 150 países ao redor do mundo, exigem ou aceitam as normas IFRS para o preparo de demonstrações financeiras: alguns com quase 30 países da União Europeia, exigem sua adoção para os balanços consolidados, semelhante ao disposto pelo Banco Central do Brasil para as instituições financeiras que este regulamenta e supervisiona. Há países que as aceitam em substituição a normas contábeis nacionais, e outros que as aceitam em complementação ao uso de normas contábeis nacionais, como o Novo Mercado da BOVESPA (LEMES; CARVALHO, 2010, p.4).

Conforme exposto no mapa abaixo, muitos países ainda encontra-se em estado de transição, o que pode ser visto como algo positivo, ao passo que o processo de conversão é questão de tempo. O que preocupa mesmo são os países sem previsão de aderir a IFRS, sendo que o

processo de crescimento econômico depende desta evolução.

Para CALIXTO (2010), são grandes as expectativas em relação à adoção do IFRS, tendo em vista as importantes mudanças que passam a ocorrer no âmbito dos negócios, principalmente a utilização de uma única linguagem contábil entre os diversos países.

Na América é possível verificar que a maioria dos países ainda está em processo de transição. Na Ásia, Europa e Oceania já se aplica o IFRS em diversos países e na África muitos estão sem previsão para a adoção.

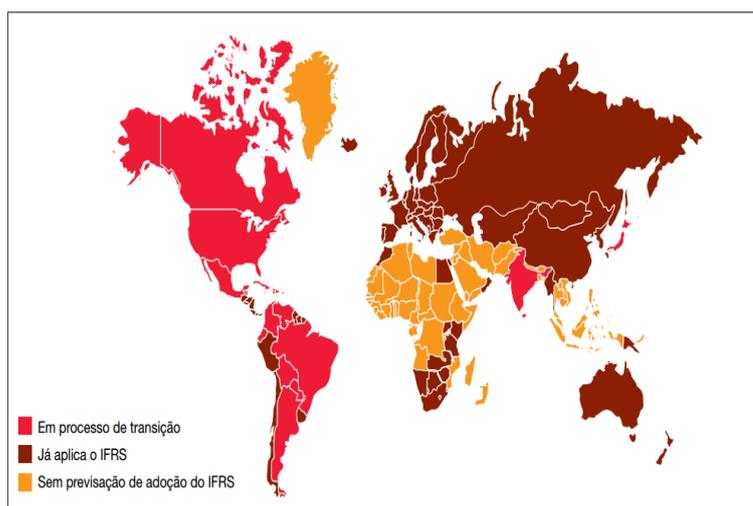


Figura 1 – Aplicação do IFRS no mundo

Fonte: PRICEWATERHOUSECOOPERS (2010)

9 Considerações finais

No mundo contemporâneo em que as mudanças ocorrem muito rápido, é preciso estar conectado a todas as novidades, para que os negócios possam evoluir.

A harmonização das IFRS no Brasil trouxe a proposta de melhorar a contabilidade em todos os sentidos. Mesmo sendo uma grande transformação em todo meio contábil, a perspectiva de crescimento é positiva, pois a mudança refletirá novas habilidades, conhecimentos e desafios.

Em meio a esta jornada, será normal que algumas empresas demonstrem resistência em aceitar as Normas Internacionais de Contabilidade. Isto é devido à falta de informação, o fato é que Brasil já se mostra preparado para auxiliar estas empresas com dificuldades, independente do porte, ressaltando que os resultados serão vistos em longo prazo.

A Harmonização da Contabilidade no Brasil deixa de lado regras e dá ênfase a princípios. Sua sistemática trabalha a padronização das Normas Internacionais de Contabilidade, e propõe o desafio de unificar o sistema contábil mundialmente.

O foco está na credibilidade das demonstrações financeiras e a facilidade de comparabilidade, permitindo fácil acesso as informações, o que torna mais ágil a tomada de decisão, sem contar na amplitude de oportunidades de negócios com o mundo todo. Cabe mencionar ainda, que todo processo de harmonização da Contabilidade é de suma importância para o crescimento da economia brasileira.

Diante do que foi abordado, pode se concluir que a harmonização da contabilidade no Brasil, minimizará a complexidade das demonstrações financeiras entre operações nacionais e internacionais, resultando em maior grau de comparabilidade, transparência e melhor atuação no mercado de capitais.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, O. R. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. 3. ed. São Paulo: IOB, 2009.

CALIXTO, L. Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS nos países europeus. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-187, jan/mar 2010.

CARNEIRO, J. D. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Interpretações e orientações técnicas contábeis 2009**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2010. 2 v. p. 3.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Contabilidade para pequenas e médias empresas**. Porto Alegre: CRCRS, 2011. p. 36.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 1055 de 07 de novembro de 2005**.

Disponível em:

http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspxCodigo=2005/001055. Acesso em: 05 Agos 2015.

CORREA, M. D. **Contabilidade Internacional**. Curitiba: IESDE, 2012.

CONTABILIDADE INTERNACIONAL. **Assunto 5 impacto no Brasil do IFRS para PMEs, 2011**,

Disponível em:

<http://conbilidadegrupo13.blogspot.com.br/2011/05/assunto-5-impacto-no-brasil-do-ifrs.html> . Acessado em: 18 set. 2014.

DELEON. **IFRS para PMEs transformará diversas práticas contábeis em uma única linguagem aceita no mundo inteiro.** CRC SP. ONLINE. Disponível em: <http://www.deleon.com.br/crcsp/2011/117/05_opinioa_n.htm>. Acessado em: 18 set. 2014.

HENDRIKSEN, E. S. & BRENDA, M. F. V.. **Teoria da Contabilidade.** Tradução da 5. ed. Americana por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLLAND, C. B. Normas Internacionais de Contabilidade para PMEs. **Boletim CRCSP**, São Paulo, n. 176, p.30, abril 2010.

HOPFNER, B. T. Harmonização das normas internacionais de contabilidade: impactos no processo de adoção e os reflexos na contabilidade Brasileira. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10º, 2013**, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2013. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos132013/412.pdf>>. Acessado em 22 mar. 2015

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade Introdutória.** Equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JINZENJI, N. M. Normas Internacionais de Contabilidade: necessárias para todas as empresas. **Boletim CRCSP**, São Paulo, n. 176, p.16-18, abril 2010.

LEMES, L.; CARVALHO, N. **Contabilidade Internacional para graduação.** São Paulo: Atlas, 2010.

MACKENZIE, B.; COETSEE, D.; NJIKIZANA, T.; CHAMBOKI, R.; COLYVAS, B.; HANEKOM, B. **IFRS 2012: interpretação e aplicação**. Equipe KPMG no Brasil. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G.; THEÓPHILO, C. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional: causa das diferenças internacionais, convergência contábil internacional, estudo comparativo entre países, divergência nos critérios de reconhecimento e mensuração, evidenciação segundo FASB e IASB**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2007.

PETERS, M. **IFRS no Brasil**. São Paulo: IOB, 2011.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **IFRS e CPCs – Nova Contabilidade Brasileira**. 2010.
Disponível: <http://www.ibri.org.br/Upload/Conteudo/Pw_CIBRI_IFRS_CPCs.pdf>. Acessado em: 23 maio 2015.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade geral fácil: para cursos de contabilidade e concursos em geral**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, C. A. T.; NIYAMA, J. K. **Contabilidade para concursos e exame de suficiência**. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, C. A. T.; NIYAMA, J. K. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

**Clima organizacional: um estudo sobre a influência
do funcionário endividado**

*Organizational climate: a study on the influence of
indebted professional*

Alan da Silva Santos¹⁵

Renata de Sampaio Valadão¹⁶

Resumo: Tendo em vista, a relevância do clima organizacional para uma organização e acreditando que as questões pessoais estão intimamente ligadas a vida profissional e a produtividade de um indivíduo, este artigo teve como objetivo identificar por meio de uma pesquisa de campo como o comportamento de um profissional endividado pode influenciar o clima dentro de uma organização. Além da pesquisa de campo que foi realizada com os acadêmicos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Integradas Urubupungá (FIU), situada na cidade de Pereira Barreto, interior do estado de São Paulo, foi utilizado também a pesquisa bibliográfica que teve como

¹⁵ Graduando em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Urubupungá (FIU); Graduado em Administração pelas Faculdades Integradas Urubupungá, FIU. – alan_silvasantos@hotmail.com

¹⁶ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Paranaíba). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHEB). Docente das Faculdades Integradas Urubupungá, FIU – prof.renatavaladao@gmail.com

foco apresentar os conceitos relativos ao assunto em estudo para formalizar a fundamentação teórica desta investigação. Com base nos resultados, foi possível considerar que os fatores ligados à vida pessoal de um indivíduo, em os fatores relacionados à vida financeira, podem influenciar diretamente no desenvolvimento e na produtividade de uma organização, tendo em vista que ela progride a partir das ações planejadas e concretizadas por seus colaboradores.

Palavras-chave Recursos Humanos; Clima Organizacional; Produtividade;

***Abstract:** In viewing of the importance of the organizational environment for an organization and believing that personal issues are intimately linked to professional life and the productivity of an individual, this article aims to identify through a field research how the behavior of an indebted Professional can influence the climate within an organization. In addition to the field research that has been conducted with academics of Business Administration course and Accounting course of Faculdades Integradas Urubupungá (FIU), in the city of Pereira Barreto, in the state of São Paulo, it has also been used the bibliographical research which focused to present the concepts related to the subject being studied to formalize the theoretical foundation of this research. Based on the results, it was possible to consider that the factors related to an individual's personal life, and the factors related to financial life, can directly influence the development and productivity of an organization, given that it progresses from the planned actions and implemented by its employees.*

Keyword: *Human Resources. Organizational climate. Productivity.*

1 Introdução

No mundo dinâmico em que vivemos, onde as empresas têm passado por mudanças diariamente, são necessárias novas formas de trabalho para que os processos organizacionais sejam mais ágeis, flexíveis e que acima de tudo ocorra a valorização das relações humanas para que a produtividade aconteça e os objetivos das empresas sejam alcançados.

Nas décadas passadas a competição entre as organizações eram quase inexistente. Poucas empresas dominavam um determinado mercado, que muitas vezes eram protegidos, impedindo assim abertura de novos negócios. Mas atualmente é perceptível as mudanças que afloraram no ambiente organizacional, como a incorporação de novos produtos e serviços para atender as novas e constantes necessidades e exigências das pessoas, ocorrendo assim o aumento da competitividade entre as organizações (PORTER, 1999). Ou seja, para que uma organização permaneça no mercado e atenda as necessidades de seu público alvo é necessária a incorporação de novas atitudes, novas formas de trabalho para garantir maior produtividade e rentabilidade. Mas para que aconteça uma maior produtividade é necessário profissionais qualificados capazes de atuar de maneira eficiente dentro das organizações deixando-as sempre à frente de seus concorrentes.

Para garantir uma relação mais eficaz entre empresa e colaboradores é necessário que os gestores

contemporâneos preocupem-se com as condições de trabalho que oferecem aos profissionais que atuam em suas empresas, tendo em vista que o ambiente e o clima organizacional pode influenciar na produtividade, mas que também fiquem atentos as questões pessoais desse colaborador, pois elas poderão influenciar positiva ou negativamente as relações interpessoais e de produção dentro do ambiente de trabalho.

Desse modo, tendo em vista a relevância do clima organizacional dentro da empresa e acreditando que as questões pessoais estão intimamente ligadas a vida profissional e produtividade de um colaborador, este artigo tem como objetivo identificar por meio de uma pesquisa de campo como o comportamento de um profissional endividado pode influenciar o clima dentro de uma organização.

Para atender ao objetivo desta pesquisa foi definida como metodologia a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando como técnica de pesquisa o questionário. Segundo Fonseca (2002) a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas. Já a pesquisa de campo deve ser utilizada quando o pesquisador pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada (GONSALVES, 2001), que no caso desta investigação (a população pesquisada) foram os acadêmicos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Integradas Urubupungá (FIU), situada na cidade de Pereira Barreto, interior do estado de São Paulo.

A pesquisa de campo foi desenvolvida entre os dias 17, 18 e 19 de junho de 2015. Foram entrevistados por meio de um questionário, 51 acadêmicos que afirmaram estarem atuando no mercado de trabalho. A

seleção dos acadêmicos foi realizada de maneira aleatória e não probabilística.

2 Referencial Teórico

2.1 Finalidade de uma Organização

Uma organização, também definida como empresa ou instituição é constituída pela soma de recursos humanos, materiais e financeiros para atender as necessidades dos indivíduos. Desse modo a organização é o resultado da combinação de todos estes elementos orientados a um objetivo comum. Drucker (1998) afirma que uma organização e/ou empresa é um órgão que atende as necessidades da sociedade por meio da venda de produtos ou pela prestação de serviços, ou seja, ela está vinculada a sociedade e deve cooperar com seus integrantes e com a economia da região onde esta instalada, gerando resultados satisfatórios para todos os envolvidos no processo, sejam eles: acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes e comunidade em geral.

Faraco (2007) pontua que uma organização inexistente sem um grupo de pessoas para direcionar as suas atividades, pois toda empresa é constituída de pessoas e delas depende o seu sucesso e continuidade. Segundo Chiavenato (1992) a empresa constitui um ambiente dentro do qual as pessoas passam a maior parte de suas vidas e por prestarem serviços para atender aos objetivos organizacionais recebem os proventos para as suas subsistências e assim garantem o atendimento de seus objetivos individuais.

As organizações diferenciam-se de outros ajuntamentos de pessoas por sua conduta voltada para

suas metas. Isto é, as organizações buscam cumprir suas metas e objetivos que podem ser alcançados com a ação eficaz e harmoniosa das pessoas.

Corroborando com as afirmações acima, Gibson (1981) destaca que as organizações são classificadas como sendo um sistema que “perseguem” metas e objetivos que podem ser alcançados de modo eficaz e eficiente a partir da ação conjunta dos indivíduos que as compõem. Esse sistema de atividades deve ser coordenado por pessoas, que cooperam entre si para o atendimento do que foi planejado.

Maximiano (2005) pontua que segundo o pensamento de Henri Fayol, a empresa para “funcionar” eficaz e eficientemente deve fazer gerir seis funções básicas, sendo elas: *Função Técnica* que corresponde ao processo de produção e manufatura; *Função Comercial*, tem como objetivo promover a compra venda e/ou troca dos produtos e serviços produzidos pela empresa; *Função Financeira* responsável pelo provimento, organização e utilização do capital investido nela; *Função de Segurança*, que corresponde a proteção de propriedade e das pessoas que a frequentam, sejam elas acionistas, colaboradores, fornecedores ou clientes; *Função de Contabilidade* que deve promover o registro do estoque, balanço, custos, estatística, entre outros trabalhos para que o gestor tenha ciência da “saúde financeira” da organização e a partir dos resultados apresentados pelo setor tenha condição de propor ações de crescimento; e a *Função Administrativa* que corresponde ao planejamento, organização, comando, coordenação e controle dos recursos humanos, materiais e financeiros para o atendimento dos objetivos iniciais da empresa.

O SEBRAE (2015) destaca alguns tipos de empresas e seus objetivos. A empresa de Sociedade

Limitada é aquela dedicada à atividade empresarial, composta por dois ou mais sócios que contribuem com moedas ou bens para formação de capital social. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) são as organizações consideradas micro e pequena empresa. Já a Sociedade Anônima (SA) tem o seu capital dividido em partes chamado de ações, que podem ser negociadas em bolsa de valores sem a necessidade de uma escritura pública. Podem ser de capital aberto ou fechado, sendo sucessiva ou pública para a primeira, e simultânea ou particular para segunda.

De uma maneira geral compreendemos que uma empresa tem como objetivo principal o lucro, seja ela de pequeno, médio ou grande porte. Mas para que esse objetivo seja alcançado é necessário que ela atenda as necessidades de seu público alvo, que serão atendidas a partir das ações de seus colaboradores. Portanto, são necessários profissionais qualificados, ou seja, preparados para compreender as necessidades dos clientes e assim oferecer produtos ou serviços correspondentes a cada solicitação.

2.2 Clima Organizacional

O Clima Organizacional está inteiramente ligado ao que os funcionários de uma empresa sentem no ambiente de trabalho. Compreender o Clima Organizacional é de extrema importância para todo gestor uma vez que o sucesso de uma empresa está relacionado à capacidade de lidar com os aspectos organizacionais, mas também com os sentimentos dos funcionários, isto porque os indivíduos procuram atender as expectativas definidas pela organização na medida em

que percebem que as suas expectativas pessoais também estão sendo atendidas. (SILVA, 2003).

Coda (1992) afirma que o Clima Organizacional é o indicador do grau de satisfação dos membros de uma empresa, em relação a diferentes aspectos, tais como: política de recursos humanos, modelo de gestão, missão da empresa, processo de comunicação, valorização profissional e a identificação com a empresa.

A palavra clima é originária do grego *klimae* e significa tendência ou inclinação. O clima é algo intangível, mas ele é facilmente percebido dentro de uma organização por meio do comportamento de seus colaboradores (CAMPELLO; OLIVEIRA, 2004). O estresse, a motivação e a liderança são alguns dos fatores que estão associados ao Clima Organizacional e esses fatores devem ser levados em consideração para que os colaboradores desempenhem o seu papel com eficiência e o ambiente organizacional seja o mais saudável possível, tendo em vista que os indivíduos se envolverão e estarão comprometidos com a empresa a partir do momento que sintam parte integrante do processo e estejam motivados para isso.

O Clima Organizacional é uma variável que influi diretamente na produtividade, pois o grau de salubridade de uma organização depende de sua atmosfera psicológica. Esta atmosfera é fruto do conjunto de percepções das pessoas que compartilham seu dia-a-dia com a organização.

Para Chiavenato (1999, p. 440),

[...] o clima organizacional reflete o modo como as pessoas interagem com as outras, com clientes e fornecedores internos e externos, bem como o grau de satisfação como o contexto que as cerca. O clima organizacional pode ser

agradável receptivo, caloroso e envolvente, em um extremo, ou desagradável, agressivo, frio e alienante em outro extremo.

O Clima Interno ou Clima Organizacional é o estado em que se encontra a empresa ou parte dela em dado momento. É um “estado momentâneo” que é possível ser alterado em curto espaço de tempo em razão das influências que surgem a todo o momento e que são decorrentes das decisões e ações planejadas pela organização, que são postas em prática ou não, ou até mesmo das reações dos empregados a essas ações ou perspectiva delas. (OLIVEIRA, 1995). O Clima Organizacional é a situação em que o colaborador se encontra dentro do ambiente de trabalho, que influencia em seu comportamento tanto positivamente como negativamente. Desse modo o Clima Organizacional é favorável quando proporciona satisfação e atende as necessidades pessoais dos participantes, produzindo elevação do moral interno. É desfavorável quando proporciona frustração, ou seja, quando as necessidades dos indivíduos não são atendidas a contento. (CHIAVENATO, 2010).

Sendo, o Clima Organizacional tão relevante para as organizações, é necessário que os gestores estejam atentos aos indicadores que revelam o nível de satisfação ou insatisfação de seus colaboradores com relação ao ambiente de trabalho, ou seja, aos fatores motivacionais que impulsionam para a produção ou a não produção, pois um clima satisfatório possibilitará resultados eficientes para todos os indivíduos. Mas é importante também que fiquem atentos aos fatores motivacionais que estão ligados a vida pessoal de seus colaboradores, compreendendo que eles poderão afetar diretamente no

desempenho do profissional no ambiente interno da organização.

2.3 Fatores Motivacionais

Quando falamos de clima organizacional, precisamos compreender os que são fatores motivacionais e que a palavra “motivação” esta intimamente ligada ao ato ou efeito de motivar alguém ou ser motivado por alguém ou ainda ser motivado por si próprio. Para que um indivíduo esteja motivado, seja na vida pessoal ou profissional, é necessário que exista uma exposição de motivos ou causas que o motive para a ação. Desse modo, a motivação é o conjunto de fatores, os quais agem entre si, e determinam a conduta de um indivíduo. A motivação cria motivos que são capazes de despertar interesses variados na vida de uma pessoa.

Em ambientes cada vez mais competitivos como os corporativos é necessário profissionais comprometidos e motivados para o trabalho, pois quando se tem pessoas motivadas, tanto por fatores internos quanto externos à organização, os resultados tendem a proporcionar melhores resultados para todos os envolvidos. Portanto, a motivação pode ser entendida como sendo o “principal combustível” para produtividade na empresa. (GIL, 2001). O autor destaca ainda que a motivação se revela de diversas maneiras, por meio de expressões e gestos positivos, tais como: um sorriso; uma expressão solícita; um olhar confiante; ou uma postura tranquila.

Os fatores motivacionais do empregado podem afetar a produtividade, pois como afirma Maximiano (2005) a motivação é a energia de força que movimenta o comportamento do indivíduo em três propriedades, sendo elas: direção, que corresponde ao objetivo do

comportamento motivado ou a direção para qual leva o comportamento; intensidade, é a magnitude da motivação; permanência, corresponde ao tempo de duração da motivação.

Para Bergamini (1997, p.43) “[...] um indivíduo motivado aqui, será diferente em outro lugar.” Isso significa que as pessoas, no desenrolar de seu processo motivacional têm a sua atenção voltada para o desempenho de uma atividade específica e buscam atingir determinado fim, dentro de uma contingência particular.

2.4 Como os fatores financeiros poderão interferir na produtividade de um profissional?

As dificuldades financeiras de um profissional, que estão ligadas aos fatores motivacionais, geralmente são provenientes de situações, como: falta de planejamento e organização financeira na vida pessoal; baixos salários; atrasos de pagamento por parte da organização; dificuldade de acesso a linhas de crédito ou facilidade excessiva, sem a devida capacidade de pagamento; cobrança de juros abusivos; práticas consumistas; entre outros. Steffen (2014) destaca que é possível agrupar a origem dos problemas financeiros das pessoas em dois grupos: a origem pontual e a origem comportamental.

Os desequilíbrios financeiros de origem pontual são imprevistos causados por fatores externos, ou fora do convencional. Esses fatores geralmente não foram planejados, ou não contaram com a proatividade para serem minimizados, entre eles podemos destacar: riscos não calculados; incêndios; assaltos; doenças na família; desemprego; acidentes de trabalho; um investimento ou

empreendimento que não deu certo, etc. Esses eventos podem desintegrar a vida financeira de uma pessoa, por esse motivo é importante que cada indivíduo tenha sempre uma reserva de emergência, pois pessoas com este tipo de situação necessitam de dinheiro para se organizar e retomar o equilíbrio financeiro o mais rápido possível. (STEFFEN, 2014).

O segundo grupo, onde se encaixam a maioria dos brasileiros, tem a origem de seu desequilíbrio financeiro da simples consequência da adoção, consciente ou não, de um estilo de vida insustentável financeiramente, onde se gasta mais do que ganha regularmente. (STEFFEN, 2014). Entretanto, a falta de planejamento financeiro de um indivíduo dificilmente é apontada como um fator relevante dentro de uma organização e, ao mesmo tempo, é aquela que está diretamente sob o controle desse indivíduo.

Os empregados endividados são os que apresentam maiores índices de faltas e atrasos. Além disso, usam recursos da empresa na busca de soluções para seus problemas pessoais (VIEIRA, 2014). Este desacerto, dentro do ambiente organizacional, se reflete em funcionários desmotivados e com queda de produtividade em ritmo acelerado. Se o endividamento aumenta, o funcionário fica nervoso, dorme mal, gasta horas tentando desatar o nó do cheque especial, ou do cartão de crédito, ou dos financiamentos.

Campos (2013) pontua que treinamentos sobre a rotina de trabalho são comuns no ambiente profissional, porém, especialistas afirmam que a educação financeira é essencial para preservar a motivação dos trabalhadores e garantir a produtividade na empresa. Corroborando com a afirmação de Campos, Ramos (2015) considera que o colaborador que sofre com endividamento tende a

ser um profissional mais preocupado e centrado em situações que fogem do seu espaço de trabalho, como, por exemplo, a procura de meios e soluções que o tirem do vermelho e o deixe em uma posição mais confortável.

Portanto, considerando as afirmações de Campos (2013), Steffen (2014), Vieira (2014) e Ramos (2015) os desajustes financeiros de um indivíduo atingem diretamente o rendimento dele no ambiente de trabalho, causando desequilíbrio no processo produtivo, no trabalho em equipe, e muitas vezes levando a organização ao fracasso.

3 Apresentação e Análise dos Resultados

Segundo Labes (1998), existem pelo menos quatro técnicas destinadas ao levantamento de dados para uma pesquisa, sendo elas: entrevista; pesquisa documental; observação pessoal; e questionário. O instrumento utilizado nessa investigação para a coleta dos dados conforme mencionado anteriormente foi um questionário com perguntas abertas e fechadas. Antes da aplicação direta, o questionário foi submetido a um teste piloto que teve como objetivo detectar possíveis erros de interpretação, em seguida o questionário foi aplicado juntos aos acadêmicos.

Identificação do Perfil dos Entrevistados

O resultado dos questionários aplicados aos acadêmicos se apresenta a seguir.

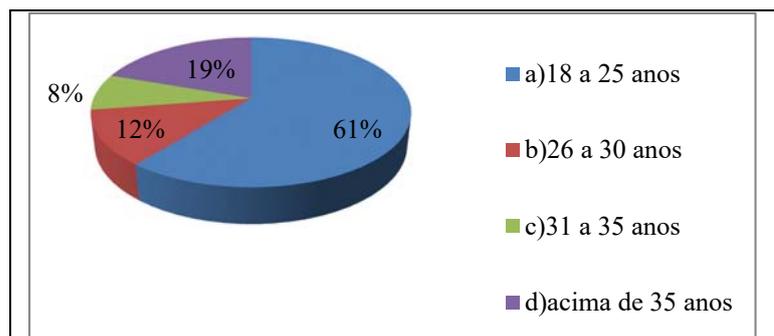


Gráfico 1 – Faixa Etária
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

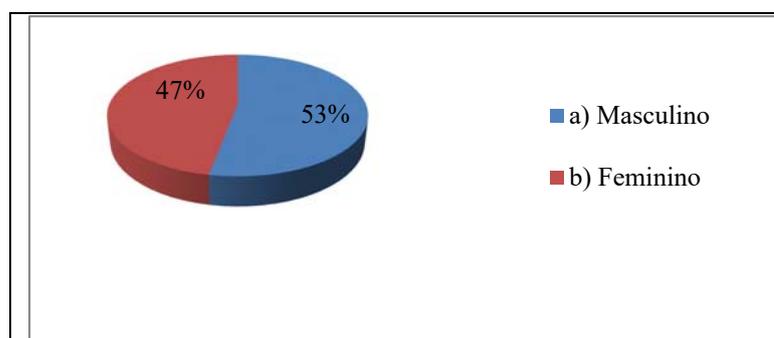


Gráfico 2 – Sexo dos Participantes
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Conforme apresentado no gráfico 1, 61% dos acadêmicos selecionados para esta pesquisa estão na faixa etária compreendida entre 18 e 25 anos; 19% acima de 35 anos; 12% na faixa etária entre 26 e 30 anos; 8% entre 31 e 35 anos. Com relação ao sexo dos entrevistados, gráfico 2, 53% são do sexo masculino e 47% do sexo feminino.

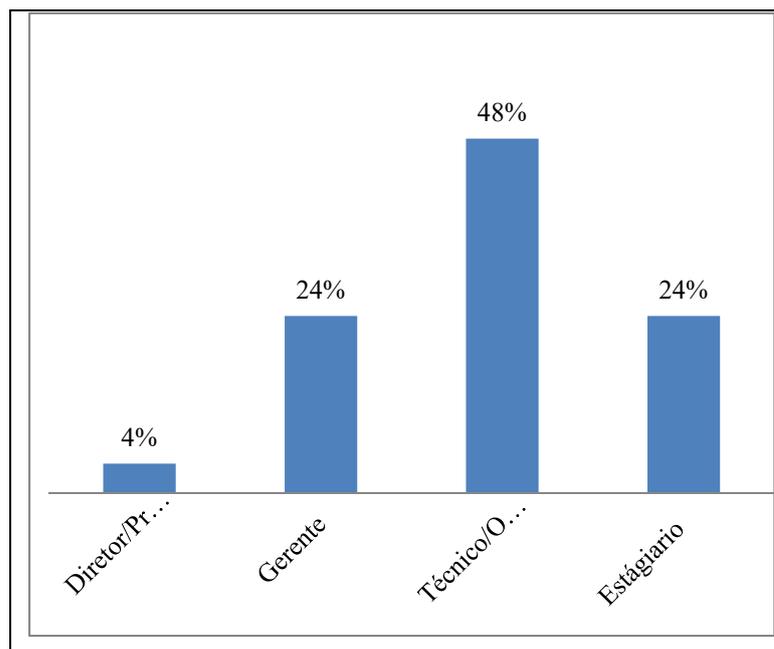


Gráfico 3 – Setor que atuam
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Entre os acadêmicos que participaram desta investigação, conforme apresentado no gráfico 3, 48% informaram que atuam no setor Técnico/Operacional; 24% atuam no setor gerencial; 24% são estagiários; e 4% informaram que estão atuando como Diretores ou Proprietários de Empresas.

Complementando a informação apresentada no gráfico 3, foi perguntado aos entrevistados se estavam satisfeitos com a função que desempenham e que justificassem a resposta, desse modo 68% dos entrevistados disseram que estão satisfeitos com a função que exercem e que ela esta diretamente ligada ao curso que estão matriculados nas FIU; e 32% dos entrevistados informaram que estão insatisfeitos com a função que

desempenham. Eles destacaram que a insatisfação é proveniente da falta de opção de empregos; pela empresa onde atuam não proporcionar crescimento profissional; e por estarem estagiando em setores diferentes do curso que estão matriculados nas FIU.

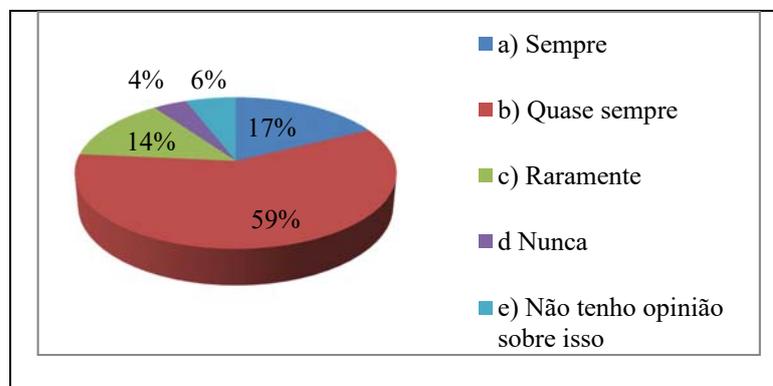


Gráfico 4 – Realização/satisfação no trabalho

Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

O gráfico 4 apresenta o grau de realização e/ou satisfação profissional dos entrevistados, desse modo 59% informaram que quase sempre sentem-se realizados ou satisfeitos com o trabalho que executam; 17% informaram que sempre estão realizados ou satisfeitos; 14% afirmaram que raramente sentem-se realizados ou satisfeitos; 4% destacaram que nunca estão realizado ou satisfeitos; e 6% afirmaram que não tem opinião sobre o assunto.

Foi perguntado aos entrevistados sobre o que mais causa insatisfação no ambiente de trabalho, sendo assim, 29% dos entrevistados destacaram que é a impossibilidade de crescimento na empresa onde trabalham; 19% indicaram que é a falta de reconhecimento; 16% indicaram que é o salário; 10%

informaram que é trabalho que realizam; 8% dos entrevistados destacaram que é a sobrecarga de trabalho; 6% instalações inadequadas; 4% indicaram que é a falta de segurança no trabalho; 6% indicaram a falta de autonomia; relacionamento com a chefia; ambiente de trabalho ruim; e 2% dos entrevistados indicaram a opção *Outros*, e destacaram que é a falta de gestão dentro da empresa, pois um gerenciamento eficiente poderá minimizar as insatisfações diárias e aumentar a motivação para o trabalho.

Em seguida foi questionado sobre as principais razões que fizeram com que os entrevistados aceitassem trabalhar na empresa onde atuam, assim sendo, 27% indicaram que é o salário; 17% foram os benefícios oferecidos pela empresa; 12% indicaram a estabilidade no emprego; 12% afirmaram que foi pelo trabalho que realiza; 10% indicaram que foi pelo reconhecimento do trabalho que executam; 4% foi pelo relacionamento com a chefia; 4% devido ao Ambiente de trabalho; 4% pelas chances de progresso profissional, 4% pela possibilidade de treinamento; 4% devido a falta de opção em outro emprego; 2% pela autonomia no trabalho.

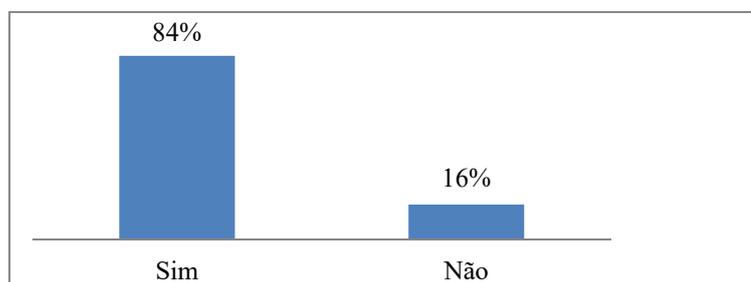


Gráfico 5 – Controle Financeiro
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Foi perguntado aos entrevistados se eles fazem algum tipo de controle financeiro na vida pessoal, gráfico 5. Entre os entrevistados 84% responderam que fazem e que utilizam planilhas eletrônicas, fazem anotações em cadernos, aplicam o dinheiro em contas poupança para despesas futuras e planejam o orçamento mensal; 16% informaram que não fazem nenhum controle financeiro devido ao baixo salário que recebem e pela falta de organização.

Ao serem questionados sobre quando começaram a fazer o controle financeiro pessoal, os entrevistados destacaram que foi: a partir do momento que entraram no mercado de trabalho; devido às dificuldades financeiras que tiveram pela falta de planejamento; para adquirir patrimônio e até mesmo abrir o próprio negócio.

Foi perguntado aos entrevistados se eles acreditavam que a situação financeira de um indivíduo poderia interferir na sua atuação profissional, e se esta situação teria ligação com a produtividade dele dentro da empresa e a resposta foi positiva. Sendo assim, 47 dos 52 acadêmicos entrevistados consideraram que o funcionário por viver a maior parte de sua vida dentro de uma empresa, se ele não estiver bem financeiramente poderá acarretar problemas no desempenho de suas funções, pois ele vai trabalhar preocupado em resolver seus problemas financeiros, chegará muitas vezes mal humorado, e isso acarretará problemas internos. Além do mais, o funcionário endividado para resolver seus problemas pessoais irá utilizar recursos da empresa como: telefone; e-mail; pedirá dispensa no meio do expediente para fazer acordo com os credores, por exemplo. Somente 5 acadêmicos entrevistados disseram que a situação financeira de um indivíduo não interfere na atuação

profissional dele, pois acreditam que fatores pessoais não devem interferir dentro do ambiente organizacional.

Ao serem indagados sobre como a empresa poderia auxiliar o profissional endividado, 44 acadêmicos entrevistados sugeriram que as empresas deveriam elaborar políticas de conscientização entre os funcionários para que eles realizassem o controle financeiro pessoal, e isso não seria apenas ceder vales, ou incentivos financeiros, mais que promovessem projetos capazes de conscientizar seus funcionários sobre o uso eficiente e produtivo dos recursos financeiros que recebem ou possuem. Oito acadêmicos entrevistados afirmaram que não sabiam informar.

Sobre as dicas que dariam para um profissional endividado, os entrevistados destacaram que primeiramente deveriam procurar seus credores para fazer acordos dentro de suas possibilidades para que tenham condição de honrar com os pagamentos; em seguida deveriam controlar seus gastos, utilizando planilhas eletrônicas, como as disponibilizadas no programa da *Microsoft Excel* ou fazer anotações em cadernos ou cadernetas; e no período de crise devido ao endividamento comprar apenas o que é necessário para a sua subsistência, pedir descontos, reciclar objetos e fazer planos de investimentos futuros para poupar dinheiro.

4 Considerações Finais

Com base nos resultados obtidos por meio desta pesquisa compreendemos a relevância do clima organizacional e que várias são as razões que levam um profissional a trabalhar em uma organização e elas devem ser consideradas pelos gestores que tem como foco a produtividade e ascensão da empresa. Entre as

razões, destacamos as eleitas pelos acadêmicos que fizeram parte desta investigação: salário; benefícios oferecidos pela empresa; estabilidade no emprego; trabalho que realizam; reconhecimento do trabalho que executam; relacionamento com a chefia; ambiente de trabalho; progresso profissional; possibilidade de treinamento; falta de opções em outras empresas; e autonomia para realização do trabalho.

Mas também existem os fatores que causam insatisfação no ambiente de trabalho e que também devem ser observados, pois eles poderão comprometer o clima organizacional e conseqüentemente a produtividade dentro da empresa. Dentre os fatores destacamos os que foram indicados pelos entrevistados: impossibilidade de crescimento na empresa onde atuam; falta de reconhecimento; salário; trabalho que realizam; sobrecarga de atividades; instalações inadequadas; falta de segurança no trabalho; falta de autonomia; relacionamento com a chefia; ambiente de trabalho ruim; falta de gestão dentro da empresa.

Além dos fatores que motivam para o trabalho e os que desmotivam, que estão diretamente ligados a organização, existem também aqueles que estão diretamente ligados a vida pessoal do indivíduo, ou seja, do colaborador e que de certa maneira interferem no clima organizacional. Portanto, consideramos que os resultados dessa pesquisa reafirmaram as nossas hipóteses, pois é visível que as atitudes e os problemas pessoais de um indivíduo influenciam o clima organizacional de uma empresa, e entre os problemas consideramos que o financeiro é um dos mais complexos que existe, pois depende primeiramente da conscientização do indivíduo com relação as suas dívidas

e do auxílio de terceiros para que a situação seja resolvida.

Desse modo, além dos treinamentos habituais que as organizações oferecem para os seus colaboradores, consideramos que a educação financeira é um treinamento que deve ser proposto pelos gestores e incorporado no processo de gestão de pessoas para que as empresas possam por meio de ações efetivas, influenciar seus colaboradores a elaborarem seus controles financeiros e valorizar os proventos que recebem pelo serviço que prestam, tendo em vista que o descontrole financeiro é influenciado por fatores psicológicos, comportamentais, culturais e econômicos vivenciados por cada profissional.

Ao propor ações de conscientização com relação ao controle financeiro, ou seja, ações para reeducação financeira de seus colaboradores os gestores contribuirão para que o clima organizacional seja mais harmonioso, criativo e produtivo, tendo em vista que as questões pessoais fazem parte do contexto de cada indivíduo e por mais que ele não queira, os ajustes e/ou desajustes pessoais irão influenciar no seu comportamento dentro da organização e conseqüentemente influenciarão diretamente no desenvolvimento e na produtividade dela, considerando que a empresa progride a partir das ações planejadas e concretizadas por seus colaboradores.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecilia Whitaker; CODA, Roberto. **Psicodinâmica da Vida Organizacional: motivação e liderança**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CAMPELLO, Mauro L. C.; OLIVEIRA, Juliana S. G. **O desafio na busca de resultados e de competitividade nas empresas modernas.** Bauru: XI SIMPEP, 2004.

CAMPOS, Mikaella. **Empresas dão apoio a funcionários endividados.** 2013. Disponível em: <<http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2013/06/noticias/dinheiro/1450603-empresas-dao-apoio-a-funcionarios-endividados.html>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

CODA, Roberto. **Pesquisa de Clima Organizacional: uma contribuição metodológica.** USP-SP, 1992.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 9. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando Pessoas: o passo decisivo para administração participativa.** 2. ed. São Paulo: Makron Book, 1992.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à Administração.** 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

FARACO, Adroaldo. **Administração de Recursos Humanos Completa e Atualizada: o conceito de APH.** Criciúma-SC: Faraco, 2007.

FONSECA, João J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GIBSON, James L. **Organizações: comportamento, estrutura e processo**. São Paulo: Atlas, 1981.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

GONSALVES, Elisa P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas-SP: Alínea, 2001.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Marco A. **Pesquisa de Clima Interno nas Empresas: o caso dos desconfiômetros avariados**. São Paulo: Nobel, 1995.

PORTER, Michael E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RAMOS, Dora. Funcionário endividado pode atrapalhar o desenvolvimento de um projeto na empresa. 2015. Disponível em:
<<http://canaldoempreendedor.com.br/empreendedorismo-franquias/funcionario-com-dividas-pode-atrapalhar-o-desenvolvimento-de-um-projeto-na-empresa/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

SEBRAE. **Tipos de empresas**. 2015. Disponível em:
<<http://www.si.lopesgazzani.com.br/docentes/katia/TIPOS%20DE%20EMPRESAS.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2015.

SILVA, Neli T. **Clima organizacional**: uma proposta dos fatores a serem utilizados para avaliação do clima de uma instituição de Ensino Superior. 2003. 140 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

STEFFEN, Emanuel Gutierrez. **Riscos envolvendo suas finanças e seu emprego**. 2014. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/colunistas/financas-e-investimentos-sem-complicacao/riscos-envolvendo-suas-financas-e-seu-emprego>>. Acesso em: 8 set. 2015.

VIEIRA, Erasmo. **Finanças equilibradas = Funcionários mais produtivos**. 2014. Disponível em: <<http://www.lagoinha.com/ibl-colunista/financas-equilibradas-funcionarios-mais-produtivos/>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

**Microempreendedor individual: história
empreendedora de José da Silva Moreno**

*Individual microentrepreneurs: entrepreneurial story of
José da Silva Moreno*

Janaina de Medeiros Pinto¹⁷
Renata de Sampaio Valadão¹⁸

Resumo: Durante as duas últimas décadas, percebe-se várias mudanças no mundo corporativo e dentre essas mudanças é possível destacar a do processo empreendedor que, principalmente no Brasil, tem sido uma das maneiras que os brasileiros têm utilizado para enfrentar as instabilidades econômicas que acontecem de tempos em tempos e, também, como uma alternativa para solucionar os problemas sociais, como o desemprego que infelizmente assola muitas regiões. Novas maneiras de fazer negócios foram incorporadas para atender as novas e atuais exigências dos consumidores, desse modo é nítida a importância do empreendedor e seu papel transformador no cenário econômico e social brasileiro. Para compreender um pouco mais sobre o universo

¹⁷ Graduanda do curso de Administração das Faculdades Integradas Urubupungá, FIU em Pereira Barreto/SP. –

janainamedeirospb@gmail.com

¹⁸ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Paranaíba). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHEB). Docente das Faculdades Integradas Urubupungá, FIU – prof.renatavaladao@gmail.com

empreendedor na região noroeste paulista, foi elaborada uma pesquisa para identificar as vantagens e desvantagens percebidas pelo empreendedor José da Silva Moreno após a formalização de seu negócio. Ao analisar a narrativa do MEI José foi possível compreender que ser empreendedor não é uma tarefa fácil, não basta sonhar, é necessário colocar em prática o sonho por meio de planejamentos e acompanhar o desenvolvimento desses planos. Para ser empreendedor é necessário ter iniciativa, ser otimista, estar preparado para enfrentar os entraves diários, ter objetivos claros, fazer planejamentos, perceber oportunidades, entender as necessidades dos clientes, ser inovador e controlar todos os processos. O empreendedor precisa estar preparado para buscar soluções para os problemas apresentados por seus clientes.

Palavras Chaves: Empreendedorismo; Empreendedor; Microempreendedor Individual (MEI).

***Abstract:** During the last decades, we realized several changes in the corporative world and among these changes we highlight the entrepreneurship process that mainly in Brazil has been one of the ways Brazilians have used to face the economy instability which happens times to times like an alternative to solve the social problems, such as unemployment, that unhappily plagues several regions. New ways of trading were incorporated to satisfy the new customers needs, thus we realize the importance of the entrepreneur and his transformer role in the economy and social Brazilian scene. This way, to realize a little more about the entrepreneur universe in the northeast region of the state of São Paulo, the general goal of this researcher was to identify the*

advantages and disadvantages noticed by the entrepreneur José da Silva Moreno, after the formalization of his business. Thus, we understand through the narrative of MIE José that to be an entrepreneur it's not an easy task, it's not enough to dream, it's necessary to put into practice the dream by planning and follow the development of this plan. To be an entrepreneur it's necessary to take initiative, be optimistic, be prepared to face the daily troubles, to have clear goals, to make plans, to realize opportunities, to understand the customers needs, to be innovator and to control all the process. It means that the entrepreneur needs to be prepared to search solutions to the problems shown by his costumers.

KEYWORDS: *Entrepreneurship; Entrepreneur; Micro Individual Entrepreneur*

1 Introdução

O empreendedorismo no mundo vem crescendo gradualmente, pois hoje o ato de empreender é uma das alternativas que homens e mulheres estão encontrando para “driblar” os índices de desemprego ou até mesmo por terem uma visão lógica de oportunidades em novos negócios que sejam capazes de atender as necessidades das pessoas.

Os empreendedores são indivíduos que por meio das atividades que realizam estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando a distância, globalizando e renovando os conceitos econômicos,

criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riquezas para a sociedade (DORNELAS, 2005).

Para empreender é necessário que o indivíduo avalie o mercado de trabalho em que pretende atuar, identifique quais são as necessidades que o seu negócio poderá atender, considerando sempre que as barreiras do empreendedorismo são arriscadas, não basta querer ser um empreendedor é necessário acima de tudo planejar as estratégias para que os resultados sejam positivos.

Desse modo, compreendendo a importância dos empreendedores, sejam eles pequenos ou grandes, para a movimentação econômica do Brasil, assim como, da região noroeste paulista, onde está situada a cidade de Pereira Barreto, apresenta-se aqui a história empreendedora de José da Silva Moreno, com o objetivo de identificar as vantagens e desvantagens percebidas por ele após a formalização de seu negócio. Esta investigação pretende responder ao seguinte problema: qual ou quais foram os fatores que levaram o empreendedor José da Silva Moreno a formalizar o seu negócio?

Considera-se importante destacar que ao apresentar a trajetória de vida do empreendedor José da Silva Moreno, ela servirá de exemplo para que os “novos” e os “velhos” empreendedores analisem suas atitudes diárias e promovam ações para satisfazer as necessidades de seus clientes e assim atingir os objetivos a que se propoe. Acredita-se também que esta pesquisa servirá como material de apoio para novas pesquisas sobre o assunto.

2 Conceitos sobre Empreendedorismo

O surgimento do empreendedorismo ocorreu na época da Revolução Industrial. O termo empreender foi criado pelo economista irlandês Richard Cantillon, e até os dias atuais é alvo de discussões e pesquisas. (ZARA, 2013).

Hisrich e Peters (2004) destacam que o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico de um país, envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda per capita, envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade. Tal mudança é acompanhada pelo crescimento e por maior produção, o que permite que mais riquezas sejam divididas pelo vários participantes da cadeia produtiva.

Nesse sentido o empreendedorismo de alguma maneira colabora com o desenvolvimento econômico brasileiro partir da produção, comercialização de produtos e/ou serviços, e de parcerias independentes de pequenas, médias ou grandes empresas, sejam elas coletivas ou individuais. Mesmo quando era tratado com outros nomes, o empreendedorismo nunca deixou de ter o mesmo significado, ou seja, o conceito de empreendedorismo esta atrelado a pessoas ou a grupos de pessoas que investiram seu tempo, seu capital e se ariscaram pelos seus negócios para atender as necessidades de seu público alvo. (ZARA, 2013).

O fato é que antigamente as indústrias tinham como objetivo a produtividade e assim para atender aos objetivos estabelecidos por seus gestores exploravam a mão de obra local, com jornadas longas de trabalho, sem condições de segurança e salários achatados. Diante desses fatos, os trabalhadores, abandonavam as empresas

para abrirem seus próprios negócios e assim ficarem livres dos patrões. (ZARA, 2013).

Desse modo, foram surgindo pessoas que estavam ganhando dinheiro rápido com seus empreendimentos e assim diferentes negócios foram fomentados para atender as necessidades que surgiam no mercado. Os pequenos negócios que surgiram foram desde empreendimentos mercantis, botecos, prestação de serviços de pedreiro, vendas de roupas, e geralmente esses pequenos empreendimentos eram constituídos em pequenos espaços, muitas vezes dentro da própria residência, pois as pessoas tinham como foco: empreender para ter a sua própria renda.

Em quase todos os conceitos sobre empreendedorismo, existe um consenso de que falamos de uma “[...] espécie de comportamento que inclui: (1) tomar iniciativa, (2) organizar e reorganizar mecanismos sociais e econômicos a fim de transformar recursos e situações para proveito prático, (3) aceitar riscos e fracassos.” (HISRIC; PETERS, 2004, p. 29). O empreendedorismo estará sempre em alta no mercado, porém nunca será possível garantir se o empreendimento dará certo ou não, pois dependerá do empreendedor e de suas decisões.

Segundo Drucker citado por Ferreira et al (2002) o empreendedor sempre está buscando por mudanças, reage a ela e a explora como sendo uma oportunidade. Qualquer que sejam as dificuldades encontradas pelo empreendedor, com as características e visão estratégica que possui, ele encontrará soluções e encarará o fato como uma oportunidade de criação, renovação ou inovação.

A função do empreendedor é reformar ou revolucionar o padrão de produção explorando uma invenção ou, de modo geral um método tecnológico não experimentado, para produzir um novo bem ou um bem antigo de maneira nova, abrindo uma nova fonte de suprimento de materiais, ou uma nova comercialização para produtos, e organização de novo setor. (HISRICH; PETERS, 2004, p.29).

Nesse sentido o empreendedor tem a capacidade de criar novas possibilidades e transformar algo já existente para suprir necessidades que aparecem com o decorrer dos anos. *Entrepreneurship* ou empreendedorismo é a ação do empreendedor para a construção de um negócio e que pode ser aprendida segundo as práticas rotineiras desses indivíduos. (FERREIRA et al, 2002).

Corroborando com as afirmações anteriores, Chiavenato (2005, p. 5) pontua que o empreendedor

[...] é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois são dotados de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. [...] Suas características não são limitadas, ele possui capacidade de criação, inovação e organização.
(CHIAVENATO, 2005, p. 5)

O empreendedor possui também outras habilidades, porém uma das mais relevantes é a habilidade de enfrentar os riscos sem mesmo estar esperando por eles.

3 Micro Empreendedor Individual (MEI)

3.1 O que é o MEI?

Toda teoria e conceitos utilizados para criar e gerenciar uma micro ou pequena empresa são construídos a partir do funcionamento das empresas em atividade em um país (TACHIZAWA; SANT'ANA, 2004). A teoria e a prática de gestão de um negócio se diferenciam, pois muitas vezes elas estão atreladas a presença ou não do gestor para direcionar as atividades de maneira eficiente tendo como foco atingir os objetivos da empresa que foram ou que deveriam ter sido previamente definidos.

Uma micro ou pequena empresa existe para atender as necessidades dos clientes, com expectativas de justo retorno financeiro pelos produtos vendidos e/ou serviços prestados (TACHIZAWA; SANT'ANA, 2004). As micro e pequenas empresas tem como missão atender as necessidades dos clientes, mas também devem promover ações capazes de atender e suprir as próprias necessidades, e isso varia muito da atividade desenvolvida, do produto oferecido ou do serviço prestado. O Micro Empreendedor com as atividades que executa promove o desenvolvimento econômico da região onde atua, por meio do giro financeiro que acontece com as compras e vendas promovidas por ele.

Conforme destacado no Portal do Empreendedor (2015) o Microempreendedor Individual (MEI) é aquela “[...] pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário”, e para ser um MEI é necessário que o pequeno empresário tenha um faturamento de no máximo até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por ano e não participe em outra empresa como sócio ou titular. Outro fator é que o ele poderá ter um

empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso correspondente a sua categoria.

Foi criado por meio da Lei [Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008](#), condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal pudesse formalizar o seu negócio. Entre as **vantagens oferecidas** pela lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cujo objetivo é facilitar a abertura de conta bancária, pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015).

Segundo dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até o ano de 2010 existiam no Brasil em torno de 11 milhões de trabalhadores que atuavam na informalidade e que se enquadravam no perfil do Microempreendedor Individual e a meta do governo era no final do referido ano formalizar pelo menos um milhão de informais. (CONSULTORIA CONCEITO, 2015).

Com a formalização dos negócios a vantagem seria ou será para todos, pois para cada empreendimento legalizado, existem dois que ainda permanecem na informalidade, mantendo trabalhadores sem carteira assinada, sem direitos sociais e cidadania. Mas para toda vantagem na formalização existem as desvantagens da informalidade, sendo elas: concorrência desleal, restrição de acesso a políticas públicas, apreensão de mercadorias e equipamentos, sonegação de impostos e principalmente a perspectiva de crescimento. (CONSULTORIA CONCEITO, 2015).

A proposta é que todos sejam beneficiados com a legalização e o sucesso dos pequenos negócios: o comércio ganha com o aquecimento da economia, a comunidade ganha com a inclusão de mais trabalhadores

e empreendedores na cadeia produtiva local. (CONSULTORIA CONCEITO, 2015).

Desse modo, todas as oportunidades que foram criadas tiveram como objetivo central estimular a legalização dos negócios informais e fazer com que o empreendedor observasse as vantagens e os direitos que teria ao legalizar o seu empreendimento, fomentando assim a expansão dos negócios e gerando ainda mais oportunidades de emprego e de desenvolvimento tanto para o empreendedor quanto para a cidade ou região onde o negócio foi legalizado.

3.2 Como se tornar um MEI?

Para que o trabalhador informal regularize a situação de seu negócio antes de fazer o registro da formalização, deverá consultar a Prefeitura Municipal de sua cidade para saber se é possível desenvolver sua atividade no local (bairro, casa ou rua) que deseja e se ela está de acordo com a legislação, especialmente a sanitária, que cuida da saúde pública, e a de uso e ocupação do solo, que protege e ordena o crescimento das cidades. (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015).

Após esse primeiro contato, o trabalhador informal deverá acessar o *site* www.portaldoempreendedor.gov.br para fazer a formalização de pequenos negócios ou procurar um escritório de contabilidade que o auxiliará no processo de formalização. No Brasil existem várias empresas contábeis que prestam o serviço de formalização gratuito.

É importante que o trabalhador fique atento aos detalhes apontados acima, pois os mesmos serão essenciais para que o processo de formalização de seu negócio ocorra corretamente. Ele também precisa estar

sempre atento as informações destacadas no Portal do Empreendedor para estar ciente de tudo que se refere ao Micro Empreendedor Individual. Para o MEI a contabilidade formal é dispensada. Mesmo assim, ele poderá ter assessoria contábil gratuita para o registro da empresa e a elaboração da primeira declaração anual simplificada, depois da inscrição como MEI e dos recolhimentos mensais. É importante destacar que a declaração anual simplificada é a única obrigação que o MEI deverá cumprir anualmente. Essa declaração deverá ser feita também pela *internet* até o último dia do mês de maio de cada ano. (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015).

O empreendedor deverá zelar pela sua atividade que desenvolve, e manter o controle com relação ao processo de compra e venda quanto está ganhando e gastando. Essa organização mínima permite que o MEI gerencie melhor o seu negócio e sua própria vida financeira, além de ser importante fator que o auxiliará no crescimento e desenvolvimento de seu pequeno empreendimento. Para fazer esse controle, o MEI deverá registrar, mensalmente, em formulário simplificado, o total das suas receitas. Neste relatório mensal das receitas brutas devem ser anotados separadamente os valores provenientes da revenda de mercadorias, da venda de produtos industrializados e prestação de serviços, dependendo da atividade desenvolvida pelo empreendedor. (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015).

O MEI deverá manter em seu poder as notas fiscais de compras de produtos e de serviços, para garantir a procedência legal de tudo que adquire, e as notas fiscais eventualmente emitidas para serem anexadas ao formulário simplificado. Portanto, o

empreendedor precisa compreender que mesmo que esteja à frente de um pequeno negócio e que a formalização dele foi facilmente efetivada, é necessário que tenha um controle sobre o faturamento, gastos e investimentos, pois caso exceda o valor determinado pela legislação não poderá continuar na categoria de Micro Empreendedor Individual.

3.3 Direitos do MEI após a formalização

A regulamentação do Microempreendedor Individual tem como finalidade minimizar as barreiras burocráticas que impedem a formalização de milhões de pequenos negócios e gerar trabalho renda, pelo chamado auto emprego, o trabalho por conta própria. (MEDALHA; LEONY, 2011).

Com a formalização do negócio o empreendedor terá mais possibilidade de negociar com o mercado, como fazer financiamento e contribuir com Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com cobertura previdenciária, por exemplo, o empreendedor terá direito a aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; salário-maternidade; auxílio doença; a família terá direito a pensão por morte; e ao auxílio reclusão. (MEDALHA; LEONY, 2011).

Medalha e Leony (2011) destacam também que o empreendedor formalizado terá acesso mais fácil aos serviços disponibilizados pela rede bancária, possibilidade de crescimento, melhor desempenho na atividade que está legalizada, formalização simplificada e sem burocracia, além do baixo custo com as contribuições mensais, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Direitos/Vantagens após a formalização do Empreendimento

Direitos	Observações
Cobertura da Previdência Social	O empreendedor e sua família tem direito a cobertura.
Cobertura Previdenciária	Carências: Tempo de Contribuições Mensais
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	Com o CNPJ o MEI poderá emitir notas e vender produtos e/ou prestar serviços para empresas públicas e privadas.
Acesso facilitado aos serviços bancários	Por comprovar renda legal o MEI poderá financiar compras com instituições financeiras.
Aposentadoria por idade	Mulher aos 60 anos e homem aos 65. Obs.: Os trabalhadores rurais poderão solicitar a aposentadoria por idade com cinco anos a menos. Para tanto é necessário ter contribuído pelo menos 180 meses e a renda que receberá será de um salário mínimo.
Aposentadoria por invalidez:	Para ter direito a esse tipo de aposentadoria, o empreendedor terá que ter contribuído para a Previdência Social por no mínimo 12 meses.
Aposentadoria por tempo de contribuição	Para ter direito a aposentadoria por tempo de contribuição, o MEI deverá complementar o pagamento ao INSS com uma alíquota complementar de 15%, calculada sobre o salário-mínimo por meio da GPS (código 1910), na rede bancária, até o dia 15 do mês seguinte.
Auxílio-doença	Para ter direito ao benefício, o trabalhador deverá ter contribuído com a Previdência Social por, no mínimo, 12 meses (carência).
Salário-maternidade	Para ter direito ao benefício, a empreendedora deverá ter feito 10 contribuições mensais.
Auxílio-reclusão e pensão por morte	Para ter direito ao benefício, o MEI terá direito a partir da primeira contribuição.

Fonte: Portal do Empreendedor (2015)

De uma maneira geral o Microempreendedor Individual precisa compreender que deverá gerenciar o seu negócio buscando a eficiência dos processos e que o sucesso com a formalização do empreendimento virá com o tempo. As vantagens de ser um MEI- micro empreendedor individual são inúmeras, como destacado no quadro 1, mas somente com ações eficazes que conquistará o seu espaço na região onde esta inserido e obterá resultados satisfatórios em meio aos problemas que encontrar pelo caminho.

4 Aspectos Metodológicos

Para a efetivação desta pesquisa foi definido como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais como: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais (MARCONI; LAKATOS 2012).

Vianna (2001) destaca que o estudo de caso é o tipo de pesquisa que tem como objetivo fazer um estudo detalhado sobre um objeto ou situação, contexto ou indivíduo, sempre de maneira a permitir o entendimento da totalidade.

O estudo de caso foi realizado com o Micro Empreendedor Individual Sr. José da Silva Moreno. Para a coleta de informações foi utilizada como técnica de pesquisa a entrevista e para que obtivéssemos resultados satisfatórios utilizamos um roteiro de entrevista. A entrevista foi gravada e em seguida transcrita para análise dos dados coletados e que serão apresentados a seguir no

item 5 “Apresentação dos Resultados”. É importante destacar que durante a transcrição foi realizado alguns ajustes no texto com relação às normas ortográficas da língua portuguesa, mas que foi um processo cuidadoso para evitar a alteração do sentido das palavras narradas pelo MEI Sr. José.

5 Trajetória do Micro Empreendedor Individual Sr. José da Silva Moreno

Conforme relatos do Sr. José da Silva Moreno, nascido na cidade de Quiterianópolis, interior do estado do Ceará, ele é integrante de uma família de dez pessoas, sendo seis homens e duas mulheres: Claudemir, Valmir, Valcemir, Antônio, João, Maria e Izabel, que na infância e na adolescência seguindo os passos dos pais, Isabel e Adão, teve que trabalhar na roça, assim como os irmãos, para ajudar no sustento da família. Esse era o costume na cultura nordestina: os homens trabalhavam na roça e as mulheres cuidavam das tarefas domésticas. José e os irmãos iam para a escola no período matutino e no período da tarde iam trabalhar na roça.

No dia 2 de junho de 2004, com 17 anos de idade José decidiu parar de estudar, nesta época cursava a 8ª série do ensino fundamental, para que fosse possível mudar para o município de Pereira Barreto, interior do estado de São Paulo, e começar a trabalhar com o seu irmão que já estava estabelecido na cidade, como vendedor autônomo na venda de artigos para cama, mesa e banho. Com a situação precária que se encontrava no sertão nordestino, com condições precárias de vida e sem expectativa de melhoria, a mudança para Pereira Barreto foi à única solução que tinha, pois no sertão precisava continuar trabalhando “forçado” na roça para ajudar a

família e como vendedor teria melhores condições para ajudar a família que ficaram no Ceará. Parar de estudar foi também uma solução, pois segundo José “trabalhava mais do que estudava, e mesmo assim a vida continuava difícil”.

Chegando ao município de Pereira Barreto, seu irmão Claudemir, ensinou José a vender e o que deveria fazer para cativar os clientes. Como José era muito tímido e por não conhecer a cidade, os ensinamentos de seu irmão foram importantes, apesar de que já tinha uma pequena noção do que deveria fazer, pois seus irmãos já trabalhavam na área há pelo menos cinco anos.

Após uma semana de treinamento com o irmão, José começou a vender os produtos nas ruas de Pereira Barreto. Com simpatia e muita conversa foi cativando os clientes e começou a ser conhecido por eles como Zé. Foram seis meses trabalhando para o seu irmão, mas devido à falta de administração nos negócios Claudemir não teve muito sucesso no município, e decidiu mudar-se para a cidade de Manaus, no estado do Amazonas. Foi nesse momento que José teve que tomar uma decisão importante na sua vida: ficar em Pereira Barreto ou acompanhar o irmão.

José decidiu ficar e começou a trabalhar com outro grupo de pessoas que trabalhava também com vendas de porta em porta. Mas José tinha um plano: um dia ser dono do seu próprio negócio. Ele conhecia os clientes, a cidade, os fornecedores, e já tinha uma visão empreendedora: percebia oportunidades surgirem. Com o trabalho de vendedor foi juntando capital para começar seu negócio.

Com o dinheiro em mãos, e já com visão do seu negócio, abriu uma conta corrente em uma instituição financeira na cidade de Pereira Barreto, para que tivesse

acesso a talões de cheque e assim poderia comprar mercadorias em seu nome. Nessa época já com a sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH), adquiriu uma moto que o ajudaria mais tarde em seus negócios.

Foram dois anos de trabalho como funcionário e no ano de 2007 José conseguiu iniciar o seu próprio negócio. Iniciou o empreendimento com um capital no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e a sua primeira compra de mercadoria foi à vista, criando assim maior credibilidade por parte de seus fornecedores. A clientela aumentou gradativamente, mas como na cidade de Pereira Barreto o comércio de porta em porta estava um pouco saturado, José teve a ideia de vender na região, mas no momento só tinha uma moto como meio de transporte, percebeu que isso dificultava a sua locomoção.

Diante do problema encontrado, fez um planejamento para a compra do seu primeiro carro. José foi até a cidade de São José do Rio Preto/SP para pesquisar sobre o preço dos veículos e sobre as características do veículo que pudesse suprir o seu necessidades. Chegando à concessionária, avistou um veículo modelo Parati e percebeu que ele iria atender as suas expectativas, pois era um veículo espaçoso e se tirasse o banco trazeiro caberiam muitas mercadorias, assim decidiu comprá-la. Fez o cadastro para análise de crédito, informou o nome de duas referências solicitadas pela empresa e José indicou o nome de uma vizinha e de seu ex-patrão, foi nesse momento que ele se decepcionou, pois quando a empresa ligou para uma das duas referências, ela informou que não o conhecia e por esse motivo a compra não foi aprovada.

José destaca que foi um dia muito decepcionante, mas passando alguns meses voltou novamente na mesma

concessionária e como a Parati já tinha sido vendida, comprou uma Perua Escort usada ano 2004 e assim no ano de 2007, comprou o seu primeiro carro.

Foi a partir da compra do veículo que José começou a vender de porta em porta na região de Pereira Barreto, cidades como: Sud Mennucci, Guzolândia, Suzanápolis, Bandeirantes D'Oeste. José destaca que foram meses para adaptar a nova rotina, e com o passar do tempo criou estratégias de venda para cada cidade. Em seguida conseguiu atingir outras cidades como: Bairro Aliança que pertence ao município de Mirandópolis; Andradina; Castilho; Sítios do Bairro Timboré que fica na região de Andradina; General Salgado; São Francisco e Aparecida do Oeste.

Foi crescendo com novas ideias, estratégias, investindo e correndo riscos. José afirma que a sua trajetória não foi nada fácil, o veículo que havia comprado começou a dar problemas, gastou muito com isso, assim decidiu trocá-lo e comprar a Parati que ele tanto desejava. A troca aconteceu e foi um sucesso, agora era trabalhar ainda mais para cumprir com as suas obrigações.

As ideias foram surgindo, percebeu que precisava criar estratégias para manter os clientes bons e descartar os ruins, e uma das estratégias que adotou foi que mesmo sendo dono do seu próprio negócio, sempre falava para os clientes que tinha patrão e que o patrão não o perdoaria se ele não recebesse o valor que tivesse vendido. Com o negócio de cama, mesa e bando dando certo, fez novos planejamentos e no ano de 2010 começou a investir no comércio de cestas básicas, mas ainda continuava na informalidade e isso dificultava alguns negócios, como a compra de mercadorias, acesso a financiamento, etc.

Somente no ano de 2013 José formalizou o seu negócio e a partir desse momento tornou-se um Microempreendedor Individual. Atualmente José pretende investir ainda mais no comércio de cestas básicas com o objetivo de aumentar os seus retornos financeiros e também em novos vendedores e cobradores para auxiliar nos negócios da empresa.

José enfatiza que o surgimento do seu negócio, conforme relatado anteriormente, surgiu devido a necessidades da família e foi uma oportunidade de negócio que o auxiliaria a obter retornos mais rentáveis comparando com o trabalho na roça na época que morava no Ceará. Tudo aconteceu, pois teve iniciativa e de maneira informal foi planejando os “passos” que daria até chegar à formalização do negócio.

Ao perceber a necessidade de formalizar o seu negócio, José buscou informações sobre o assunto, e percebeu que seria vantajoso porque iria contribuir com a previdência social, assim teria acesso a direitos como aposentadoria, auxílio doença, entre outras coberturas, e isso incluía a sua família, pois atualmente José é casado e tem um filho. Além das coberturas previdenciárias, o acesso mais fácil e rápido as instituições financeiras, caso precisasse de financiamento para investir em seu negócio; facilidade para comprar mercadorias, acesso direto as empresas que vendem no atacado, assim teria preços mais vantajosos e poderia comprar em grande quantidade; outra vantagem é que não correria riscos de perder a sua mercadoria caso fosse vistoriado por fiscais dos municípios onde atua.

Com quase três anos de formalização José destaca que talvez uma desvantagem que ele vê como MEI, mas que se for analisado com critérios não é bem uma desvantagem é que a receita bruta anual do

empreendimento não poderá passar de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e José acredita que esse valor é muito pouco. Mas apesar de considerar o valor baixo, José destaca que se a movimentação da empresa for bem maior é sinal que o negócio esta indo bem. Desse modo, José destaca que faz um controle eficiente sobre as compras e vendas para que, pelo menos por agora, não se desenquadre das exigências do programa.

José acredita que a melhor coisa é ser dono do próprio negócio, estar afrente de tudo e encoraja as pessoas que desejam se formalizar para que façam isso e os que já são empreendedores, José enfatiza que a base do negócio é o planejamento, o controle com os gastos e o investimento para que o empreendimento se renove e atenda as necessidades dos clientes.

Apesar de ainda não se considerar como um empreendedor bem sucedido, José afirma que as dicas apontadas acima são essenciais para quem deseja crescerem se no Mercado. Além delas destaca que todo empreendedor deve: conhecer os clientes e os concorrentes; antecipar-se a mudanças; ser perseverante; desprender-se de sentimentalismo; saber ouvir; acreditar em si mesmo; investir racionalmente no seu negocio; idealizar uma possível necessidade de seus clientes; ter tino para negócio; gostar do que faz; ser responsável e comprometido; ser dinâmico; ter visão estratégica; acreditar em sua equipe e tirar o melhor de cada um; saber ganhar; saber perde; saber o momento de recuar, repensar e de refazer o que foi planejado.

José acredita que se a pessoa é feliz com o que faz, a sua satisfação contagiará seus clientes, dessa maneira muitos clientes serão fidelizados e eles próprios farão propaganda e indicarão novos clientes. Tudo tem que ser planejado, pensado “[...] para levantar uma

parede é um bloco de cada vez, pois é necessário um alicerce estruturado, forte e resistente ao qualquer vendaval. Assim deve ser a trajetória de um empreendedor, crescer sem medo do que vem pela frente, pois ele está estruturado”. (JOSÉ DA SILVA MORENO)

5 Análise dos Resultados

Analisando a trajetória empreendedora do MEI Sr. José da Silva Moreno, percebe-se que foi um percurso com muitos obstáculos, entre eles destacam-se as dificuldades que a família enfrentou no Ceará, ainda na sua adolescência, fazendo com que ele e os irmãos fossem trabalhar na roça para ajudar os pais no sustento da família e até mesmo parar de estudar para buscar melhores condições de vida em outro estado. Desse modo, foram às dificuldades que levaram José a perceber novas oportunidades de negócio e se embrenhar em terras paulistas para que tivesse melhores condições para auxiliar a família que continuava morando no Ceará e assim tornar-se um empreendedor, agora Microempreendedor individual.

São nítidas em vários momentos do relato de José as características empreendedoras que foram se moldando ao longo de sua trajetória. Mesmo com nível baixo de estudo, José compreendia que para que o seu negócio desse certo fosse necessário treinamento, otimismo, disciplina, planejamento, força de vontade, controle, conhecer o mercado alvo, perceber as necessidades de seus clientes, cativá-los, implantar estratégias diferentes em cada região que atua conhecer os seus concorrentes e diferenciar o seu negócio por meio do atendimento e produtos diversificados para continuar no mercado.

Para continuar no mercado oferecendo produtos diversificados e de qualidade José percebeu que tinha que regularizar o seu negócio. Foi a partir de informações recebidas que ele procurou formalizar e obter as vantagens que o próprio programa Microempreendedor Individual (MEI) divulgava, como: contribuição com INSS, desse modo ele e seus familiares teriam acesso às coberturas da previdência social; melhores condições para compra de mercadoria; oportunidades de créditos para possíveis investimentos em seu negócio; estar regularizado com o município onde atua, evitando perda de mercadoria e multas caso fosse “pego” pela fiscalização; venda de produtos para as empresas públicas e privadas; aposentadoria, entre outros fatores. Com relação à desvantagem, José aponta ser o valor da receita bruta anual do empreendimento que não poderá passar de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), mas em seguida destaca que não é uma desvantagem se o empreendedor olhar por outro ângulo, ou seja, caso a receita bruta ultrapasse o valor definido pelo programa significa que o empreendimento está tendo resultados positivos, desse modo o MEI deverá buscar outras modalidades para que o seu negócio continue “legal” e próspero.

6 Considerações Finais

Durante as duas últimas décadas, percebe-se as várias mudanças que estão acontecendo no mundo corporativo e dentre essas mudanças destaca-se o processo empreendedor que principalmente no Brasil tem sido uma das maneiras que os brasileiros têm utilizado para enfrentar as instabilidades econômicas que

acontecem de tempos em tempos e também como uma alternativa para solucionar os problemas sociais.

Novas maneiras de fazer negócios foram incorporadas para atender as novas e atuais exigências dos consumidores, desse modo percebe-se a importância do empreendedor e seu papel transformador no cenário econômico social brasileiro. Mas ser empreendedor não é uma tarefa fácil, como foi destacado pela narração do MEI José da Silva Moreno. Não basta sonhar, é necessário colocar em prática o sonho por meio de planejamentos e acompanhar o seu desenvolvimento. Para ser empreendedor é necessário ter iniciativa, ser otimista, estar preparado para enfrentar os entraves diários, ter objetivos, fazer planejamentos, perceber oportunidades, entender as necessidades dos clientes, ser inovador e controlar todos os processos. O empreendedor precisa estar preparado para buscar soluções para os problemas apresentados por seus clientes.

Portanto, acredita-se que a relevância do empreendedorismo está sempre associada aos potenciais benefícios que a ação dos empreendedores proporciona na região onde atuam, dentre esses potenciais benefícios podemos destacar: movimentação na economia local e regional; e a minimização das taxas de desemprego. Mas para que esses fatores sejam positivos, considera-se que a formalização do negócio, como foi o caso relatado pelo MEI José da Silva Moreno e destacado no referencial teórico desta pesquisa, é um meio que o trabalhador informal encontrará caso ele realmente queira expandir seus negócios e assim contribuir de maneira significativa com o crescimento e desenvolvimento do local onde está inserido.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Luis César G. de. **Teoria da Administração: aplicação de resultados na empresa brasileira**. São Paulo: Atlas, 2004.
- CONSULTORIA CONCEITO. **Microempreendedor Individual – MEI: perguntas e respostas**. Disponível em: <http://www.consultoriaconceito.com.br/index.php?o_ptc=art&id=26>. Acesso em: 23 set. 2015.
- DORNELLAS, José Carlo de Assis. **Transformando Ideias em Negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- FERREIRA, Aldemir Antonio et al. **Gestao(?) empresarial: de Taylor aos nossos dias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Apostila de Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.
- HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MEDALHA, Marina; LEONY, Carlos. **Microempreendedor Individual: sua dinâmica e o papel do município**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Legislação MEI.**
Disponível em:
<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **MEI faz cinco anos com formalização de mais de quatro milhões de optantes.** 2014. Disponível em:
<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/noticias/noticias-do-portal/mei-faz-cinco-anos-com-formalizacao-de-mais-de-quatro-milhoes-de-optantes>>. Acesso em: 25 maio. 2015.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **O que é?:** definição do Micro Empreendedor Individual - MEI. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 23 set. 2015.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O que é ser Empreendedor.**
Disponível em: <<http://www.bte.com.br>>. Acesso em: 20 maio. 2015.

VIANNA, Ilca Oliveira de A. **Metodologia do Trabalho Científico:** um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

ZARA, André. **CONEXÃO:** empreendedorismo em série. São Paulo: Gráfica Bandeirante, 2013.

RESENHA

Saussure: a invenção da Linguística

Saussure: the invention of Linguistics

Andreza Carubelli Sapata¹⁹

Resumo: O objetivo desse trabalho é resenhar e apresentar à comunidade acadêmica a obra organizada por José Luiz Fiorin, Valdir do Nascimento Flores, Leci Borges Barbisan, intitulada *Saussure: a invenção da Linguística*. Tal obra foi publicada em 2013, comemorando o centenário de morte de Ferdinand Saussure, considerado o precursor da Linguística Moderna no mundo.

Palavras-chave: Linguística; Linguagem; Resenha.

Abstract: The goal of this work is reviewing and presenting to academic community the book, organized by José Luiz Fiorin, Valdir Nascimento Flores and Leci Borges Barbisan, entitled *Saussure : the invention of Linguistics*. Such work was published in 2013, commemorating the centenary of death of Ferdinand de Saussure, considered the forerunner of Modern Linguistics in the World.

¹⁹ Doutoranda em Letras na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) campus de Três Lagoas. andreza.belli@hotmail.com

Keywords: Linguistics; Language; Review.

Pensar em Linguística, ou mesmo discuti-la, é pensar na trajetória dessa ciência, desde os pensadores gregos, que tiveram muito mais interesse filosófico sobre a língua do que estudaram seu funcionamento, passando pelos comparatistas históricos que, com a descoberta do sânscrito, percebem uma relação de parentesco entre as demais línguas a partir daí chamadas de indoeuropeias, até chegarmos na Linguística de hoje, “que toma por objeto não a filosofia da linguagem nem a evolução das formas linguísticas, mas, em primeiro lugar, a realidade intrínseca da língua, e visa se constituir como ciência – formal, rigorosa, sistemática”. (BENVENISTE, 2005)

E mencionar essa terceira e atual fase dessa ciência não seria possível sem os rascunhos, esboços, curso e, porque não, angústias de Saussure, mestre genebrino, que de 1907 a 1911, na Universidade de Genebra, se propõe a dividir suas percepções sobre a linguagem com estudantes, muitos deles discípulos.

O livro *Saussure: a invenção da Linguística*, organizado por Fiorin, Flores e Barbisan, vem mostrar que até nossos dias o pensador Saussure é atual e suas formulações se aplicam em vertentes diversas da Linguística moderna. Daí se justifica o primeiro capítulo do livro, escrito pelos próprios organizadores, intitulado *Por que ainda ler Saussure?*.

Nesse capítulo, os autores afirmam que a obra pretende ressaltar a importância de Saussure hoje, exato um século de sua morte, e, citando Calvino, coloca a obra de Saussure como clássica, pois “um clássico é um livro

que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (Calvino, 1998 apud Fiorin, Flores e Barbisan, 2013), expressando literalmente o que os pensadores da linguagem de hoje verificam na obra do mestre Saussure, tendo acesso às suas publicações em vida, ao *Curso de Linguística Geral* e aos muitos manuscritos que ainda são encontrados e doados à Universidade de Genebra pela família Saussure. Nesse capítulo ainda os organizadores relatam que, frente ao *corpus* saussuriano, que diz respeito ao que foi publicado por Saussure em vida, aos manuscritos analisados postumamente e tudo que foi publicado sobre o mestre, os escritores de cada artigo farão um recorte do *corpus* saussuriano e estabelecerão como corpus de pesquisa o que melhor se apresenta para o tema analisado, ou seja, não existe nessa obra em análise um *corpus* unificado como norte aos organizadores e escritores. Por fim são apresentados os escritores de cada capítulo, bem como a análise a ser desenvolvida por eles.

No segundo capítulo, intitulado *Sobre mitos e história: a visão retrospectiva de Saussure nos três Cursos de Linguística Geral*, a autora Cristina Altman, bem resumidamente, apresenta os três cursos ministrados por Saussure, entre 1907 e 1911, tentando esboçar a evolução do pensamento saussuriano, porém percebe-se que a apresentação dos Cursos é bem superficial e o que se pode mencionar é que, no Curso I, o foco foi o estudo da mudança linguística e a descrição e história da família linguística indoeuropeia, apesar de Saussure já utilizar termos bem reconhecidos, no século XX, como de sua autoria, tais como: signo, sistema, valor, significante, significado e as relações entre linguagem, língua e fala. Nesse período, embora insatisfeito com os trabalhos daqueles que lhes eram contemporâneos, Saussure ainda

buscava respostas e definições para os estudos da Linguagem., por isso não se permitia antever e propagar uma teoria , cujos fundamentos não estavam delineados, como aponta Benveniste:

“Saussure afastava-se de sua época na medida em que ser tornara pouco a pouco senhor da sua própria verdade, pois essa verdade o fazia rejeitar tudo o que então se ensinava a respeito de linguagem. Mas ao mesmo tempo em que hesitava diante dessa revisão radical que sentia necessária, não podia resolver-se a publicar menor nota antes de haver assegurado, em primeiro lugar, os fundamentos da teoria.” (Benveniste, 2005)

No Curso II, a revisão histórica sobre os estudos da linguagem ganha força, porém Saussure começa apontar os erros da Filologia Comparada. Assim Saussure começa refutar uma corrente para começar a introduzir um novo pensamento, estrategicamente ou não, pois não nos é possível afirmar.

Por fim, no Curso III, revisão e descrição histórica foram mais sucintas. Saussure já mostrava claramente seu recuo dessa vertente e muito da publicação do *Curso de Linguística Geral* se deve à terceira edição do curso ministrada pelo mestre, porém a autora pouco mencionou, nesse curso, os fundamentos pensados por Saussure que foram publicados por seus discípulos e são estudados até hoje. Para Bouissac, 2012, são as últimas aulas de Saussure uma introdução à linguística geral.

No terceiro capítulo, *Uma contradição aparente em Saussure: o problema da relação língua-história*, Marcelo Alexandre Cruz, com base em afirmações do

Curso de Linguística Geral e, por vezes, dos *Escritos de Linguística Geral*, mostra que Saussure, diferentemente do que se prega ou se pregou nos cursos introdutórios de Linguística, não exclui história e sujeito da linguagem, o que se distinguem são duas ordens de estudo que se ocupam de objetos distintos, sendo elas a diacronia, definida pelo autor como estudo da evolução dos sons, ou seja, o aspecto físico da língua; e sincronia, a língua sendo estudada do ponto de vista do falante num recorte no tempo. Para o autor, não se deve encarar a diacronia como domínio histórico e a sincronia como domínio a-histórico. Para tanto, ele cita trechos dos dois livros já mencionados que mostram a interdependência desses dois domínios, como

[...] a cada instante a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução (...). Parece, à primeira vista, muito fácil distinguir entre esse sistema e sua história, entre aquilo que ele é e aquilo que ele foi; na realidade, a relação que une essas duas coisas é tão estreita que é difícil separá-las. (Saussure, 1972)

Em seguida, o capítulo *O lugar do conceito de fala na produção de Saussure*, de Eliane Silveira, mostra num percurso histórico as definições do termo *fala*, iniciando-se na visão dos estudiosos da Gramática Comparada e os neogramáticos, linhas de formação de Saussure, que definem a fala, por um lado, fisiológica e mecânica, por outro, psicológica e tanto para Gramática Comparada quanto para os neogramáticos, a fala é individual. Percebe-se que Saussure, devido a sua formação, aproveita-se dessas definições, porém, para conceituar a língua, Saussure define, no *Curso de*

Linguística Geral, a fala como fisiológica, física, individual e acidental, deixando o processo psíquico à língua. Ainda nesse capítulo, com base nos manuscritos de Saussure, é possível afirmar que este não excluiu a fala de seus estudos e que, em seus últimos anos de vida, vinha rascunhando sobre a fala como um conceito que se entrelaçava aos demais e sobre o qual se propunha a ministrar um curso, que não ocorreu devido a sua morte. Assim, o conceito de fala, como muitos outros discutidos por Saussure, permitem construções e reconstruções, devido ao caráter fragmentado e inacabado de sua obra.

O capítulo *O Curso de Linguística Geral e os manuscritos saussurianos: unde exoriar?*, de Hozanete Lima, mostra que, embora os recentes manuscritos de Saussure, foi a publicação do *Curso de Linguística Geral* que definiu a Linguística como ciência, bem como sua terminologia, conceitos, relações etc. A autora ainda justifica que os redatores, como estavam teorizando uma ciência, pretendiam apresentar ao público o *Curso* como algo acabado e pronto. Daí as inúmeras críticas às falhas ou faltas da obra, principalmente no que diz respeito ao estudo do sujeito, que, para muitos, foi excluído da obra de Saussure. Assim a autora termina, após discutir língua, significante e significado, sincronia e diacronia por meio das metáforas de Saussure, mencionando que, se Saussure afirmava que a língua se efetivava nos planos da seleção (paradigma) e da combinação (sintagma), existia sim uma estrutura própria da língua, mas seu funcionamento era dado pelo falante. Para a autora, Saussure não discutiu diretamente o papel do sujeito na língua, mas ele está presente em sua obra, pois é ele que reconhece as diferenças e semelhanças na língua, ou seja, é ele que escolhe e combina, por fim, é pelo sujeito que a língua funciona (sincronia) e se modifica (diacronia).

No capítulo “*Mostrar ao linguista o que ele faz*”: *as análises de Ferdinand de Saussure*, Valdir Nascimento Flores inicia com o hipótese de que Saussure atribuía ao fazer do linguista o seu próprio fazer como linguista. Logo os estudos das análises linguísticas de Saussure podem ser uma forma de mostrar ao linguista o que ele faz. É por esse viés que Flores desenvolve seu capítulo, mostrando pelas reflexões de Saussure o fazer do linguista, principalmente considerando a questão da analogia em sua obra, ou seja, o lugar da criação na obra Saussure, bem com a fala e o sujeito sendo vistos como pontos de partida dessa criação.

O capítulo *Pequeno ensaio sobre o tempo na teorização saussuriana*, de Maria Fausta Pereira de Castro, mostra como as reflexões sobre o tempo são constantes e intrigantes na obra de Saussure. Tal reflexão perpassa outras dicotomias saussurianas, tais como diacronia e sincronia, mutabilidade e imutabilidade, paradigma e sintagma, como bem retrata a autora. O que é importante ressaltar é que, para Saussure, analisar a língua no tempo é diferente de se fazer história da língua, pois analisam-se estados de língua em datas diferentes. Outra discussão bastante pertinente do capítulo é como o tempo se envereda nos dois princípios propostos por Saussure, sendo eles: a arbitrariedade e linearidade do signo, englobando aí as dicotomias já mencionadas e suas relações com o tempo.

José Luiz Fiorin, no capítulo *O projeto semiológico*, logo de início, reconhece a importância das análises dos manuscritos de Saussure, aponta que atualmente a tendência dominante é criticar o *Curso de Linguística Geral* devido às simplificações dadas pelos redatores às ideias de Saussure, mas reafirma que foi o *Curso*, da maneira como foi redigido, que teve o papel de

discurso fundador da Linguística Moderna e fez de Saussure o precursor dessa nova ciência, mesmo postumamente. Nesse espírito, Fiorin, em mais da metade do capítulo, apresenta ao leitor pontos-chaves do *Curso*, desde a definição do objeto teórico da Linguística, de língua, de valor, de signo e arbitrariedade, tão já conhecidos e estudados, para, a partir daí, discutindo a imanência da Linguística, ou seja, o entendimento de que “a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (Saussure, 1969 *apud* Fiorin, Flores, Barbisan, 2013), iniciar realmente o projeto semiológico de Saussure, perpassando por Hjelmslev e a definição de símbolo, Mounin com a distinção entre Semiologia da Comunicação e Semiologia da Significação, Greimas e a Semiótica, para, por fim e em oposição a Saussure, apresentar Barthes, para o qual “a Linguística não é uma parte, mesmo privilegiada, da ciência geral dos signos: a Semiologia é que é uma parte da Linguística, mais precisamente, a parte que se encarregaria das grandes unidades significantes do discurso” (Barthes, 1975 *apud* Fiorin, Flores, Barbisan, 2013), ou seja, a interpretação de qualquer sistema de signo passaria pelo linguagem. Fiorin não se posiciona perante o projeto semiológico de Saussure ou perante a proposição de Brathes, somente as apresenta. No entanto, no término do capítulo, tal autor reafirma a importância do *Curso*, mencionando, por meio da frase de Bremond (1964) de que “Darwin só se torna possível depois de Lineu”, que Brathes e Greimas só puderam realizar a grande aventura semiológica do século passado depois da obra de Saussure. Assim início e fim do capítulo se fundem, fechando o círculo de discussões de Fiorin.

No capítulo *Efeitos do pensamento de Saussure na teorização sobre o erro e sintomas na fala*, Maria Fernanda Lier-DeVitto inicia apresentando sua trajetória como linguista interacionista, primeiramente, ministrando a disciplina *Aquisição da Linguagem* na PUC-SP, em seguida como pesquisadora da Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação, para, a partir de 1991, dedicar boa parte de seu estudo a aquisição e patologias da linguagem. A autora, no decorrer do capítulo, discute algumas dicotomias de Saussure, bem como a linguagem poética proposta por Jakobson, para tentar encontrar subsídios para compreensão e análise de erros e falas sintomáticas, porém, ao término do trabalho, podemos perceber pelos apontamentos que a autora mais esbarrou em limites da teoria do Saussure do que conseguiu explicar seu objeto de estudo, utilizando as reflexões saussurianas. Ponto interessante no capítulo é a reflexão apresentada pela autora sobre o fato de que, nas falas sintomáticas, muitas vezes, frases gramaticais podem ser inadequadas do ponto de vista pragmático, bem como frases malformadas não violam regras pragmático-discursivos, ficando os questionamentos sobre seu objeto de estudo sem conclusão. Assim, a autora afirma: “ se a assunção da ordem própria da língua pode mostrar que falas ditas patológicas são um *possível de língua*, a distinção entre normal e patológico, entre erro e sintoma, não pode ser avançado.”(DeVitto, 2013), porém faz a ressalva de que não seria justo cobrar de Saussure uma resposta sobre a questão, sendo que não foi desse objeto de estudo – a fala, bem com suas ausências, erros e sintomas – que ele se ocupou.

Mônica Nóbrega e Raquel Basília, em *A contribuição de Ferdinand de Saussure para a*

compreensão do signo linguística, após elencarem o que constitui a obra saussuriana, definem como *corpus* de análise para o capítulo quatro capítulos do *Curso de Linguística Geral*, sendo eles: *A natureza o signo linguístico*, *As entidades concretas da língua*, *Identidades, realidades e valores* e *O valor linguístico*; e ainda três notas do Acervo 1996, *Forma-figura vocal*, *Mudança fonética e mudança semântica* e *Semiologia*, todos não datados, mas provavelmente anteriores às fontes do *Curso*. Com base nesse pequeno *corpus*, discutem um percurso enunciativo de Saussure sobre o signo linguístico e suas relações com arbitrariedade, sistema e produção de valores. Ressalta-se que a discussão visa compreender a importância de tais conceitos para o estudo do signo na Linguística atual, considerando principalmente o interacionismo sociodiscursivo de Bronckarte e colaboradores, para os quais a capacidade humana não resulta apenas de propriedades biológicas e ambientais, isoladamente, mas sim de interações que se desenvolvem entre os indivíduos e o meio físico e ambiental, ou seja, a capacidade humana é de estabelecer interação social.

No penúltimo capítulo, *Presenças do curso de linguística geral na Análise do Discurso*, Carlos Piovezani ilustra dizeres sobre Saussure, quando da publicação do *Curso*, dizeres da Análise do Discurso sobre o *Curso* e, por fim, dizeres sobre Saussure no Brasil. Nessa trajetória no tempo e no espaço, é claro que a Análise do Discurso reconhece Saussure como fundador da cientificidade dada aos estudos da linguagem, porém aponta as limitações do *Curso* e as exclusões do sujeito, do sentido, da história, da fala dos estudos saussurianos.

Por fim, no último capítulo, *Do signo ao discurso: a complexa natureza da linguagem*, Levi Borges Barbisan discute com base na *Nota sobre o discurso*, presente nos *Escritos de Linguística Geral*, a preocupação de Saussure sobre como o signo linguístico se constitui discurso, ou seja, que ações são necessárias para que os signos construam um discurso. O autor, primeiramente, busca na obra de Saussure, como se realiza tal passagem, discutindo a noção de valor do signo linguístico. Sendo insuficientes as concepções saussurianas, o autor parte para a Semântica Enunciativa de Ducrot para vislumbrar qual operação é necessária na constituição do discurso, partindo-se de signos linguísticos. Nessa linha, o signo contém, na língua, uma significação que orienta para uma continuação pela relação que estabelece com outro signo. Assim a argumentação, o discurso está na própria língua, ou seja, o signo linguístico prevê o discurso porque orienta continuações possíveis por meio de suas relações de semelhanças e diferenças.

Findar essa resenha aqui cumpriria seu papel de apresentar a obra *Saussure: a invenção da Linguística*, porém deixaria a desejar quanto apreciação que se faz da mesma.

Essa publicação, visando a comemoração do centenário de morte do mestre Saussure, cumpre seu papel de discussão e reinterpretação de conceitos saussurianos, no entanto não apresenta estudos conclusivos, mas sim esboços de análises, discussões superficiais sobre a obra saussuriana, sendo indicada para estudiosos da linguagem já munidos de leituras, estudos e reflexões prévias e aprofundadas de Linguística Geral e não para estudantes de graduação que desejam conhecer as formulações de Saussure.

Ainda e para finalizar, penso que no título a palavra “construção” em lugar de “invenção” retrataria muito mais o trabalho árduo de Saussure ao pensar a linguagem, ilustrando que a ciência Linguística não surgiu com apenas um sentar, um pensar, um escrever sobre a linguagem. Foram anos de inquietações do mestre que, para compartilhar seus apontamentos com os discípulos tinha de apresentar uma teoria sólida e definida, ou corria o risco de não ser levado a sério. A ciência da linguagem foi se construindo a cada ano, a cada curso, a cada turma, o que é provado pelo fato de o curso de linguística geral não ser idêntico nos anos seguintes. Muito mais como um processo que um produto, a ciência da linguagem se define, contrariando o que o Curso, de 1916, tentou apresentar, ou seja, a Linguística como algo, embora fragmentado, pronta e acabada.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1991.

BOUISSAIC, Paul. *Saussure: um guia para os perplexos*. Trad. de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2012.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B.(orgs.) *Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

Política e instruções aos autores

1. A “**FuturaMente**: revista científica” publica textos inéditos: artigos, comentários, ensaios, resenhas, documento, entrevistas e debates voltados para a ampliação de conhecimentos, questões e debates de interesse da comunidade acadêmica.
2. Todos os textos são encaminhados para parecer de dois analistas, garantidos o sigilo e anonimato dos autores e dos pareceristas.
3. Os textos devem obedecer os novos padrões da ABNT e enviados para o endereço eletrônico: nazira@fuu.com.br
4. Artigo: texto autônomo e original, deve se apresentar com objeto de análise e crítica claramente definidos. Extensão mínima de 10 páginas e máxima de 20 páginas, incluídas as ilustrações, referências, apêndices, glossários. Usar notas de rodapé e intertítulos.
5. Comentário: texto que discute um livro ou parte dele; um acontecimento político, educacional, cultural; autores ou correntes teóricas. Deve conter: introdução, críticas, questões e reflexões.
6. Resenha: conter a descrição do conteúdo de um livro ou conjunto deles e tecer considerações. Não trazer intertítulos nem notas de rodapé.
7. Título do texto: anunciar claramente o conteúdo abordado.
8. Notícias sobre o autor: no rodapé, com principal vínculo profissional e endereço eletrônico.
9. Resumo: (Português e Inglês) inserido após título do texto. Máximo de 250 palavras ou seguir normas da ABNT atualizadas.
10. Palavras-chave: Keywords, até quatro palavras.
11. Publicação: Somente os trabalhos avaliados e aprovados quanto ao seu mérito científico, adequação aos requisitos da Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT (www.abnt.org.br) e obedientes as instruções aqui registradas,

desde que as modificações sugeridas, se houver, sejam atendidas pelo autor. Fica subentendida a autorização para publicação do texto encaminhado.

12. Síntese dos pareceres, em caso de aceite condicionado ou recusa, deve ser encaminhada aos autores.

13. Recebimento dos trabalhos: até final de maio, para publicação no mesmo ano,

Formatação

Os originais deverão ser redigidos na ortografia oficial em português e digitados em processador de texto *Word for Windows*, em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaço duplo, papel A4. No preparo dos originais, deverá ser observada, na medida do possível, a seguinte estrutura:

a) Título e subtítulo em até duas linhas; nome completo do(s) autor(es), seus créditos profissionais e acadêmicos e endereços (físico e eletrônico)

b) Resumo e palavras-chave: o texto do resumo não deve ultrapassar 500 caracteres (considerando os espaços) e apresentar o mínimo de (3) três palavras-chave a identificar o conteúdo do artigo. Redação e estilo do resumo devem obedecer às orientações da NBR-6028 da ABNT;

c) Título em inglês, *abstract* e *key words* devem acompanhar o artigo adequadamente traduzido.

d) Corpo do texto, ao longo do qual não deve haver identificação autoral.

Para citar

Há duas maneiras de citar uma fonte:

- a) direta, respeitando a redação, ortografia e pontuação original;
- b) indireta, usando apenas o conceito da fonte, que não aparece de forma literal ou textual
Seguir a NBR-10520/2002 da ABNT.

Para referenciar

Referências bibliográficas deverão obedecer a NBR-6023/2002 da ABNT, sendo ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor;

- nas referências de até três autores, todos poderão ser citados, separados por ponto e vírgula;
- nas referências com mais de três autores, citar somente o primeiro autor, seguido da expressão et al.
- a exatidão das referências constantes na listagem e a correta citação no texto são de responsabilidade do(s) autor(es) dos trabalhos.

Livro (um autor)

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Livro (dois autores)

BABIN, P.; KOULOUMDJIAN, M. **Os novos modelos de compreender: a geração do audiovisual e do computador**. São Paulo: Paulinas, 1989.

Capítulos de livros

OLIVEIRA, F. Neoliberalismo à brasileira. In: GENTILII, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995. p. 29-34.

Artigos de periódicos (com mais de três autores)

ALCARDE, J. C. et al. O equivalente em carbonato de cálcio dos corretivos da acidez dos solos. **Scientia Agrícola**, Piracicaba, v. 53, n. 2, p. 204-210, 1996.

Teses

CARVALHO, W. L. P. **O ensino das ciências sob a perspectiva da criatividade: uma análise fenomenológica**. 1991. 302 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

FuturaMente, revista científica, Pereira Barreto, v.11, 2014 e 2015

AQUINO, J. G.; MUSSI, M. C. As vicissitudes da formação docente em serviço: proposta reflexiva em debate. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 211-227, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2002.

Decretos, leis

BRASIL. Decreto n. 2.134, de 24 de janeiro de 1997. Regulamenta o art. 23 da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 18, p. 1435-1436, 27 jan. 1997. Seção a.

Trabalho publicado em Anais de Congresso

PARO, V. H. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 18., 1997, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997. p. 302-314.

Informações gerais

- Será oferecido ao autor principal de cada artigo um (1) exemplar do fascículo em que seu trabalho foi publicado;
- Os trabalhos também estarão disponíveis, integralmente em forma eletrônica, no site das FIU:
<http://www.fiu.edu.br/2011/biblioteca.html>

O corpo editorial e a Instituição não se responsabilizam pelas informações contidas nos textos, que são de inteira responsabilidade dos autores.